ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 – Série VII – N.º 393
23 de Julho de 1981

Preço: 15$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX — Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

Álvaro Cunhal na Festa da Alegria em Braga

«Se as forças democráticas se unissem neste momento em que começa o naufrágio da «AD», se em vez do «Bloco Central» em que alguns insistem, se formasse um «Bloco Democrático», uma viragem democrática seria possível dentro de um curto espaço de tempo»

Pág. 8

Os problemas das populações do concelho de Loures foram motivo de atenção por parte dos deputados comunistas que, para o efeito, durante dois dias visitaram todas as freguesias do concelho, divididos em três grupos

Loures: deputados comunistas ouvem as populações

Pág. 12

COMICIO
DE AMIZADE
MPLA/PT
PCP

COM A PRESENÇA DE
ÁLVARO CUNHAL
E
LÚCIO LARA

28 JULHO - 21,30 - PAV. DESPORTOS
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Durante a visita do camarada Álvaro Cunhal à República Popular da Mongólia

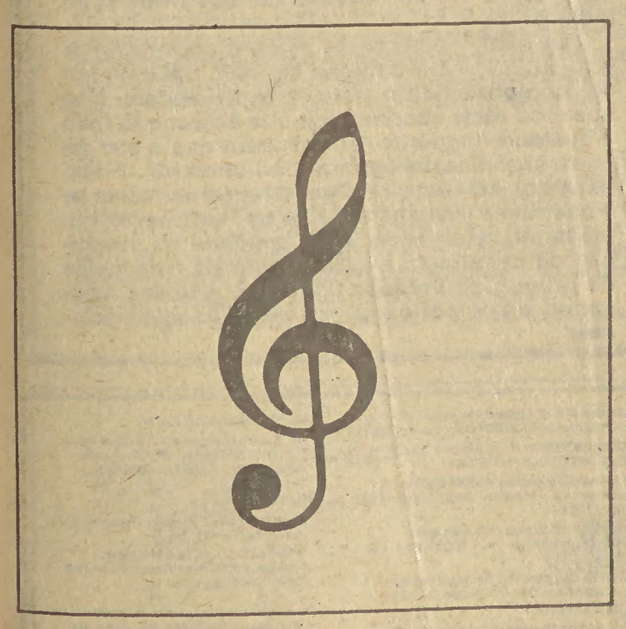
ÁLVARO CUNHAL NA URSS E NA MONGÓLIA

Pág. 3

Balsemão foi à Agrovouga e os camponeses explicaram porque dizem: «Não nos enganam mais!»

Pág. 4

Delegação do MPLA visita Portugal a convite do PCP



Os artistas da Festa do «Avante!»

1.º

Pág. 6

SEMANA Nacional

15
Quarta-feira

Incêndios de grandes proporções e difícil extinção assolam doversas zonas do País, tendo já causado enormes prejuízos, mobilizando milhares de bombeiros e as populações em perigo; neste momento Leiria, Viana do Castelo, Porto, Viseu e Santarém são os distritos mais afectados, prosseguindo ali fogos ainda por apagar, alguns dos quais de presumível origem criminosa ■ O brigadeiro Almeida Bruno, comandante-geral da PSP, afirma aos jornalistas que subscrevia «inteiramente» as intervenções policiais no Estádio da Luz e na vila da Nazaré na sequência de jogos de futebol, e que se caracterizaram por uma surpreendente violência por parte dos elementos daquela corporação intervenientes nos acontecimentos ■ O Secretariado Nacional da CGTP-IN exige a abertura de um período de discussão pública do anteprojecto do Código do Processo de Trabalho elaborado, no maior secretismo, pelo Ministério da Justiça.

16
Quinta-feira

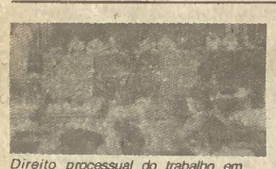
M. Raposo demite-se

O porta-voz oficial do Presidente da República informa que este vai reter o diploma referente ao aumento do seu vencimento e não vai promulgar o Estatuto dos Deputados por, após estudo, não concordar com a globalidade do diploma que, recorde-se, pretendia aumentos e regalias escandalosas para os deputados; entretanto o PPD/PSD em Lisboa responsabiliza dirigentes dos partidos da «AD» pelo escândalo gerado com os pretendidos aumentos para os deputados, tendo o vice-presidente da Comissão Política deste partido da direita, Mário Raposo, pedido a demissão do cargo, em carta enviada a P. Balsemão ■ A extracção da cortiça é suspensa nas UCP's e Cooperativas Agrícolas do distrito de Évora, por decisão dos respectivos trabalhadores, que pretendem que sejam esclarecidas as condições criadas pela nova «lei da cortiça» ■ Continua paralisada no porto de Olhão a frota de pesca longínqua que normalmente opera nas águas territoriais de Marrocos e que dá trabalho a mais de mil pescadores algarvios e ainda a tripulantes dos distritos de Setúbal, Lisboa e Leiria; estes trabalhadores exigem do Governo a elaboração de um acordo de pesca luso-marroquino, como garantia para o exercício da faina em condições de segurança.

17
Sexta-feira

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, regressa de uma visita à República Popular da Mongólia, onde assistiu às festas do 60.º aniversário da Revolução popular mongol ■ Os chefes da «AD» exprimem o seu «patriótico apoio» aos novos aumentos generalizados dos preços decretados pelo Governo, num novo «pacote» – o segundo deste ano – cujas medidas foram ditadas pelo Banco Mundial, com o aumento dos preços dos combustíveis e um conjunto de medidas de restrição ao crédito e do crescimento económico do país; em Setembro subirão os preços da electricidade e transportes ■ O PCP considera que os aumentos de preços anunciados pelo Governo «AD»/Balsemão representam uma nova prestação da pesada factura da «AD» e mostram que este Executivo é um «robot» comandado pelo imperialismo e pelo FMI.

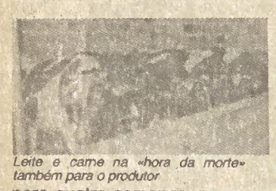
18
Sábado



Direito processual do trabalho em questão

O tenente-coronel Vítor Alves, porta-voz do Conselho da Revolução, anuncia formalmente que o CR declarou inconstitucional a Lei 20/11/81, conhecida por lei da delimitação dos sectores (já na sua quarta «versão»), por violar a Constituição da República, nomeadamente o seu artigo 85.º número 2, que diz que «a lei definirá os sectores básicos nos quais é vedada a actividade às empresas privadas e a outras entidades da mesma natureza» ■ Decorre este fim-de-semana na Faculdade de Letras de Lisboa o 2.º Encontro sobre Direito Processual do Trabalho, iniciativa promovida pela CGTP-IN e que junta cerca de 200 advogados, dirigentes e funcionários sindicais, juízes, magistrados, juristas e assistentes da Faculdade de Direito; o objectivo deste Encontro sindical é aprofundar a discussão sobre questões do processo de trabalho e fundamentar a intervenção do Movimento Sindical na revisão do código.

19
Domingo



Leite e carne na «hora da morte» também para o produtor

Discursando em Braga, na Festa da Alegria, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, afirma que a substituição do Governo «AD»/Balsemão entrou na ordem do dia e que, se todos os democratas se unissem, este Governo não seria mais que um Governo para quatro semanas, ou mesmo um Governo para quatro dias ■ Cerca de mil agricultores, que se concentraram em Aveiro no prosseguimento da campanha pelo aumento dos preços do leite e da carne ao produtor lançada pela CNA, assobiam e apupam o Primeiro-Ministro Pinto Balsemão quando este entrou, de carro, no recinto da «Agrovouga/81», tendo depois entrado no recinto, agitando bandeiras negras, a fim de entregarem a Pinto Balsemão um documento contendo as principais reclamações da lavoura da zona.

20
Segunda-feira

A linha política de Mário Soares ganha em 11 das 17 federações do PS no Continente, após os congressos distritais que decorreram no fim-de-semana, tendo os adeptos do ex-Secretariado vencido em seis ■ O MAP retoma a ofensiva contra a Reforma Agrária com a imposição de novas reservas ilegais, chegando a arbitrariedade ao ponto de um funcionário do MAP ter procedido à demarcação de uma reserva em S. Manços, de que ele próprio é o beneficiário, embora a entrega fosse formalmente atribuída a dois outros indivíduos ■ Violentos incêndios consomem vastas áreas do distrito de Leiria, com especial incidência no concelho da Marinha Grande, violento incêndio deflagra também na serra de Odeceixe, na zona de transição entre o Alentejo e o Algarve

21
Terça-feira

É publicada no «Diário da República» a Lei aprovada pela AR em 27 de Maio e promulgada 21 dias depois, de protecção da música portuguesa na sua difusão na Rádio e TV, e que entra em vigor, de forma progressiva, dentro de 60 dias ■ A CIP, organização do grande patronato, surge a «desaconselhar» a adesão de Portugal à CEE caso não sejam levantadas as restrições à exportação de têxteis nacionais depois da adesão ■ O Sindicato dos Marinheiros da Marinha Mercante anuncia para amanhã o início de um terceiro período de greve de três dias, por lutas salariais.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 17 de Julho de 1446 são tornadas públicas as Ordenações Afonsinas, compilação de todas as leis do Reino feita por Rui Fernandes e já encomendada durante o reinado de D. João I; foi a primeira compilação de leis feita no nosso país, dando-lhes uma forma clara e metódica.

Editorial

A CRISE «AD» APROFUNDA-SE

O Governo AD/Balsemão e a própria «AD» no seu conjunto como coligação governante, dilacerada embora por desgarradoras divisões internas, atiraram nos últimos dias para a fogueira da crise novas achas altamente inflamáveis.

Fixemo-nos nalgumas delas:

— A saída do novo pacote de carestia da vida, ditado pelo FMI e o Banco Mundial e docilmente posto em execução pelo Governo do PPD e do CDS;

— O recrudescimento da guerrilha institucional contra o Conselho da Revolução e o Presidente da República a propósito da nova e consequente rejeição da celerada lei inconstitucional de delimitação dos sectores, obviamente destinada — nas intenções ocultas da «AD» — a destruir os próprios fundamentos do edifício económico-social da Revolução de Abril, guerrilha acompanhada agora das medidas de estrangulamento contra o sector público e nacionalizado ontem anunciadas como retaliação pelo Governo;

— O rescaldo da escandalosa votação pela maioria parlamentar da «AD» do «estatuto dos deputados», de sua exclusiva paternidade, e que é — mesmo congelado na prateleira até Outubro, em consequência da indignação popular — um verdadeiro monumento de imoralidade política da coligação governante; por último,

— A significativa recusa da maioria de direita na Assembleia da República aos pedidos de inquérito parlamentar apresentados pelo PCP e outros partidos da oposição à escabrosa negociata constituída pela operação de desmantelamento da EPAC e da AGA, inquéritos precisamente à política do Governo e não — como a «AD» pretende insinuar — à forma como tem decorrido a gestão empresarial daqueias duas empresas públicas.

Como consequência deste espectacular reacender da crise que trouxe uma nova comprovação da falência política da «AD» e dos seus governos, numa linha de acontecimentos desde o início denunciada e prevista pelo PCP, acentuou-se o isolamento da coligação governante e o seu divórcio do Povo, produziu-se uma nova e sensível quebra da sua força e influência política junto de vastas camadas da população, numa palavra, ganhou nítidos contornos uma nova redução da base social e política de apoio da Aliança reaccionária iniciada pela sua derrota eleitoral de Dezembro de 80.

Este novo estado de coisas, no contexto de um notável ascenso da luta popular de massas, põe cada vez mais em cheque não somente a política e o projecto subversivo da «AD» como põe na ordem do dia a própria substituição do Governo AD/Balsemão.

É uma nova situação que se impõe às forças patrióticas e democráticas do País e delas exige uma viva resposta política pronta, acertada e dinâmica.

O novo pacote de preços dos combustíveis e o anúncio para Setembro pelo próprio Governo de novos aumentos nos transportes e electricidade desencadeiam desde já e por arrastamento um novo surto do agravamento do custo de vida, uma nova escalada dos preços de produtos essenciais que vai pesar com maior dureza sobre a população trabalhadora.

Para os pequenos e médios agricultores e industriais é inevitável um novo empolamento do custo dos factores de produção ao passo que o brutal aumento das taxas de juro (mais 10,5%) vem adensar duramente as dificuldades dos pequenos e médios empresários da indústria, do comércio, da agricultura e dos serviços, resultantes das inevitáveis restrições ao crédito e do encarecimento do dinheiro.

Quando o actual ministro das Finanças e do Plano, Morais Leitão, do CDS, vem a público mentir com todo o descaro e fazer malabarismos com os números, falseando a realidade objectiva e histórica numa desoladora prova de analfabetismo político e económico — como, aliás, já o fizera Cavaco e Silva, o modernissimo «barbosa das farturas» do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral — isto demonstra a completa falta de seriedade, de isenção e de escrúpulos dos governantes da «AD» numa matéria tão profundamente sensível para a vida dos portugueses.

Morais Leitão velo a público dizer que a Dívida Pública aumentou de 90 milhões de contos em 1974 para 591 milhões em 1980 e a Dívida Externa de 46 milhões para 500 milhões no mesmo período.

Mas ocultou propositadamente o facto de que esses aumentos se devem à política de recuperação capitalista a partir de 1976 e de que só sob a desgovernada governação da «AD» aquelas rubricas sofreram um empolamento de 100 milhões e 200 milhões de contos, respectivamente!

Quando dos anteriores aumentos, Morais Leitão e o próprio Pinto Balsemão, garantiram que seriam os últimos no decurso deste ano.

Eles sabiam que mentiam.

Mas os aumentos anteriores e os que se produziram agora, além dos que o próprio Governo já anunciou para o Outono, mostram que as afirmações e garantias dos governantes da «AD» são um rosário de mentiras para enganar o Povo português e amarrar ainda mais o País aos interesses de rapina dos monopólios sem pátria e do imperialismo.

Torna-se cada vez mais evidente que a continuação da «AD» no Governo é a continuação do retrocesso económico e social do Povo português, a total incapacidade dos governos «AD» para promover a elevação das condições de vida da população e a recuperação económica do País.

Correr com a «AD» do Governo é uma tarefa urgente e patriótica e uma verdadeira medida de saneamento nacional.

Esta comprovada incapacidade da «AD» e dos seus Governos assumiu maior expressão com as desesperadas reacções dos ministros e barões da «AD» perante a nova rejeição da lei inconstitucional de delimitação dos sectores pelo Conselho da Revolução.

Os chefes da «AD» e os seus escribas na imprensa reaccionária ficaram de cabeça perdida, disseram monumentais disparates, anunciaram medidas de retaliação contra o sector público e nacionalizado que assumem o carácter de um autêntico crime e de uma declaração de guerra contra o 25 de Abril.

A lama infecta que saiu da boca dos chefes da «AD» contra o CR e o PR define a completa falta de idoneidade dos políticos da Aliança reaccionária para conduzirem o governo do País.

Balsemão, o desbocado Ângelo Correia, o ultra Freitas do Amaral, desenvolvem em vários tons a tecla do «órgão não eleito que se opõe à maioria eleita pelo Povo português».

É naturalmente a própria legitimidade da Revolução de Abril que os reaccionários da «AD» pretendem contestar.

De facto, a Revolução de Abril não foi «eleita» — saiu do gesto heróico dos militares patriotas e da vontade unânime do Povo português.

Os barões e os escribas da Aliança reaccionária, o PPD e o CDS, seus componentes mais fortes, esquecem-se que eles próprios deram o seu voto às disposições constitucionais que consagram a existência e as atribuições do CR.

O Art.º 137.º que define competências do CR; o Art.º 139.º sobre a «promulgação e veto»; o Art.º 141.º sobre as condições da «referenda ministerial»; o Art.º 142.º que define as «funções e a estrutura»; o Art.º 143.º sobre a «composição»; o Art.º 144 sobre a «organização e o funcionamento»; o Art.º 145.º sobre a «competência» específica; o Art.º 146.º sobre a qualidade de «garante do cumprimento da Constituição»; o Art.º 148.º sobre a «competência militar»; o Art.º 149.º sobre a «forma e valor dos actos» do CR, foram todos votados por unanimidade pelos partidos da Constituinte, entre eles o PPD e o CDS.

É supinamente ridículo ouvi-los hoje falar contra a Constituição «marxista», como eles lhe chamam, que o PPD votou e que o CDS rejeitou na votação final depois de ter votado quase todo o texto constitucional.

O escriba que dirige «a Tarde», muito sensível como se sabe às aberrações, chama mesmo ao veto do CR «voto aberrante».

Os parceiros da «AD» são como se vê o cúmulo da inconsequência e da falsificação das situações e dos factos.

As medidas de retaliação ontem anunciadas pelo Governo AD/Balsemão de estrangulamento das empresas públicas e nacionalizadas, cujo desmantelamento ilegal e inconstitucional já está em curso pelos governantes, atingem o sector mais lucrativo da economia nacional. Só a banca comercial teve de lucros em 1980 mais de 6 milhões de contos.

Seria, contudo, erróneo pensar que só o sector público e nacionalizado é atingido pelas chamadas medidas de «austeridade» do Governo AD/Balsemão.

A própria CIP, que tem encabeçado e fomentado os ataques ao sector nacionalizado e que deu todo o seu apoio à lei inconstitucional da delimitação dos sectores agora chumbada, mostra-se apreensiva com as «medidas de austeridade» do Governo que favorecem descaradamente os interesses do capital estrangeiro e dão cumprimento às ordens do FMI e do Banco Mundial.

A contestação, por razões diversas, contudo, da confederação do grande patronato não deixa de ser significativa.

Todos estes factos mostram que a AD e o seu Governo são já uma excrescência no corpo da nação portuguesa, um poder que a partir de Dezembro de 80 perdeu legitimidade.

O problema da ilegitimidade do Governo AD/Balsemão e da própria AD como maioria parlamentar está hoje mais que verificado.

A AD, mesmo com todos os elementos de contestação levantados à forma como decorreu o acto eleitoral de 5 de Outubro de 1980, recebeu legitimidade para constituir governo.

Mas três meses depois essa legitimidade foi posta em causa pelo resultado das eleições presidenciais que Sá Carneiro, ele próprio, antes do acidente que o vitimou, colocou em termos inequívocos como «contra» ou «a favor» da AD.

O resultado foi «contra — o «carismático» estratega da derrota, que declarou retirar-se para a vida privada se fosse derrotado, colocou em termos claros a natureza da pugna de Dezembro. A morte física antecedeu a morte política.

Comprrende-se que os barões da AD se agarrem como lapas à «legitimidade» do 5 de Outubro e recusem a «ilegitimidade» do 7 de Dezembro, mas já é totalmente estranha a posição do PS e pessoalmente a de Mário Soares quando ainda hoje tentam fornecer balões de oxigénio para o prolongamento da vida da AD no Poder.

Além de mais, nenhum regime pode reconhecer a legitimidade de um governo que inscreve no seu programa e institui na sua prática a destruição desse mesmo regime e desenvolve todos os esforços para atingir esse objectivo.

As divisões internas da AD que Freitas do Amaral quer utilizar a favor das ambições hegemónicas do CDS, a contestação de Pinto Balsemão no seu próprio partido onde os mais ultras se movimentam para assumirem o comando, indicam claramente que a questão da substituição do Governo AD/Balsemão por um governo democrático se torna inadiável.

As forças democráticas e patrióticas, entre as quais socialistas e comunistas têm um papel determinante, não podem abdicar das suas responsabilidades.

A alternativa ao Governo e à política da reacção coligada não pode sair de uma oposição dividida nem de um mirífico «bloco central» favorável à direita, mas da acção convergente de todos os democratas e patriotas, estejam onde estiverem.

O PCP está aberto a um largo e urgente debate que conduza às imprescindíveis soluções democráticas que a situação actual exige, certo de que uma tal abertura corresponde à vontade e às aspirações da imensa maioria do Povo português.

Delegação do PCP na Nicarágua

A convite da Direcção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional, encontra-se na Nicarágua Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e o Secretariado do CC do PCP.

Domingos Abrantes representa o Partido Comunista Português nas celebrações do 2.º Aniversário da Revolução Nicaraguense, que teve lugar a 19 de Julho.

O Comité Central do PCP dirigiu à Direcção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional a seguinte saudação:

Queridos Camaradas,

Foi com profunda alegria que em 1979 os comunistas e os trabalhadores portugueses acolheram a Revolução na Nicarágua, a vitória da dura e corajosa insurreição popular armada dirigida pela Frente Sandinista de Libertação Nacional. É com a mesma alegria e guiado por firmes sentimentos de solidariedade internacionalista que hoje, dois anos passados sobre a data gloriosa de 19 de Julho, o Comité Central do Partido Comunista Português envia à Direcção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional, e por seu intermédio, a todos os revolucionários, patriotas e ao povo trabalhador da nova Nicarágua as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Num período historicamente muito curto, fazendo frente a grandes dificuldades e à aberta hostilidade do imperialismo, especialmente do norte-americano e das forças contra-revolucionárias internas, a revolução nicaraguense organizou e mobilizou as energias criadoras de todo um povo, numa exaltante actividade voltada para a edificação de uma nova sociedade, alcançando vitórias de grande significado para o movimento operário e revolucionário mundial, e em particular, para a luta libertadora dos povos da América Central e Caraíbas, pela liberdade, a independência nacional e o progresso social.

Os comunistas portugueses vêem nas realizações e êxitos da revolução nicaraguense uma contribuição directa para a sua própria luta em defesa das conquistas do 25 de Abril de 1974 contra a ofensiva das forças reaccionárias internas e do imperialismo. Os comunistas e os trabalhadores portugueses são solidários com o povo da Nicarágua no seu heróico combate pelo progresso económico e social e a defesa da independência nacional contra as ameaças e ingerências do imperialismo norte-americano.

O imperialismo norte-americano procurando a todo o custo fazer frente ao avanço do processo revolucionário e tentando impor o seu domínio no plano mundial, põe em marcha uma perigosíssima contra-ofensiva militarista e expansionista que ameaça a paz, a independência e a segurança dos povos em numerosas regiões do mundo. As provocações, ameaças e ingerências abertas do imperialismo norte-americano contra a revolução da Nicarágua, e contra Cuba socialista, assim como a sua intervenção aberta ao lado das ditaduras de El Salvador e da Guatemala, constituem aspectos particularmente graves desta política, que firmemente condenamos e combatemos.

Temos porém confiança em que os objectivos do imperialismo serão derrotados. A revolução da Nicarágua mostra que na actual correlação de forças na arena internacional, o imperialismo não está em condições de impor a sua vontade de impedir a vitória de um povo verdadeiramente determinado a conquistar a sua libertação. Confirma também que a amizade e cooperação das grandes forças revolucionárias da nossa época – os países socialistas, outros países que seguem uma via progressista, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, – é de importância decisiva para fazer frente com sucesso ao imperialismo, defender a paz e assegurar o prosseguimento do processo revolucionário.

Queridos Camaradas,

O PCP manifesta-vos a sua vontade de continuar a agir para o reforço dos laços de amizade e solidariedade entre o PCP e a FSLN, no interesse dos nossos dois povos e países e da causa comum da paz e da libertação social e nacional de todos os povos.

Viva o II Aniversário da Revolução Nicaraguense!

Viva a Amizade e Solidariedade entre o Partido Comunista Português e a Frente Sandinista de Libertação Nacional!

Viva o Internacionalismo Proletário!

O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Delegação do MPLA

A convite do Comité Central do PCP chega na próxima sexta-feira a Lisboa uma delegação oficial do MPLA-Partido do Trabalho, chefiada pelo camarada Lúcio Lara, do Bureau Político e do Secretariado daquele partido.

A visita, que se efectua no âmbito do vasto trabalho de cooperação e amizade existente entre os dois partidos, surge na sequência da visita realizada o ano passado a Angola por uma delegação do PCP, composta pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Estamos certos de que a estadia entre nós desta delegação angolana, que integra além de Lúcio Lara outros destacados dirigentes do MPLA-Partido do Trabalho, contribuirá para um estreitamento ainda maior das relações de amizade e solidariedade dos dois partidos e para o melhor conhecimento da realidade portuguesa.

O comício de amizade MPLA-PT/PCP, que se realizará no Pavilhão dos Desportos no próximo dia 28 de Julho, terça-feira, será bem a expressão desses laços de amizade e fraternidade que unem não só os comunistas mas todos os democratas portugueses ao povo de Angola.

Fracos pretextos da «AD» para fugir ao inquérito

Na última reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República, convocada para examinar o pedido de inquérito ao Governo sobre o processo de liberalização do comércio de cereais, ramas de açúcar e oleaginosas, apresentado pelo PCP e MDP/CDE, tal como o inquérito com o mesmo objectivo apresentado pelos partidos integrantes da FRS, o grupo parlamentar comunista apresentou uma proposta de resolução visando a convocação de uma sessão suplementar que, segundo a proposta, teria lugar nos dias 21 e 28 do corrente. A sessão suplementar visaria ainda, conforme propunha o PCP, a revogação das deliberações da AR que levaram à aprovação de alterações ao Estatuto do Deputado e que **provocaram um profundo choque e justo escândalo nos mais diversos sectores da opinião pública.**

A proposta foi rejeitada, sem surpresas. Depois de, em declaração de voto, Carlos Brito ter afirmado que o voto firme dos comunistas contra as alterações referidas encontrava razão no facto de serem consideradas **despropositadas quanto à situação económica e financeira do País, afrontosas perante a situação e os problemas com que se debate a generalidade da população e objectivamente escandalosas nas regalias e benefícios que concediam,** o PCP apresentaria mais outra declaração de voto, desta feita sobre a convocação da sessão suplementar que também foi recusada pela maioria "AD".

Nenhum subterfúgio – sublinhou a declaração do PCP assinada pela deputada Ilda Figueiredo – **poderá ocultar que, pela mão da "AD", a realização imediata de tal inquérito fica prejudicada. É mais um escândalo dentro do escândalo enorme que é a entrega de sectores fundamentais da nossa economia a interesses de grandes grupos económicos e multinacionais.**

O grupo parlamentar do PCP sublinha as gravíssimas implicações da obstrução de que se tornaram responsáveis os partidos da "AD".

Depois de lembrar que a realização de uma sessão suplementar, proposta e votada pelo PCP, pretendia permitir a imediata constituição de uma comissão de inquérito que investigasse **as ilegalidades, irregularidades e actos de corrupção verificados no processo de liberalização que o Governo pretendeu ver autorizado através da aprovação da inconstitucional proposta de Lei 55/II,** e de considerar que tal averiguação é indispensável ao prestígio das instituições democráticas, a declaração de voto dos comunistas adiantou:

Se não temessem, como temem, as consequências de um inquérito isento e completo, os partidos da "AD" deveriam ser os primeiros a exigir e a propor a activação de todos os meios legais tendentes a apurar rapidamente a verdade de factos que envolvem membros do Governo e altos responsáveis da administração pública.

Mas não! – acrescenta ainda a declaração de voto do PCP – **Os partidos da "AD" optaram por um comportamento precisamente oposto. Não ousando dizer abertamente que boicotarão todo e qualquer inquérito, pretextaram que a sua recusa significaria apenas "adiamento". Fraco pretexto! Ao escândalo governamental soma-se a obstrução parlamentar que tal "adiamento" representa, reforçando a legitimidade da suspeição de cedências a inconfessáveis exigências de grupos de pressão ligados a grandes moageiros, ao empório dos açúcares, às multinacionais...**

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Junho: 59900

PCP

Secretário-geral do PCP na Mongólia e URSS

Álvaro Cunhal ao regressar de Moscovo:

«Há possibilidades de se lutar com êxito em defesa da paz»

Em relação a alguns problemas de importância primacial – no momento actual – há uma concordância entre os dois partidos acerca da gravidade da situação e acerca, também, das possibilidades de se lutar com êxito em defesa da segurança, da cooperação e da paz – declarou à sua chegada a Lisboa o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, após ter regresssado de Moscovo onde se avistou com os camaradas Suslov e Ponomariov, da direcção do Partido Comunista da União Soviética.

Antes, o camarada Álvaro Cunhal visitara a República Popular da Mongólia onde participou, a convite do camarada Yu. Tsedenbal, secretário-geral do Partido Popular Revolucionário Mongol, nas comemorações do 60.º aniversário da revolução popular mongol.

Ainda sobre o encontro que manteve em Moscovo com dirigentes do PCUS, o secretário-geral do PCP especificaria ter-se tratado de um encontro **que se enquadra nas relações conhecidas de amizade fraternal existente entre os dois partidos,** tendo havido a possibilidade de uma troca de impressões sobre **as questões de interesse comum, particularmente sobre a situação internacional.**

Deste modo, verificou-se **uma informação recíproca da situação dos dois países e da actividade dos dois partidos** com uma atenção especial **sobre a situação internacional e, particularmente, sobre os perigos que podem pesar para a segurança dos povos e a paz mundial.**

Paz mundial que, como referiu, neste momento três perigos ameaçam – o imperialismo norte-americano, a corrida aos armamentos e a eventual instalação de armas nucleares na Europa. Evocaria, ainda, a propósito, as propostas de desarmamento feitas pelo secretário-geral do PCUS, camarada Leonid Brejnev, propostas estas bem acolhidas pela generalidade dos parlamentos europeus.

Ao referir-se à sua estadia na República Popular da Mongólia, o secretário-geral do PCP não deixaria de sublinhar o carácter fraternal das relações entre os partidos dos dois países, salientando que pela maneira como a delegação – de que também fazia parte o camarada António Orcinha – foi recebida, a visita constituiu **uma contribuição para um reforço ainda maior das nossas relações com os nossos camaradas mongóis e para o estabelecimento de relações de amizade e cooperação entre o povo português e o povo mongol.**

Falando dos festejos do 60.º aniversário da revolução popular mongol o camarada Álvaro Cunhal afirmaria tratar-se de **um aniversário importante, não apenas para o povo mongol mas para todos os povos do mundo, uma vez que logo a seguir à Revolução de Outubro e à constituição da União Soviética, foi o segundo país socialista a constituir-se.**

Destacando, depois, a experiência da revolução popular mongol assinalou que esta **experiência adquire hoje grande actualidade, uma vez que na Mongólia a construção do socialismo se fez a partir de uma sociedade feudal, saltando por cima de um estádio capitalista de desenvolvimento social.**

É uma experiência de grande valor – acrescentou o secretário-geral do PCP –, **uma vez que há numerosos países que partem de um estádio pré-capitalista de desenvolvimento, que conquistam a independência nacional e que estabelecem já como objectivo, na sua luta, a construção da sociedade socialista. É, pois, uma experiência nova e que sem dúvida encerra numerosos ensinamentos, particularmente para os povos que tendo-se libertado do jugo colonial avançam hoje para a construção de uma nova sociedade.**

Encontro fraternal

No dia 14 de Julho realizou-se na sede do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética um encontro do membro da Comissão Política do Comité Central do PCUS e Secretário do CC do PCUS, M.A. Suslov e do candidato a membro da Comissão Política do CC do PCUS e Secretário do CC do PCUS, B.N. Ponomariov com o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, A. Cunhal.

No decurso do encontro teve lugar uma troca de opiniões acerca de um largo número de problemas de interesse comum.

Os representantes do PCUS deram uma informação acerca da actividade do PCUS com vistas a pôr em prática as decisões do XXVI Congresso do PCUS. Foi sublinhado que toda a política do PCUS e do Estado Soviético é inspirada pela profunda preocupação na defesa e no reforço da paz.

A. Cunhal deu uma informação acerca da luta dos comunistas portugueses em defesa dos interesses dos trabalhadores, das conquistas da revolução de Abril, do regime democrático consagrado na Constituição. O PCP luta incessantemente pela unidade de todos os que querem para Portugal a paz, a liberdade, o progresso social, a independência nacional. Expressou ao PCUS a gratidão do PCP pela solidariedade constante para com a luta dos comunistas portugueses e do Povo português.

No decurso do encontro foi salientada por ambas as partes a importância dos sucessos alcançados pelos trabalhadores e os povos do mundo na luta pela democracia, a independência nacional, o socialismo e o comunismo. Os participantes no encontro expressaram ao mesmo tempo a profunda preocupação com o agravamento da situação internacional, a continuação da corrida aos armamentos, a existência de focos de conflitos militares e o aumento dos perigos de guerra. Foi sublinhado que nesta situação é necessário fazer todo o possível para a continuação da política de desanuviamento e do seu alargamento à esfera militar. O único caminho para atingir estes objectivos é o caminho das negociações na base da igualdade e da segurança.

A URSS, sublinharam os dirigentes soviéticos, está pronta a considerar com toda a atenção quaisquer propostas construtivas para travar a corrida aos armamentos e da situação internacional.

A. Cunhal referiu que em Portugal tiveram larga compreensão e aceitação as propostas feitas por L.I. Brejnev no XXVI Congresso do PCUS, que abriram a possibilidade de resolver complexos problemas internacionais no interesse de toda a Humanidade progressista. O PCP, por seu lado, juntamente com as forças patrióticas e amantes da paz, conduz em Portugal a luta contra os planos dos Estados Unidos e da NATO de instalar no País os novos modelos de armas nucleares, criar novas bases militares e alargar as existentes e transformar Portugal numa plataforma para a realização de perigosos planos belicistas da NATO. Estes planos que são apoiados em Portugal por aqueles mesmos que querem destruir o regime democrático, comprometem gravemente a segurança do País e a independência nacional. Os comunistas portugueses pronunciam-se consequentemente pelo direito inalienável do Povo português de decidir ele próprio da sua política interna e externa e do futuro da sua pátria.

Foi expressa a determinação dos dois partidos de actuarem para o desenvolvimento ulterior das relações luso-soviéticas na base da igualdade e do respeito recíproco. Os dirigentes dos dois partidos sublinharam a importântica que adquire no momento actual a unidade do movimento comunista internacional, a cooperação e solidariedade recíproca dos países socialistas, da classe operária dos países capitalistas, do movimento de libertação nacional e dos países socialistas, da países progressistas, e a unidade de todas as forças anti-imperialistas.

Durante o encontro, que se realizou numa atmosfera de cordialidade e camaradagem, foi confirmada a decisão dos dois partidos de continuarem a desenvolver os estreitos laços de cooperação fraternal entre o PCUS e o PCP na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse da causa da paz e do reforço da amizade e cooperação entre os povos soviético e português.

Momento do encontro entre o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP e o camarada Yumzhaguin Tsedenbal, Secretário-Geral Partido Popular Revolucionário, em que tomaram parte o camarada António Orcinha Rodrigues, membro suplente do CC do PCP, o camarada D. Molomjamts, membro do Bureau Político e Secretário do CC do PPRM e o camarada Ts. Balkhaajav, membro do CC do PPRM, responsável do Departamento de Relações Externas do CC do PPRM.

Comunicado conjunto sobre a visita à República Popular da Mongólia

A convite do camarada Yumzhagüin Tsedenbal, Secretário-Geral do Comité Central do Partido Popular Revolucionário Mongol, o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, acompanhado pelo camarada António Orcinha Rodrigues, membro suplente do Comité Central do PCP, efectuou de 9 a 13 de Julho de 1981 uma visita de amizade à República Popular da Mongólia.

Durante a sua estadia na RPM, o camarada Álvaro Cunhal e o camarada que o acompanhou participaram nas manifestações consagradas ao 60.º Aniversário da Revolução Popular Mongol, e tiveram oportunidade de tomar conhecimento dos sucessos do povo mongol na edificação do socialismo.

Tiveram lugar encontros e conversações entre os camaradas Álvaro Cunhal e Yu. Tsedenbal, em que tomaram parte o camarada António Orcinha Rodrigues, membro suplente do CC do PCP, o camarada D. Molomjamts, membro do Bureau Político e Secretário do CC do PPRM, e o camarada Ts. Balkhaajav, membro do CC do PPRM, responsável do Departamento de Relações Externas do CC do PPRM.

No decurso destes encontros e conversações, que decorreram no ambiente de amizade, compreensão mútua e solidariedade fraternal que caracterizam as relações entre os dois partidos irmãos, os camaradas Álvaro Cunhal e Yu. Tsedenbal procederam a uma troca de opiniões sobre as questões do movimento comunista e operário internacional e da presente evolução mundial.

O dirigente comunista português informou o camarada Yu. Tsedenbal sobre a luta do Partido Comunista Português em defesa e pela consolidação dos direitos dos trabalhadores, das liberdades democráticas e de outras conquistas da revolução de Abril de 1974, que derrubou a ditadura fascista em Portugal, pela consolidação da independência nacional, contra a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia e contra a instalação em território português de mísseis nucleares norte-americanos de médio alcance.

O camarada Álvaro Cunhal mostrou um alto apreço pelos sucessos históricos do povo mongol na edificação do socialismo, bem como pelos esforços da política exterior do PPRM visando o reforço da união e da fraternidade da RPM com a União Soviética e os outros países da comunidade socialista, visando a consolidação da paz e da segurança na Ásia e em todo o mundo.

O camarada Yu. Tsedenbal mostrou um alto apreço pelos infatigáveis esforços do Partido Comunista Português para organizar e a trazer à luta a classe operária e as massas populares, unir as forças democráticas em defesa do regime constitucional, assegurar o desenvolvimento económico e a independência política de Portugal, reforçar a unidade do movimento comunista e operário internacional e de todas as forças anti-imperialistas.

Simultaneamente, os dois dirigentes regozijaram-se pelos grandes êxitos alcançados pelos trabalhadores e os povos de todo o mundo na luta pela democracia, a independência nacional, o socialismo e o comunismo. Expressaram a sua profunda preocupação perante a actual tensão internacional, originada pela política agressiva dos círculos imperialistas dos Estados Unidos da América e da clique militarista da OTAN, apostados em arrastar o mundo para uma catástrofe nuclear.

As duas partes constataram que a aceleração da corrida aos armamentos, o aumento desenfreado dos orçamentos militares, a intensificação da militarização da vida económica e da ingerência nos assuntos internos dos outros países, testemunham que as forças mais agressivas do imperialismo desencadeam uma nova ofensiva com o objectivo de impedir o desenvolvimento da luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos, de impedir a via da independência nacional e do progresso social escolhida por um número crescente de Estados, de travar os êxitos na construção do socialismo e do comunismo.

Neste quadro, as duas partes condenam energicamente a decisão da Administração dos EUA e do Conselho da OTAN de instalar novos mísseis nucleares americanos no território dos países da Europa Ocidental, factor de perigo para a paz e a segurança na Europa e no mundo.

Os dirigentes do PCP e do PPRM expressaram a sua profunda preocupação perante o alargamento da cooperação política e militar entre Washington e Pequim, cujos dirigentes se arrogam arbitrariamente o direito de proclamar diversas regiões do globo como zonas dos seus «interesses vitais» ou de «dar lições» aos outros países. Os dirigentes do PCP e do PPRM sublinharam os perigos do hegemonismo e do expansionismo dos dirigentes chineses.

As duas partes consideram que as propostas soviéticas, avançadas pelo XXVI Congresso do PCUS, e confirmadas pelo Apelo do Soviete Supremo da URSS aos Parlamentos e aos povos do mundo correspondendo aos interesses fundamentais de todos os povos e aos objectivos do reforço da paz e da segurança internacional, constituem uma base sólida para negociações que tenham como objectivos a conclusão de acordos sobre a limitação e o termo do fabrico de armas de destruição incessantemente acumuladas, bem como sobre a sua abolição.

O PCP e o PPRM consideram que não existem no contexto actual da situação internacional tarefas mais importantes e urgentes que o termo da corrida aos armamentos, a realização de medidas reais de desarmamento, a prevenção da ameaça de uma guerra nuclear e o compromisso imediato para um diálogo construtivo e pacífico sobre questões litigiosas da vida internacional.

Os dirigentes do PCP e do PPRM constatam que a actual situação internacional exige de forma premente que os partidos comunistas e operários de todo o mundo, que todas as forças de progresso empreendam novos esforços com vista a impedir uma nova guerra mundial, a salvaguardar o futuro pacífico dos povos.

Os dois partidos sublinham que a luta dos povos pela democracia, o progresso social e a independência nacional constitui um valioso contributo para travar o caminho à política agressiva do imperialismo e para defender a paz e a segurança internacional.

O PCP e o PPRM expressam de novo a sua solidariedade internacionalista com a luta dos povos, dos partidos irmãos e das forças progressistas, submetidos à opressão de ditaduras fascistas e reaccionárias.

Expressam a sua solidariedade internacionalista com a luta dos povos da Ásia, África e América Latina pela liberdade e a independência nacional, contra as manobras agressivas do imperialismo, do neocolonialismo, do racismo e do sionismo. Pronunciam-se a favor de uma solução política dos problemas relativos ao Próximo e Médio Oriente, ao Mediterrâneo, ao Oceano Índico e ao Golfo Pérsico.

Expressam a sua solidariedade com o povo da Namíbia em luta pela sua independência, com a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique, vítimas de actos de agressão dos racistas sul-africanos, com o povo palestiniano e o povo do Salvador.

As duas partes declaram o seu apoio à Revolução de Abril no Afeganistão, cujo povo trava uma luta corajosa pela sua autêntica liberdade, pela independência nacional, contra a intervenção da reacção imperialista, das forças do hegemonismo e do expansionismo nos assuntos internos do seu país.

As duas partes expressaram a sua solidariedade com a luta heróica do Vietnam, do Laos e do Kampuchea, que defendem com firmeza as conquistas revolucionárias dos seus povos, a soberania e a integridade territorial, contra as investidas da clique militarista chinesa.

O PCP e o PPRM expressam a sua convicção de que os comunistas e as forças patrióticas da República Popular da Polónia saberão fazer sair o seu país da situação de crise, rechaçar as forças da contra-revolução interna e da reacção internacional, reforçar o regime socialista.

Os dois partidos consideram que a unidade do movimento comunista internacional e a amizade, a cooperação e a solidariedade recíproca das grandes forças revolucionárias (países socialistas, classe operária dos países capitalistas, movimento de libertação nacional, países progressistas) é de capital importância para o êxito da luta pela paz, a democracia, o progresso social, a independência nacional e o socialismo.

As duas partes constataram com uma profunda satisfação que as relações entre o PCP e o PPRM se desenvolvem e se alargam de ano para ano, no interesse do reforço da unidade do movimento comunista mundial, da luta comum travada contra o imperialismo.

a) Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português

a) Yu. Tsedenbal, Secretário-Geral do Comité Central do Partido Popular Revolucionário Mongol.

Oulan-Bator, 12 de Julho de 1981

Nacional

A «AD» aumenta os preços!

1. Os aumentos de preços e outras medidas hoje anunciadas pelo Governo «AD»/Balsemão são mais um rude golpe nas condições de vida dos portugueses, e representam uma nova prestação da já longa e pesada **factura da «AD».**

Estas medidas vêm na lógica da política económica da «AD» ao serviço do grande capital e das multinacionais, da restauração das grandes fortunas, das negociatas e dos privilégios, política cujo preço faz pagar à grande maioria do povo. São a consequência natural da demagogia eleitoral e reflectem de forma clara a incapacidade do Governo em resolver os grandes problemas nacionais.

O Governo mente quando procura ilibar a sua política e responsabilizar pelos aumentos o sector público e a situação conjuntural. A verdade é que a dívida externa aumentou espectacularmente com os governos «AD», e os sectores públicos que o ministro não refere (banca comercial) só em 1980, deram de lucros 6 milhões de contos.

2. O Governo «AD»/Balsemão anunciou para já o aumento dos **combustíveis** (**gasolina** mais 5$00, **gasóleo** mais 2$50, **fuel** mais 1$80, **gás de cidade** mais 1$20 m^3, **gás de garrafa** mais 2$50 kg), e o aumento das **taxas de juro** de mais 2 pontos (+ 10,5%), que vão ter reflexos imediatos e a médio prazo em toda a economia nacional, na indústria, no comércio e na agricultura.

O próprio Governo já anunciou, como consequência, o aumento em Setembro dos **transportes** e da **electricidade**, mas por arrastamento seguir-se-ão os produtos alimentares, os adubos e outros.

O aumento da taxa de juro e as restrições ao crédito, vão ter pesadas consequências na situação já difícil de muitos agricultores, comerciantes e industriais.

3. Perante as medidas anunciadas é indispensável recordar que elas se vêm somar a muitas outras de mesmo teor tomadas pelo Governo «AD» nos últimos meses e que pesaram gravemente sobre as condições de vida da maioria dos portugueses.

Em Dezembro/Janeiro foram aumentados entre outros: gasolina, gás, gasóleo, electricidade; transportes rodoviários e ferroviários e colectivos de Lisboa e Porto; táxis; taxas de correio, telefones, televisão, etc.

Em Fevereiro o Governo «AD»/Balsemão, agravou as taxas dos Serviços Médico-Sociais.

Em Abril o Governo liquidou o «cabaz de compras», conduzindo na prática ao aumento dos preços de muitos produtos, como pão, leite, farinhas, massas alimentares, açúcar, arroz, etc, etc.

Em consequência de todas estas medidas, como a prática demonstra, em vez do desenvolvimento, da estabilidade dos preços e da melhoria da qualidade de vida, propagandeadas pela «AD», os portugueses vão tendo cada vez mais aumentos de preços, mais desemprego, mais falências e um agravamento da situação económica geral do País.

4. Com estas medidas o Governo «AD»/Balsemão, surge perante os olhos do Povo português – como o PCP tem inúmeras vezes denunciado – como um «robot» comandado pelo imperialismo e pelo FMI.

Depois do brutal agravamento dos défices da dívida externa o FMI e o Banco Mundial ditam condições: apertar o cinto às classes mais desfavorecidas e alargar os lucros ao grande patronato e às multinacionais.

5. As medidas do Governo de agravamento das condições de vida, surgem num momento de crise, desorientação e pânico nas fileiras da «AD», e dos partidos que a compõem.

Tal facto deve-se ao insucesso e ao desmascaramento da sua política e aos efeitos da luta que os trabalhadores, o campesinato e outras camadas sociais têm vindo a desenvolver.

O Governo e os dirigentes da «AD» estão cada vez mais isolados, são vivamente criticados dentro da própria maioria e vêem reduzir-se de forma crescente a base social de apoio e o campo de manobra para a sua política de restauração do domínio dos antigos senhores.

6. Não tem autoridade política e isenção para pedir sacrifícios ao povo, um Governo voltado unicamente para a restauração dos grandes privilégios e que lança todo o seu ódio contra o sector público da economia e a Reforma Agrária, que rouba milhões de contos às autarquias, liquida o Serviço Nacional de Saúde e reduz, em termos reais, os valores das pensões e das reformas.

Não tem autoridade moral e dignidade, para pedir sacrifícios ao povo um Governo cada vez mais envolvido em escândalos, negociatas e corrupção como no recente caso da EPAC.

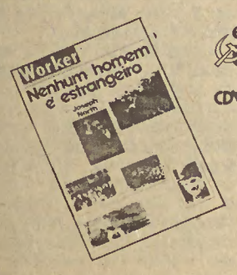
Não pode pedir sacrifícios ao povo quem, como a «AD», propôs e votou na Assembleia da República os aumentos e regalias escandalosas para os deputados.

7. Prolongar a vigência deste Governo significa sujeitar o Povo português à continuação da actual política, a novos aumentos e restrições e ao descalabro da situação económica e social do país.

Como o PCP tem sublinhado, Portugal e os portugueses necessitam de um novo governo e de uma nova política ao serviço do povo, do País e da independência nacional.

Lisboa, 17 de Julho de 1981

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



edições Avante!

CDA a distribuição

NENHUM HOMEM É ESTRANGEIRO

Joseph North

A guerra civil de Espanha, o encontro com Charlie Chaplin, a visita ao recém-libertado campo de concentração de Dachau, o retrato de Hemingway, a vida em Cuba antes da revolução.

Quasi duas décadas de experiências de um jornalista norte-americano que num livro de memórias descreve e faz reviver factos, acontecimentos e figuras de um período decisivo da história do mundo.

Memórias de um jornalista americano

Terra

Na Agrovouga
Agricultores manifestam-se na visita de Balsemão

Mais de mil agricultores das regiões do Baixo Vouga e do Baixo Mondego concentraram-se no último domingo, na Feira Agrovouga-81, em Aveiro, com o objectivo de apresentar a Pinto Balsemão, que aí se deslocou em visita, as profundas e justas razões do seu descontentamento.

Contrariando este desejo dos agricultores, o Governo persistiu mais uma vez, e agora através do próprio Primeiro-Ministro, em se manter mouco às reclamações, revelando uma total incapacidade para o diálogo. Como se isto não bastasse, elementos afectos aos partidos do Governo tentariam partidarizar o acontecimento e montar provocações que acabaram por ser desmascaradas e provocar uma situação de grande desagrado e indignação em todos os agricultores presentes.

Mas vamos aos factos. Tudo começou por volta das 16 horas. Vindo em camionetas de caixa aberta, excursões e alguns tractores, os agricultores começaram a concentrar-se à porta do recinto da feira. Aí, seriam aprovados dois documentos contendo as reclamações da lavoura da região e um pedido de entrevista ao Primeiro-Ministro.

Quando este chega ao recinto da Agrovouga/81 e entra imediatamente por ali fora, sem nada dizer, e ainda por cima de carro, os agricultores decidem também avançar em cortejo pelo recinto, empunhando cartazes e bandeiras negras, com o propósito de serem recebidos por Balsemão e de lhe fazerem a entrega do documento.

O desfile vai engrossando, mais e mais agricultores se juntam à enorme torrente em movimento. Os que não se incorporam acolhem com carinho e respeito os manifestantes, numa demonstração significativa de compreensão pelas razões desta luta.

Entretanto, inesperadamente, começam a chegar uns senhores de fato e gravata e umas senhoras de belos vestidos e boas pinturas. Rapidamente se descobre a manobra e o intuito da presença: vinham de um almoço que assinalara a inauguração de uma nova sede do PSD na cidade, no decorrer do qual foram convidados para se deslocar à Agrovouga para apoiar o Primeiro-Ministro.

Dá-se na altura uma cena insólita: gente muito bem, de mistura com homens e mulheres em roupas de trabalho, com a dureza da vida do campo marcada nas faces e mãos.

Eis que chega então a caravana do Primeiro-Ministro. A sua claque de apoio resolve avançar com a provocação e partidarizar a visita com gritos de «PSD, PSD...». Esta reacção provoca um grande descontentamento e logo se faz ouvir a resposta: «Justiça para quem trabalha», que em pouco tempo afaba completamente os gritos esganiçados.

A situação aclarava-se. Pinto Balsemão não mais teve um minuto de sossego. Fora uma vergonha o que se passara. A natureza e o comportamento dos seus correlegionários indignara quase todos os presentes.

Os agricultores persistem na entrega dos seus documentos, não permitindo o início da cerimónia da entrega dos prémios prevista para essa altura. Cartazes com inscrições dando conta dos problemas da lavoura rodeiam toda a área.

Não lhe restanto outra alternativa, Balsemão lá se resolve a receber uma delegação que lhe entrega em mão as reclamações. Mas Balsemão nada diz. Não mais se ouviu, e até ao fim, a voz do Primeiro-Ministro. Cabisbaixo, encetou o caminho mais curto para regressar aos carros, sem nada visitar.

Quem por lá passou não teve por certo dificuldades em ouvir como nós e por várias vezes: «votei neles, mas nunca mais me enganam», «como os lá lá pusemos também de lá os tiramos». Talvez por também ter ouvido isto, Pinto Balsemão, no último domingo, em Aveiro, era uma figura triste e apagada.

Estaria a matutar na soma dos problemas internos da AD com a falta de apoio popular, ou com o tempo de «mudança» tão apregoado que ainda lhe sobra...?

«Uma boa viagem senhor primeiro-ministro»...

É o seguinte o texto da carta entregue a Pinto Balsemão pelos agricultores concentrados na Agrovouga, em Aveiro:

Exmo. Senhor Primeiro-Ministro.

Excelência

Somos agricultores do Baixo Mondego, dos concelhos de Cantanhede, Coimbra, Montemor-o-Velho, Condeixa, Mira, Soure, Figueira da Foz. Estamos aqui representados pelas nossas Uniões de agricultores concelhios e pela Liga de Montemor-o-Velho que em conjunto constituem a Federação das Uniões e Ligas do Baixo Mondego.

Sabendo que V. Ex. se deslocava à Agrovouga, deixámos as nossas terras e viemos para aproveitar a oportunidade de expôr a V. Ex. e ao Governo que dirige as nossas razões e o que temos andado para que vinguem os nossos direitos e interesses.

A nossa agricultura atravessa uma grave crise com prejuízos para nós agricultores, em primeiro lugar, mas também com ela sofrerá toda a economia e Portugal. Todos reconhecem mas as soluções não aparecem. As más condições climatéricas vieram agravar subitamente a situação da nossa agricultura. As secas e geadas destruiram pastos, atrasaram e impediram culturas, prejudicaram vinhas, batatais, pomares, hortaliças, fizeram minguar a alimentação para os gados. A febre aftosa e outras doenças levaram ao encerramento das feiras, mataram ou prejudicaram os gados, dificultaram-nos a venda e fizeram chorudos lucros para os intermediários.

A este rosário de desgraças juntou-se o contrabando de gado. Os custos de produção tiveram um grande aumento, subiu tudo quanto o produtor tem de comprar.

Quando a crise era evidente e reconhecida depois de V. Ex. ter vindo confirmar e apresentar medidas de emergência à televisão, veio o aumento das rações e agora o novo aumento do gasóleo.

Senhor primeiro-ministro: ninguém pode exigir que sejamos só nós agricultores a suportar esta situação. Os preços para os nossos produtos estão uma miséria, não sobem, descem. Não temos a sua venda assegurada. Não temos seguros em condições. Não nos são dadas indemnizações. Pagam-nos os produtos tarde, como por exemplo o leite e a batata, ou ainda estamos à espera que nos paguem como por exemplo a ervilha.

Por isso temos lutado, por isso nos organizamos nas nossas Ligas e Uniões, nas nossas Cooperativas, na nossa Federação e na nossa Confederação Nacional de Agricultura (CNA). Por isso fomos a Lisboa a 16 de Março para falarmos com V. Ex. e com o Governo. Viemos sem resposta mas não paramos. Já vamos aprendendo que se não somos nós a fazer pela nossa vida não há ninguém que o faça. Nós agricultores do Baixo Mondego depois de termos insistido em reuniões, cartas, telefonemas e notícias para os jornais, resolvemos ir a Coimbra em 2 de Maio de novo repetir as nossas reclamações, de novo mostrar como eram justas e mostrámos a nossa união e o nosso querer. Pedimos resposta e demos um prazo. Terminou em silêncio, voltámos a fazer protestos, concentrações e paragens de trânsito. Bom Sucesso, Montemor-o-Velho, Tocha, Condeixa, Soure, Palão, Maiorca, Febres, Cantanhede, Mira e de novo Coimbra foram as rotas dos nossos protestos.

Nem sempre os jornais, a rádio e a TV deram a conhecer ao país o que se passou. Mas só quem fosse surdo é que não nos ouviria.

Em 23 de Junho veio resposta para uma entrevista, fomos ao senhor secretário de Estado da Transformação e Mercado, levámos os nossos protestos, os preços que pediamos, as contas que mostravam estarmos certos, enfim as nossas reclamações.

Dizem-nos que não temos razão, mas não são capazes de o demonstrar. Nós demonstramos os nossos custos de produção e o Governo não mostrou os seus. Onde está essa competência? Será que os serviços técnicos não fazem estudos dos custos de produção, nem sequer à moda da Europa? Custa-nos a acreditar.

Marcaram-nos nova reunião. Nós queremos o diálogo, nós queremos discutir os problemas. Mas não nos basta. Palavras e promessas não enchem a barriga. Queremos soluções, queremos respostas mais rápidas.

Senhor primeiro-ministro, a razão está do nosso lado. Haja justiça! Somos homens do Baixo Mondego habituados às secas e inundações, somos homens das gândaras, habituados às privações, às dificuldades das areias, somos homens e mulheres de trabalho habituados a passar muito e a viver com o que produzimos, e com o que produzimos alimentamos Portugal.

Somos homens e mulheres de cabeça levantada, homens de honra e somos também homens de luta. Não vamos sossegar enquanto não nos fizerem justiça. Queremos o preço do leite a 20 escudos se não baixarem as rações; preço do bovino a 250 escudos, preço do suino a 130 escudos, preço da batata a 12$50, pagamento da batata do ano passado e escoamento assegurado, indemnização pelos prejuízos das geadas, aumento do subsídio do gasóleo, vigorosa fiscalização da qualidade das rações, pagamento pontual do leite à produção, pagamento das dívidas aos produtores de ervilha, preço do arroz a 20 escudos e pagamento dos subsídios em atraso.

Estamos dispostos a negociar, queremos e estamos dispostos a discutir um plano de desenvolvimento da agricultura, de melhorias de técnicas culturais, de aumento da produtividade, etc..

Não estamos dispostos a ser sempre o parente pobre da nação. Queremos respeito e dignificação da nossa profissão, queremos soluções acertadas para os nossos problemas.

Senhor primeiro-ministro, desejamos-lhe uma boa viagem e que esta sua viagem tenha sido proveitosa. Esperamos de V. Ex. a atenção que esta carta e os nossos problemas merecem.

A ruína da agricultura afectará os agricultores mas com ela, repetimos, sofrerá todo o país. Estamos todos a tempo para resolvermos os problemas, mas uma coisa é certa: se não forem resolvidos lutaremos, voltaremos em força com os nossos protestos e as nossas reclamações.

Trabalhadores exigem revogação da nova lei da cortiça
– muitas UCP's suspendem a extracção

Reunindo na passada terça-feira, na sequência do debate havido e da moção aprovada no plenário realizado no dia 16, as UCP's/Cooperativas agrícolas do distrito de Évora, com cortiça para extrair na campanha de 1981, decidiram através de uma moção aprovada por unanimidade reafirmar o carácter profundamente inconstitucional da nova lei da cortiça, uma lei **«prepotente, violadora da própria lei Barreto e atentatória dos mais elementares direitos das UCP's/Cooperativas e dos trabalhadores agrícolas»**.

Realçaram ainda nada ter ficado esclarecido sobre os pontos obscuros da lei e da sua aplicação, após os contactos e diligências junto do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária (IGEF), entidade responsável pela execução da lei.

Depois de denunciarem que tal lei visa contribuir para a destruição das UCP's/Cooperativas, retirando-lhes qualquer direito sobre a cortiça, para além de pretender **«favorecer os grandes intermediários e negociantes do sector e em particular os importadores da cortiça»**, o documento sublinha que esta nova lei, publicada já a meio da campanha, caso venha a ser aplicada **«paralisará, como já está a paralisar, toda a actividade de extracção e venda da cortiça, com sérios prejuízos para as UCP's/Cooperativas, para os industriais do sector e para a economia nacional»**. Estas posições perante a lei são aliás partilhadas por entidades tão diferentes como sejam as UCP's/Cooperativas e suas organizações, bem como pela Associação dos Industriais de Cortiça do Norte.

Salientando que as anteriores leis ainda previam o pagamento de uma percentagem sobre o valor da cortiça para cobrir as despesas de conservação do montado e extração, os trabalhadores constatam que com esta lei nenhum dinheiro está garantido, permitindo-se o Estado, se assim o entender, a apropriar-se, **«extrair e vender a respectiva cortiça, sem qualquer contrapartida para os trabalhadores, estabelecendo um autêntico regime de trabalho de escravo»**.

«Segundo este decreto-lei parte substancial do valor da cortiça é destinado a pagar indemnizações aos agrários e a pagar aos serviços e funcionários do MAP os seus fabulosos subsídios pela entrega de reservas», denuncia a moção aprovada.

Após reclamar que os órgãos de soberania chamem a si a análise e revogação desta nova lei da cortiça, que a sua extracão e venda seja livre e de não reconhecerem legitimidade a esta lei, o plenário distrital de Évora decidiu **«transmitir a todas as UCP's/Cooperativas a orientação de que não se deverá extrair cortiça»** a não ser nos casos em que esteja **«garantido pelos compradores o seu levantamento, transporte e respectivo pagamento pelo justo valor»**.

Às UCP's/Cooperativas que não tenham compradores que garantam aquelas condições, o plenário aconselhou a **«não extrair a cortiça»** pois correm o risco de, **«depois de empilhada, o MAP se apropriar dela e vendê-la em concurso público sem pagar um tostão»**.

Foi decidido ainda **«propor aos industriais e compradores de cortiça que se associem às reclamações e formas de luta aprovadas neste plenário»** e de apelar à solidariedade **«de todos os trabalhadores designadamente dos trabalhadores da indústria corticeira»**.

À memória de Jorge Manuel

Uma tragédia ensombrou um abraço.

Cento e trinta camaradas e amigos levaram com alegria, desde Lisboa, a solidariedade à Reforma Agrária. Voltaram amargurados. Partiram de excursão. Homens, mulheres e crianças foram, da freguesia de Fátima, a Montargil, no passado dia 12. Um deles não voltaria. O pequeno Jorge Manuel, de nove anos, morreu na barragem, onde a aventura o chamara, onde perigosamente foi brincar.

O filho dos nossos camaradas José Manuel Gonçalves da Silva e de Maria Cidália da Conceição Silva, que também levava o seu abraço aos trabalhadores de Montargil e a sua curiosidade de ver como era tão diferente a terra do Alentejo da de Camarate onde vivia, não voltará a participar em excursões. Fica na memória de todos, porém. E a amargura dos pais e dos amigos encontrará algum conforto na solidariedade espontânea que logo cresceu – em Lisboa, entre os que da tragédia tomaram conhecimento, mas em primeiro lugar, imediata, entre os trabalhadores da Cooperativa «12 de Maio»: em cerca de quatro horas, dos magros bolsos recolheram eles mais de duas dezenas de contos para que o pequeno Jorge Manuel pudesse repousar em Camarate.

Talvez importe, mais do que alinhar as verbas e os montantes da solidariedade, dizer que ela cresceu e alastrou à população de Montargil. Todos quiseram contribuir, o que é também uma forma de retribuir um gesto generoso. Solidariedade com solidariedade se paga. E nem soldados da GNR se alhearam do movimento. Também da corporação local chegou à «12 de Maio» o contributo.

Na memória de quantos participaram numa jornada que levava palavras de estímulo aos trabalhadores da Reforma Agrária não ficarão por certo os momentos de alegre convívio que passaram. Mas ficará bem gravada a solidariedade que deram e que receberam, no partilhar de um momento de tragédia.

Aos pais do Jorge Manuel o «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Poder local

Eleições suplementares em Miragaia

Fruto da incapacidade da 'AD' e do PS, do não funcionamento dos órgãos autárquicos e da denúncia feita pela APU da situação, com amplo apoio da população cansada de não ver resolvidos os seus problemas, caíram a Assembleia e a Junta de Miragaia, populosa e carenciada freguesia da zona ribeirinha da cidade do Porto.

Face à existência de numerosas irregularidades, à situação ilegal do não funcionamento dos órgãos autárquicos – a A.F. não reunia desde Setembro, não havia planos de actividade e orçamento, não havia relatório e contas, nunca se fizeram reuniões públicas da Junta, etc. – a APU requereu uma A.F. para discussão da situação, ao mesmo tempo que alertava a população para as irregularidades cometidas e consentidas e apelava à sua participação. Foram as reuniões mais participadas de sempre, havendo uma delas que contou com mais de 400 pessoas.

Defraudando as justas expectativas da população, escusando-se a prestar contas àqueles que os elegeram, os eleitos da 'AD' e do PS, assustados com a participação de tanta gente, recusaram-se a enfrentar os moradores, pediram a demissão dos seus cargos provocando assim a queda da A.F. e da J.F., onde só se mantiveram os eleitos da APU.

O povo de Miragaia viu quem na realidade defende os seus interesses, quem não tem nada a esconder, quem acima de interesses pessoais luta por uma vida democrática e honesta nos órgãos do poder local.

Para as eleições intercalares de 13 de Setembro a APU já desenvolveu e tem programado um conjunto de numerosas iniciativas que visam discutir com a população a melhor solução para os problemas locais. A candidatura da APU tem merecido um amplo apoio popular manifestado pela adesão das pessoas mais prestigiadas da freguesia que vai desde independentes até homens que fizeram parte de anteriores listas de outros partidos, nomeadamente do PS.

Na intensa campanha já desenvolvida foram editados 3 boletins APU (semanais) distribuídos porta-a-porta, motivando grande interesse por parte da população; realizaram-se visitas com os eleitos da APU na Câmara e na Assembleia Municipal, estando já previstas e marcadas reuniões com mulheres, jovens, reformados, comerciantes. Este vasto e diversificado movimento de apoio à APU converge no dia 26 para uma reunião aberta a todos os moradores, com vista à discussão dos problemas, propostas e programa da APU.

Dia 20 realizou-se um grande comício-festa com Carlos do Carmo e em que intervieram os camaradas Quim Nascimento da anterior Junta e da actual Comissão Administrativa, e António Mota do Comité Central do PCP e deputado à Assembleia da República. Estiveram presentes nesta iniciativa mais de cinco mil pessoas, número que atesta o entusiasmo existente em torno da candidatura da APU.

No dia 25 realiza-se um baile para a juventude com um conjunto rock. No dia 26 uma iniciativa desportiva para as crianças e no dia 1 de Agosto haverá uma noite de fado com Fernando Farinha.

Assumem também particular importância outras iniciativas em que tiveram papel de relevo destacados apoiantes e activistas da APU. O movimento de solidariedade em torno da morte de um morador de Miragaia que vivia em situação degradante, com recolha de fundos e circulação de um abaixo-assinado, e uma jornada de trabalho voluntário para arranjar os lavadouros públicos votados ao abandono pela Câmara 'AD' e pela Junta, são exemplos vivos do muito que é possível fazer e que será feito se à frente dos órgãos autárquicos estiverem pessoas competentes, honestas e que mereçam a confiança da população.

A APU está confiante e está certa que as próximas eleições, em 13 de Setembro, se traduzirão num importante reforço da sua influência como condição essencial para a melhoria das condições de vida da população de Miragaia.

E também em Duas Igrejas

No próximo dia 26 decorrerão as eleições para a Assembleia de Freguesia de Duas Igrejas, concelho de Penafiel.

A anterior Junta de Freguesia era maioritariamente 'AD', sendo os restantes membros do PS.

A Junta caiu devido aos desentendimentos e choques entre os elementos da 'AD' relacionados com a forma como eram gastos os dinheiros públicos.

Apresentam-se a estas eleições a APU e o PS uma vez que a 'AD' não conseguiu fazer entrar a sua lista nos prazos legais.

De registar que a lista do PS integra 9 elementos da 'AD', alguns dos quais foram eleitos para os órgãos anteriores. Este facto tem constituído motivo de descontentamento de alguns conhecidos socialistas que não compreendem como pode ter sido elaborada assim a sua lista.

A APU apresenta-se com o objectivo de eleger alguns dos seus elementos como forma de fazer valer nos órgãos de gestão da Freguesia, as aspirações das populações, consubstanciadas no programa que apresenta.

Agricultores algarvios exigem pronta intervenção do Governo

«Discutir os problemas da lavoura e a situação dos produtores agrícolas» da zona de Faro e Olhão foi o propósito do Encontro de Agricultores, realizado no último sábado, na Casa do Povo da freguesia da Conceição, concelho de Faro, promovido pela Associação de Agricultores do Algarve

.Após uma desenvolvida exposição sobre a situação actual da agricultura portuguesa efectuada por Joaquim Casimiro, membro da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), os cerca de 60 agricultores presentes debateram e aprovaram várias reclamações que constam de um documento a ser entregue ao órgãos de soberania.

Nele se solicita, designadamente, uma tomada de posição clara do Governo que permita fazer «face aos muitos problemas que a agricultura atravessa num ano de pronunciada crise», quer pela prolongada seca que se vive, quer pelos brutais aumentos dos factores de produção que se têm vindo a registar.

Depois de exigir do Governo uma pronta intervenção no sentido de proceder a uma baixa dos preços das rações, pesticidas, adubos, etc. produtos «sem os quais se torna cada vez mais difícil e ruinoso proceder ao fomento agrícola», o documento sublinha a importância de o preço do gasóleo para a agricultura ser fixado em 13 escudos o litro, com um mecanismo de entregar a negociar, «de modo a que os verdadeiros beneficiados venham a ser os agricultores».

De acordo com o texto torna-se também urgente que o Governo garanta o «rápido escoamento dos produtos agrícolas a preços compensadores para a produção» tanto mais que se vive uma situação particularmente crítica no que respeita à produção de amêndoa e alfarroba. Nesse sentido reclamam uma rápida intervenção da Junta Nacional das Frutas (JNF) e a fixação dos seguintes preços: amêndoa com casca, mil escudos por arroba; miolo, entre 4500 e 5000 escudos por arroba; alfarroba, 200$00 por arroba.

Quanto ao preço do gado, e para acabar com a verdadeira ruína actual «na qual o consumidor em nada é beneficiado», os agricultores pensam que o preço mínimo do suíno deveria ser fixado em 100/130 escudos, 270 escudos para o bovino e 20 escudos para o litro do leite.

«A actual situação de seca em que se vive, coloca mais uma vez a necessidade do Governo pôr de pé as obras já há muito reivindicadas de pequenas represas e barragens na serra algarvia, assim como o aproveitamento das águas do Guadiana. Tais obras impediriam o dispêndio de valiosas somas hoje gastas pelos agricultores na abertura de furos, bem como diminuiriam seriamente os riscos que anualmente se correm de os mesmos poderem secar em qualquer altura", salienta-se no mesmo documento.

Os agricultores reivindicaram ainda a instituição de um verdadeiro seguro agrícola que cubra os prejuízos causados com o gado, seca, geadas e cheias. Exigiram a abertura de linhas de crédito, desburocratizadas e a juros compensadores, que não fossem além de 5 a 8 por cento, pagáveis em prazos suficientemente dilatáveis. Reclamaram o aumento de pensões mínimas para os agricultores na ordem dos quatro mil escudos e de 500 escudos para o abono de família.

Já no final do Encontro, foi aprovada uma recomendação na qual se chama a atenção para a necessidade de os agricultores se organizarem o melhor possível de forma a não serem destruídos pelas inevitáveis e nefastas consequências que adviriam para a agricultura nacional com a eventual entrada do nosso país para a CEE (Comunidade Económica Europeia).

CNA repudia aumento do preço do gásoleo

Face ao agravamento do preço do gasóleo decretado recentemente pelo Governo, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em comunicado da sua direcção emitido em Coimbra, tomou pública a sua posição de vivo repúdio por este aumento.

Altamente lesivo para os interesses dos agricultores esta medida veio agravar ainda mais a ruinosa situação da lavoura e acentuar a cada vez mais difícil e dura vida nos campos.

"Relativamente a 1980 a lavoura vai passar a pagar o gasóleo de uso agrícola – a manter-se o actual subsídio de 4$50 o litro – mais caro 57,6 por cento", salienta a nota da CNA.

Depois de se referir à evolução do preço do gasóleo para a lavoura que no ano passado estava em 13 escudos o litro, passando na presente campanha a partir de Dezembro último para 22$50, a CNA constata que **"depois do actual agravamento dos preços dos combustíveis, a lavoura passará a ter gasóleo a 20$50 se aquele subsídio de 4$50 não for actualizado"**.

Considerando que na actual situação de verdadeira desgraça da agricultura qualquer **"novo agravamento dos seus encargos tem repercussões dramáticas quer para os agricultores, quer para a economia do país"**, o documento do órgão de direcção da CNA sublinha como exigência o **"imediato aumento do valor do subsídio do gasóleo para uso agrícola"**.

Trabalhadores

Lei do Trabalho contra a revisão silenciosa
● 2.º Encontro propõe

Realizado num «momento de profunda insegurança jurídica no domínio da lei processual do trabalho», o 2.º Encontro sobre a matéria aprovou no último fim-de-semana em Lisboa uma série de conclusões tendo em vista principalmente a reforma do Código do Processo de Trabalho, já que o anterior data de 1963 e que na respectiva área do Governo se prepara a sua revisão, silenciosamente como é hábito quando estão em jogos direitos, garantias e interesses dos trabalhadores.

Uma das principais conclusões do 2.º Encontro, organizado como o primeiro pela CGTP-IN com a participação de cerca de 200 juristas e 40 dirigentes e delegados sindicais, está em síntese na resolução aprovada no final do Encontro e diz respeito à autonomia de funções da Inspecção do Trabalho perante o Ministério do mesmo sector, passando os serviços daquela Inspecção para o âmbito do Ministério Público.

Essa, juntamente com outras propostas, como seja a destinada a acelerar o processo de trabalho, deve ser tida em conta pelos responsáveis pela reforma do Código, suspensa ao que parece até 30 de Setembro, data em que termina a suspensão de um diploma aprovado sobre a matéria pelo V Governo Constitucional.

Hotel Eva –10 perguntas ao Governo

Como noticiámos no número anterior do «Avante!» e já era do domínio público através da imprensa diária, o hotel Eva de Faro, propriedade nacionalizada pertencente à Rodoviária Nacional, fora entregue pelo governo para exploração ao capital privado.

Segundo a posição tomada pelos trabalhadores da RN e pela Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários, a entrega do hotel à **Chotefaro**, empresa privada que se julga criada apenas para a exploração do hotel por uma renda irrisória, é uma atitude que não pode ser aceite, nem à luz da Constituição nem do interesse nacional, pelo que em reunião nacional de delegados e dirigentes sindicais e membros de CTs a Federação do sector foi mandatada para desencadear a luta quando achar oportuno, para repor a legalidade e obstar ao desmembramento da RN, a começar pelo Hotel Eva, cuja exploração deve ser imediatamente devolvida à Rodoviária Nacional.

Os trabalhadores esperam entretanto que o governo responda a dez perguntas sobre a situação do hotel, a saber:

1. **Quais os precisos termos do contrato?**
2. **Porquê tanto secretismo?**
3. **Foi feito concurso público?**
4. **Quais as razões que levaram à escolha de tal empresa e não de outra?**
5. **Como estão salvaguardados os interesses da empresa e dos trabalhadores?**
6. **O que é a Chotefaro?**
7. **Quem são os seus sócios?**
8. **Qual a sua idoneidade?**
9. **Qual a sua fonte de financiamento?**
10. **Tais financiamnetos foram impossíveis de fazer à RN?**

CGTP-IN reúne hoje Conselho Geral

Convocado de urgência para hoje, o Conselho Geral, um dos órgãos mais importantes da CGTP-IN, que entre as suas oito comissões permanentes, inclui as de **política salarial, rendimentos e preços, contratação colectiva, reestruturação sindical, informação, política económica e emprego**, «vai apreciar a actual situação e tomar as medidas necessárias para a defesa dos interesses dos trabalhadores».

A convocação é anunciada pela Central no fim de um extenso comunicado sobre a «histórica decisão do CR de declarar inconstitucional o decreto-lei governamental dito de delimitação dos sectores da economia», assunto a que nos referimos noutro local desta edição.

A TAP na calha

A TAP como as outras grandes empresas de transportes nacionalizadas é alvo de tentativas no sentido do desmembramento e da entrega dos serviços rentáveis ao grande capital privado. Sob o título "A TAP em destruição progressiva", parte de um comunicado recente subscrito pelo secretariado da célula do PCP na empresa refere:

"Os ataques à TAP-AIR Portugal-EP, que recentemente se têm traduzido pelo agravamento da sua situação financeira, resultante das insuficiências e do não cumprimento do ASEF (Acordo de Saneamento Económico e Financeiro) por parte do governo, pelo fecho de linhas (Boston), pela redução da sua actividade (oficinas gráficas e transporte não regular), pelas ameaças de encerramento de alguns sectores (transportes terrestres, assistência a terceiros, TAP Regional) pelos estudos e acordos que visam a desanexação de outros serviços (terminal de carga-importação, manutenção de aviões, "free-shop" de Lisboa), pela alienação (venda) das participações financeiras da TAP noutras empresas e do património da empresa (aviões da TAP Regional) são a aplicação à TAP das linhas de orientação do governo "AD"/Balsemão e visam criar condições para o redimensionamento da TAP (redução) e para a entrega a interesses privados de parte importante da sua actual exploração".

600 mil trabalhadores são sinistrados do trabalho

Numa entrevista ao «Ferroviário», órgão da Federação sindical, o presidente da Associação Portuguesa de Deficientes (APD), Henrique Pina, depois de nomeadamente acentuar que **a maior parte dos deficientes são sinistrados do trabalho**, acrescenta a dada altura da entrevista:

«Há a ideia de que os deficientes dos acidentes de viação, ou com origem em problemas de saúde constituem a grande maioria dos deficientes portugueses. É um erro grave. Os que lançam esta ideia pretendem subalternizar o grande exército dos sinistrados do trabalho de que não se fala por ser pouco conveniente. Calcula-se que do milhão de deficientes existentes em Portugal mais de 600 mil resultaram de acidentes no trabalho».

«Intolerável» o comportamento do Governo – afirma a USS

A União dos Sindicatos de Setúbal (USS), uma das organizações distritais que representa maior número de trabalhadores dentro da grande Central unitária, reclama numa tomada de posição muito recente «a imediata demissão deste Governo e a sua substituição por um Governo democrático que defenda os interesses do povo e do País».

À semelhança do resto do movimento sindical unitário, e designadamente dos sindicatos e outras associações sindicais que tem vindo a manifestar-se contra a política «AD»/Balsemão, a USS, «interpretando o sentir e o pensar dos trabalhadores que defende» sublinha que «o Povo português saberá encontrar a resposta adequada às atitudes escandalosas da "AD"». Sintetizando em quatro pontos os escândalos mais notórios do Governo «AD»/Balsemão, cujo comportamento considera «intolerável» a União dos Sindicatos de Setúbal, depois de uma referência aos «aumentos da ordem dos 100 por cento para deputados», acusa o Governo de «dar milhares de contos de mão beija ao fascista Moreira Baptista»; de «entregar a EPAC às multinacionais e a familiares de membros do Governo "AD"/Balsemão»; e de fazer «chantagem com outros órgãos de soberania para que aceitem a subversão do regime e a violação da Constituição, como aconteceu no caso recente da lei de delimitação dos sectores».

Fecho

Quando o ministro do Trabalho (PPD/UGT) critica em público as «tendências hegemónicas do Ministério das Finanças» (CDS), quando outras desavenças menos para «inglês ver» atacam o Governo e a sua «aliança», que vai fazer para já o grande patronato? A pergunta é ambiciosa e exige muito fôlego. Descubra quem se interesse, ou responda quem souber. O que é já público e cristalino é o que por hoje nos interessa aqui. E por falar nisso, já não é sequer a óbvia incapacidade «AD» para manter de fora a proa da barca. É mas é a circunstância de, ao mesmo tempo que critica as «tendências hegemónicas» do colega CDS, o colega PPD ir anunciando que reunirá dali a dias a alegada «comissão tripartida» que certamente nem bipartida será. E com a dita «comissão» aí vem outra vez o «pacto» da CIP, ou o «contrato» da CCP, um ou outro atados com a fita amarela da UGT. E aí têm quase pela certa o que continuará a tentar nos tempos mais próximos o grande patronato. Mas, apenas no que respeita a esta notazinha, esses tempos são tempos e próximos também para a contratação colectiva, como mostram (escusado é dizer, exemplarmente) os mineiros, os metalúrgicos, as trabalhadoras e trabalhadores do têxtil, do vestuário, da Cimpor. Será caso para dizer que cada vez haverá menos «pacto» e mais contrato. Mas não o da «comissão». E muito menos o da UGT.

Corfam's —uma falência à moda da «AD»

Capital estrangeiro, banca nacionalizada (neste caso a União dos Bancos Portugueses), favores inconcebíveis a grandes capitalistas (neste caso o sr. Max Azeria), desrespeito completo pelas leis do País e pelos direitos fundamentais dos trabalhadores (o trabalho feminino é mais uma vez a vítima principal) conduziram recentemente, no Porto, à falência da Corfam's (vestuário) e à perda de 630 postos de trabalho. Continua assim a cumprir-se o «projecto europeu» na versão «AD» que consiste em acabar nos próximos anos com 60 mil empregos no sector têxtil de que o vestuário é parte.

Além da intervenção sindical e das respectivas organizações nas empresas, cuja luta praticamente se tem prolongado por todos estes anos de recuperação capitalista, agora em fase avançada – a têxtil voltou a parar a nível nacional – o PCP e outras forças democráticas têm intervido em todos os momentos de luta e por várias formas, descobrindo as ameaças, apontando os perigos, mobilizando contra as manobras dos grupos financeiros e das multinacionais. Mais uma vez, agora no que respeita à Corfam's a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP (DORP) vem a público, através de uma nota da SIP, desmascarar a actuação do conselho de gerência da UBP, recusar a solução da falência e apresentar «mais um exemplo do que representa para o nosso país o falacioso contributo dos capitais estrangeiros» para a riqueza nacional.

Indiferença irresponsável

«Falência não é solução» afirma a DORP que situa directamente o despedimento colectivo na Corfam's na «política de recuperação capitalista e de submissão aos interesses das multinacionais», política essa «aberta pelo PS, e prosseguida e agravada pelos governo da "AD"». *Desde há meses* – acentua a Organização do Partido no Porto – *que os trabalhadores da Corfam's se vêm batendo em defesa dos seus postos de trabalho, quer junto da banca nacionalizada, quer junto dos órgãos do poder, nomeadamente do Governo. O processo que conduziu à perda dos postos de trabalho prosseguiu, entretanto, perante a indiferença irresponsável de uns e de outros.*

O comportamento do conselho de gestão da UBP neste processo é mais que injustificável. Não mexeu um dedo para que fosse encontrada uma solução que evitasse os prejuízos da Banca e impedisse que os trabalhadores fossem lançados no desemprego. Não assegurou para os seus créditos cobertura por garantia real. Quando havia indícios de que vários credores seriam favoráveis a um acordo que permitisse manter a empresa em laboração, a UBP que devia, na qualidade de principal credor, tomar a iniciativa do acordo, não apresentou em tribunal qualquer proposta e empurrou a empresa para o encerramento.

Solução inadmissível

Depois de referir que «uma empresa cujo capital (social) se reduz a 5500 contos pôde abrir falência com mais de 200 mil contos», de dívidas claro está, a DORP acusa a Banca de parcialidade nitidamente favorável ao grande capital privado, neste caso estrangeiro, e compara a actuação bancária no caso da Corfam's do sr. Max Azeria com as empresas que a procederam, como seja a Boardman, cujas instalações constituiam agora a base material da Corfam's, quando há anos os trabalhadores assumirão a autogestão e mais tarde com uma cooperativa, criada por sua vez a partir da Boardman. A DORP, que considera a falência uma «solução» a não aceitar, recorda que *aos trabalhadores, primeiro em autogestão e depois em cooperativa, foram negados os vultosos créditos concedidos depois pela banca nacionalizada ao capitalista estrangeiro*, Max Azeria.

Na Corfam's, como em outros lados, *os trabalhadores foram explorados em benefício exclusivo de um capitalista estrangeiro, que estrangulou as relações comerciais da empresa, colocando-o na dependência de encomendas de firmas que domina em França e que agora se encontram igualmente em processo de falência.*

Reprivatização foi exigida pela Banca

Convém não esquecer, entretanto, que foi a própria Banca que exigiu a reprivatização da Corfam's para lhe conceder créditos, logo que a recuperação capitalista entrou na sua fase ascendente. Está hoje plenamente provado, acentua a DORP, que «essa política não correspondia de modo nenhum às medidas necessárias à defesa dos capitais bancários». Não corresponde nem corresponde. «Factos como a falência da Corfam's demonstram uma vez mais a necessidade de uma viragem democrática na política nacional, o imperativo de uma política económica que corresponda aos interesses nacionais», acrescenta a DORP do PCP que conclui reafirmando:

«A *solução* que foi encontrada para a Corfam's não pode ser aceite pelos trabalhadores. É inadmissível que se concretize o encerramento. A empresa tem condições técnicas e económicas para retomar o funcionamento. Pode rapidamente reconstituir uma boa carteira de encomendas e diversificar as suas relações comerciais. Para que os postos de trabalho se mantenham basta que o Governo e a banca nacionalizada tenham a vontade política necessária para que seja encontrada uma solução justa. Os trabalhadores devem manter-se unidos e firmes na defesa dos seus postos de trabalho, exigir a intervenção da Secretaria de Estado da População e Emprego, reclamar que a banca nacionalizada abra caminho a uma solução. Exige-o o interesse dos trabalhadores e da economia nacional».

Salários rurais à espera de quê?

Dezenas de milhares de trabalhadores rurais do Norte e do Centro do País, apesar dos esforços repetidos dos Sindicatos, continuam à espera da revisão dos salários e garantias contratuais em vigor desde 1979. Por vezes, só no papel é que remunerações, regalias e direitos têm existência real para grande parte desses trabalhadores, obrigados a prescindirem do mínimo para arranjarem trabalho. Mesmo a regulamentação alcançada em 1979 está longe de ter aplicação em locais onde quem faz a lei são os grandes proprietários «arranjistas» e caciques. Mas os grandes responsáveis estão no Governo «AD»/Balsemão e continuam a protelar soluções perfeitamente possíveis, sem sequer se darem ao cuidado de publicamente explicitarem atitudes que interessam a uma grande massa de assalariados, como seja a extensão total do CCT para a agricultura que continua por fazer.

Há cerca de um mês, os Sindicatos dos trabalhadores rurais deram uma conferência de imprensa em Lisboa. Depois dessa data, o assunto caiu em relativo silêncio.

Convém por isso recordar que de há um mês para cá, apesar das diligências que não pararam, a situação da regulamentação colectiva de trabalho do sector continua no fundamental assim:

● Na maior parte do País – passamos a citar os Sindicatos – continua a vigorar a PRT (Portaria de Regulamentação de Trabalho) de 1979, cujo salário mais elevado, correspondente às categorias de maior qualificação, é de 7500 escudos – o salário mínimo nacional;

● Se esta situação se mantiver, em breve todos os salários da PRT serão inferiores ao salário mínimo nacional;

● Apenas não são abrangidos pela PRT (dados de 1 de Julho) as regiões onde se celebram convenções (CCTs): distritos de Santarém, Évora e Beja e concelho de Azambuja;

● Em largas regiões do País nem a PRT é aplicada, sendo de referir a ineficácia da Inspecção do Trabalho e o não funcionamento dos tribunais de trabalho;

● Nem todos os trabalhadores agrícolas são ainda, 7 anos decorridos sobre o 25 de Abril, abrangidos pela Lei Geral do Trabalho, sendo de referir sentenças declarando a ilegalidade da PRT, na parte em que esta remete determinadas matérias para aquela Lei;

● O MT (Ministério do Trabalho) continua a recusar sem qualquer explicação a publicação de uma PE (Portaria de Extensão) relativa ao CCT/Agricultura de Santarém/Azambuja, por forma a abranger entidades patronais e trabalhadores não filiados nas associações outorgantes, apesar de ter publicado um aviso de PE de idêntica natureza para a convenção relativa aos distritos de Évora e Beja. Objectivamente o MT está a dar cobertura às entidades patronais que não aplicam a convenção, declarando simplesmente que não estão filiadas nas associações patronais que subscrevem as convenções;

● O MT não deu qualquer garantia de que será publicada a PE, por forma a estender a convenção de Évora e Beja aos distritos do Sul, incluindo Castelo Branco, e a resolver a situação nos distritos do Norte e do Centro do País ainda abrangidos pela PRT de 1979.

Situação preocupante para 16 mil trabalhadores

A "situação preocupante em que vivem os cerca de 16 mil trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA's)" levou a Comissão Coordenadora das CTs daqueles Estabelecimentos a dirigir uma exposição aos deputados e a várias acções públicas de informação e luta, designadamente no que respeita ao Arsenal do Alfeite, por parte das respectivas organizações representativas (ORTs) e do Sindicato representativo da maioria, o das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul.

Segundo a referida exposição da Coordenadora, esta organização representa as CTs do Arsenal do Alfeite; Fábrica Nacional de Cordoaria; Oficinas Gerais de Material de Engenharia; Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento; Laboratório Militar; Manutenção Militar; Centro de Informática dos Estabelecimentos Fabris do Exército; Oficinas Gerais de Material Aeronáutico; Fábrica Militar de Braço de Prata e Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras, recentemente extintas para a criação da empresa pública Indústrias Nacionais de Defesa, EP (INDEP).

A Coordenadora dirige-se ao Parlamento "depois de inúmeras tentativas frustradas" de fazer chegar "às entidades superiores" as suas "razões".

A "situação preocupante" entretanto criada não demoveu o Conselho de Directores dos EFFA's e os Chefes dos Estados-Maiores. O primeiro "recusa-se a receber os representantes dos trabalhadores". Os segundos "não respondem a pedidos de audiência das CTs, ou respondem negativamente a tais solicitações", acrescenta a Coordenadora na exposição. Dividida em 5 pontos, esta trata da "proibição do exercício da liberdade e dos direitos sindicais"; do "Estatuto do pessoal civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 33/80, de 13 de Março)"; do "despacho conjunto do CEMGFA e CEMs sobre normas provisórias das CTs dos EFFAs ("Diário da República" n.º 274, II série, de 27.11.79 e "Diário da República" n.º 73, II série, de 27.3.80)"; da "situação geral dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas" e da "criação da INDEP".

Depois de várias considerações críticas acompanhadas de factos (o documento é extenso e pormenorizado), a Coordenadora chama designadamente a atenção dos deputados para a "semiclandestinidade" em que é exercida pelos trabalhadores daqueles Estabelecimentos a actividade sindical.

A proibição imposta neste campo é "nitidamente inconstitucional e ilegal", sublinha a Coordenadora.

Quanto ao **estatuto do pessoal civil**, elaborado sem audição prévia dos principais interessados, os trabalhadores, através das suas organizações representativas, impede, entre outras ilegalidades, que essas organizações ou organismos "negoceiem e discutam as condições de trabalho, instituindo nomeadamente a fixação por via administrativa de remunerações".

Sobre o **despacho conjunto** a Coordenadora, entre "alguns vícios graves de que enferma", acusa-o de violar "a Constituição, a Lei Sindical e as convenções da Organização Internacional do Trabalho".

Acerca da **situação geral** dos Estabelecimentos, ressalta o mau aproveitamento das potencialidades, a "total inadequação às realidades e aos tempos modernos", no que respeita a organização. A gestão do pessoal é "deficiente", em geral máquinas e instalações "estão antiquadas e só respondem às solicitações que lhes são feitas com um esforço acrescido dos trabalhadores, e não se "verificam admissões de pessoal de molde a pelo menos contrabalançar as saídas que se vão verificando".

Depois de manifestarem "sérias preocupações" sobre a criação da INDEP, "resultante da fusão da Fábrica Militar de Braço de Prata e da Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras", pois é "altamente duvidoso para os trabalhadores que a nova empresa pública tenha sido criada com o único objectivo de proporcionar uma melhor organização e funcionamento da indústria de armamento", a Comissão Coordenadora das CTs dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas dirige-se aos deputados reclamando apenas justiça. Pretende que "sejam reconhecidos os direitos, liberdades e garantias que assistem aos trabalhadores e aos seus órgãos representativos; que sejam aproveitadas as potencialidades dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas e que estes sejam postos ao serviço da economia nacional".

Panasqueira e outras lutas

Em confronto directo com o patronato nos locais de trabalho, obrigados a recorrer a formas de luta que implicam grandes sacrifícios, mas que só estaria na mão do Governo e dos grandes patrões evitar, se em vez de exacerbarem conflitos fugindo à negociação e recorrendo ao divisionismo satisfizessem reivindicações realistas, centenas de milhares de trabalhadores ***mineiros, têxteis e vestuário, metalúrgicos, gráficos, dos cimentos (CIMPOR/SECIL), dos Correios,*** *efectuaram, têm em curso, ou suspenderam recentemente paralisações de vários tipos, de acordo com o estado das negociações ou com a falta delas no âmbito da contratação colectiva.*

Em dezenas de empresas outros conflitos de maior ou menor vulto levavam também trabalhadores à luta ou a acções e diligências de outra ordem pela aprovação de cadernos reivindicativos, pela readmissão de companheiros despedidos, contra a repressão do patronato, pela defesa dos postos de trabalho.

Lugar destacado ocupa naturalmente a luta dos mineiros da ***Panasqueira****. Quase treze semanas de paralisações diárias e consecutivas demonstram uma notável vontade de vencer uma luta justa. Enquanto a administração ameaça fechar as minas que no ano passado deram 490 mil contos de lucros à Beralt, Tin & Wolfram, ligada à Anglo-American um dos maiores grupos financeiros do mundo, os trabalhadores limitam-se a exigir aumentos de salários da ordem dos 10 por cento desde Janeiro e mais 5 por cento depois de 1 de Julho, diutumidades de 750 escudos escalonadas por 5 anos e um complemento do subsídio por acidentes de trabalho.*

Notas comuns à grande maioria das lutas nos sectores é a forte adesão, a sua estrita legalidade, a intervenção normal dos Sindicatos e demais organizações representativas dos trabalhadores, a ausência completa de incidentes, pelo menos com alguma gravidade, apesar da tendência sempre presente para a provocação e para o apoio aos promotores do divisionismo que se exacerba entre um determinado patronato saudoso dos privilégios de antigamente ou insatisfeito com os favores que, constantemente lhes são proporcionados por um Governo e uma «AD» que, embora divididos, insistem em durar e fazem o que podem pelo bolso sem fundo dos «privados», mesmo contra o que ainda é a Lei Fundamental do País.

A CGTP-IN e a decisão do CR

Logo ao tomar conhecimento da decisão do Conselho da Revolução de declarar inconstitucional o Decreto-Lei do Governo que pretendia entregar a banca, os seguros e os sectores-chave da economia aos grandes capitalistas, o Secretariado da CGTP/Intersindical Nacional publicou um comunicado no qual classifica de histórica tal decisão do CR.

Exprimindo os sentimentos mais profundos dos trabalhadores, o Secretariado Nacional da CGTP/Intersindical Nacional saúda esta decisão que, segundo os seus próprios fundamentos, visa impedir a restauração do poder económico dos grandes capitalistas, com a consequente imposição de um regime autoritário e repressivo em tudo idêntico ao que oprimiu o Povo português e os trabalhadores durante cerca de cinquenta anos e lançou Portugal no atraso e dependência económica – afirma o comunicado da INTER.

Com efeito – esclarece o documento –, **não está em causa a supressão da iniciativa privada que, nos termos da Constituição, tem um papel a desempenhar na economia portuguesa e no desenvolvimento económico. O que está em causa é a própria sobrevivência do regime democrático e das liberdades conquistadas em 25 de Abril de 1974, consagrados na Constituição.**

A única garantia

A manutenção dos sectores de propriedade dos meios de produção nos termos definidos pela Constituição – assegurando-se a irreversibilidade das nacionalizações e o papel determinante do sector público com a participação e o controlo dos trabalhadores – é a única garantia de desenvolvimento económico independente e fornece a via para vencer as dificuldades económicas – adianta o comunicado da CGTP, em desacordo absoluto com as razões apresentadas pelo Governo Balsemão. – **Por isso a decisão do CR é uma decisão patriótica que impede o agravamento da situação económica ao contrário do que afirma o Governo "AD" que é o responsável pelo recente "pacote" brutal de medidas de agravamento das condições de vida e de recessão económica.**

A decisão do CR deve ser especialmente saudada pela firmeza revelada na garantia da Constituição contra a sua revisão de facto.

Ela deveria servir de exemplo para a necessidade imperiosa de, na revisão constitucional, as forças democráticas impedirem qualquer enfraquecimento real do actual sistema de fiscalização da constitucionalidade das leis.

Descontentamento popular

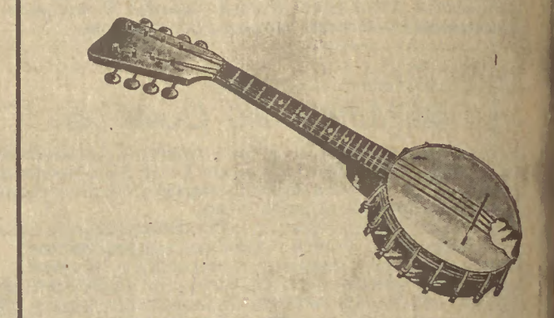
O Governo "AD", defrontando um crescente descontentamento popular – acentua o documento da Central Sindical dos trabalhadores portugueses –, **roído de contradições internas, afirmou repetidamente que não poderia governar sem a Lei agora declarada inconstitucional. Seguro de que esse é um pretexto para alijar responsabilidades pela sua política antidemocrática e de desastre nacional, o Secretariado da CGTP/IN extrai a conclusão de que chegou finalmente a hora de o Governo se retirar.**

Na situação actual revela-se indispensável o entendimento e a cooperação entre todas as forças democráticas e patrióticas para viabilizarem uma alternativa democrática que assegure a retomada do curso democrático aberto pelo 25 de Abril e que corresponde ao exacto cumprimento da Constituição.

A luta de massas foi determinante para isolar a política antidemocrática do Governo "AD" e para fornecer o suporte que mais uma vez permitiu defender a Constituição e o regime democrático. Ela será determinante a partir de agora para vencer a actual crise e criar condições para uma alternativa democrática.

Os artistas da Fe

1.º



Os artistas portugueses vão lá estar, connosco, na Festa. Como sempre. São uma presença que, com Festa ou sem ela, faz parte da nossa vida, que ninguém empenhado em transformar o mundo prescinde da arte, da música e das palavras que nos contam a vida e que nos anunciam nova maneira de a viver.

Os artistas portugueses, conhecemo-los. Quem não guarda nos olhos a memória dos seus gestos vivos, dos seus perfis, das suas faces, nos espectáculos que partilhamos com eles que atravessam o país de lés-a-lés? Nenhuma foto que os anuncie pode condensar a alegria que é estar com eles vivendo os espectáculos.

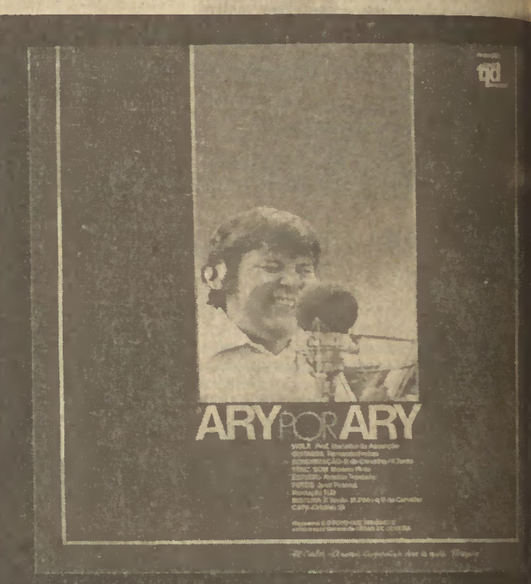
É pois com as capas dos seus discos, que os anunciamos desta vez. Dos seus discos que são obra acabada e feita, com o rigor da composição em estúdio, matéria que cristaliza o momento de arte e de luta, voz e música impressa que podemos levar connosco para casa para reavivar a memória que a rádio nos nega, recriando momentos em que os vimos cantar.

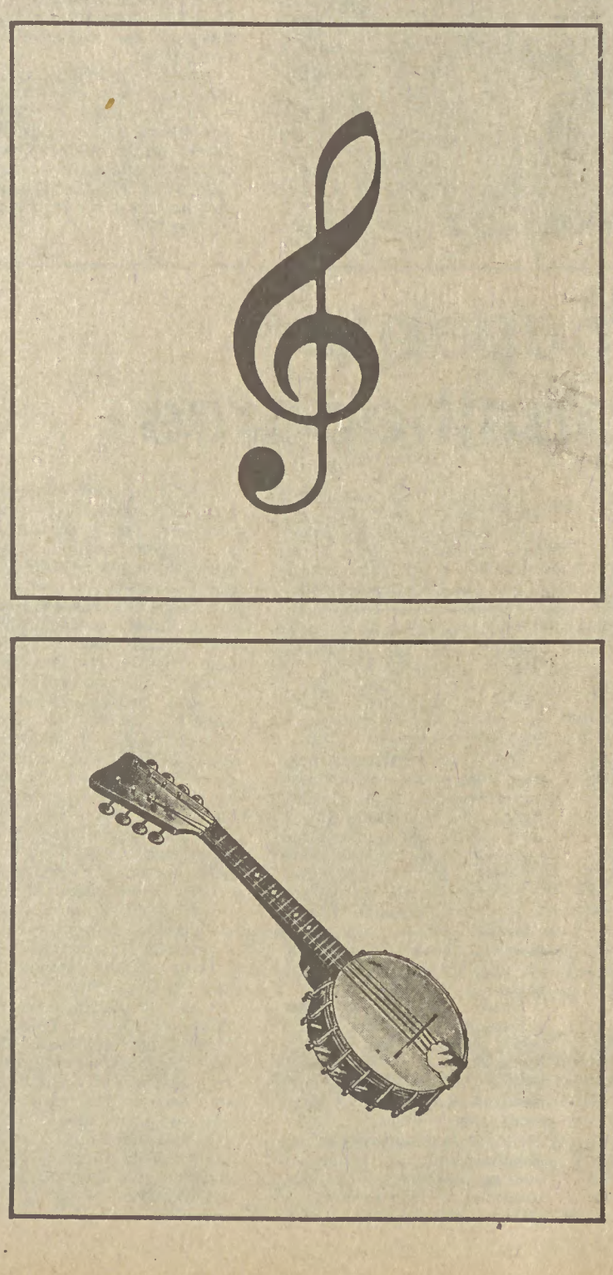
Aqui vão alguns discos. Isto é, alguns nomes, algumas vozes que nos têm desde há muito acompanhado nas batalhas que mesmo antes de Abril travámos já. Vozes que reconhecemos à primeira palavra, música que reconhecemos à primeira nota, mesmo quando as palavras e as notas tragam a marca de uma novidade que não pode confundir um estilo. Os amigos reconhecem-se sempre.

Aqui vão alguns discos. Apenas o anúncio, portanto, do que nos espera nos palcos do Alto da Ajuda.

Porque o momento do encontro — do reencontro — é lá. Momento único e insubstituível, frente a frente que todos aguardamos e que a Festa volta a tornar possível.

Com a sua arte a que nos habituaram — também em disco —, com as coisas novas que o seu labor e empenhamento reservaram para o momento alto deste reencontro, os artistas portugueses vão voltar a estar connosco, vivos de gestos e de música. Ao vivo. Na Festa!





esta do «Avante!»

Paco de Lucia

Herdeiro e inventor de uma linguagem. Já assim classificaram Paco de Lucía, o célebre músico de flamenco cuja fama chegou aos quatro cantos do mundo, lá onde os seus discos o apresentaram, mas sobretudo lá onde a sua presença — ele e a guitarra e os sons e o ritmo que parecem vir do princípio dos tempos — lhe abrem uma audiência vasta e entusiástica.

Donde veio? Que segredos traz e divulga na sua música de noite de madrugadas andaluzas? Eis o que iremos ver e ouvir na próxima Festa do «Avante!». Mas já se pode adiantar algo mais acerca do «músico da ilha verde», terra de Aljeciras onde Paco nasceu não há muito. Terra que carrega em si mesma não só a luz fulgurante do sul de Espanha como caldeia em si mesma as memórias árabes e godas de conquistas e reconquistas, terra caiada e arrumada sob o sol excessivo de Espanha.

«El niño de la Portuguesa», é como o chamam. Paco nasceu em Aljeciras, na calle de S. Francisco, a 21 de Dezembro de 1947. A mãe, Lucía, foi de Castro Marim para Aljeciras, com pouco mais de dez anos, após a morte do pai, seguindo o caminho dos emigrados, ganhar o pão fazendo trabalhos caseiros. O pai de Paco também é pobre, homem de vários ofícios — tocador nos bailes, vendedor de telas —, e de uma paixão — a guitarra.

Que vê o pequeno Paco — o niño de la Portuguesa? — Na rua de Barcelona, para onde a família se muda quando ele tem cinco anos, Paco vê o trabalho, as necessidades, ouve a música, à noite intranquila no bairro onde moram muitos ciganos. O pai ensina guitarra ao filho. Assim cresce Paco.

Seu irmão Ramón, um dos melhores guitarristas profissionais e que acompanhará mais tarde Paco em gravações e actuações públicas, será o segundo professor do pequeno músico que se aplica na guitarra com a insistência de quem quer mudar a vida. Aos seis anos, Paco de la Lucía estuda muitas horas, empurrando-o a alegria pura da música e também o projecto de transformar a pobreza da casa numa vida mais feliz.

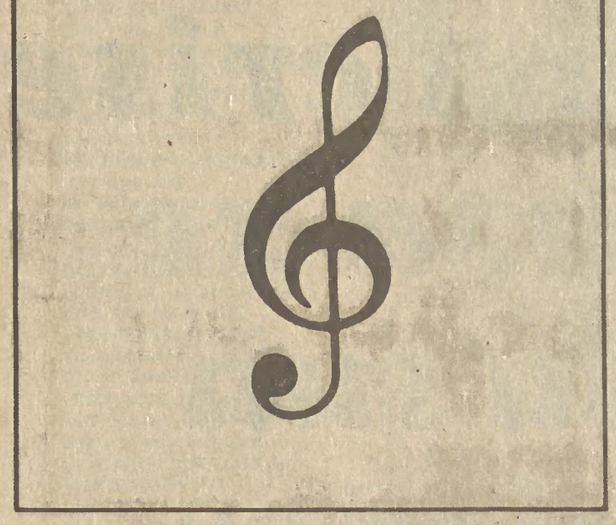
A música que ele aprende e depois transforma e modifica e pessoaliza, «música de desassossego» como lhe chamou Felix Grande, traça um itinerário luminoso a Paco de Lucía. É já a paixão da música e dos seus meandros de sombra e luz, de desespero e de esperança que comandam a guitarra de Paco e já não um projecto de mudar apenas de vida.

Aos treze anos é contratado pela Companhia de Ballet clássico-espanhol de José Greco, como 3.º guitarrista. Fica dois anos, não como 3.º mas como 2.º guitarrista. E começa a viagem. Aos Estados Unidos, primeiro. E depois pela Europa, por África, às Filipinas, à Austrália. Na América conhece Sabicas e Mario Escudero que o animam a compor a sua própria música.

Dos catorze aos dezassete anos grava com Ricardo Modrego 3 LP's — flamengos, canções de Lorca, melodias populares andaluzas. Aos 17 anos integra um grupo financiado pela firma alemã Lippman e Rau e organizado por Paco Rebés. Durante sete anos viajará por toda a Europa e é neste grupo que começa a aparecer em solos durante espectáculos. Chega finalmente a fama.

Em 1970, durante o Festival Internacional, no Palácio da Música, em Barcelona, comemorando o bicentenário do nascimento de Bethoven e o 25.º aniversário da morte de Bartok, a guitarra de Paco Lucía é aplaudida por muitos músicos profissionais. Cinco anos mais tarde é a consagração no Teatro Real de Madrid.

O niño de la Portuguesa, que muitos conhecem pelos discos «La Fabulosa guitarra de Paco de Lucía» (1967), «Fantasia Flamenca» (1969), «El Duende Flamenco» (1972), «Fuente y Caudal» (1973), o músico que, com os americanos McLoughlin e Al di Meola abriu novos espaços ao *jazz* numa prodigiosa peça em que actuam os três guitarristas, vai estar entre nós.



Josef Laufer

Josef Laufer é checo e é cantor. Mas a frase não chega para definir este artista que nos vai acompanhar na Festa do «Avante!». Digamos alguma coisa mais das qualidades de um cantor de música popular que é conhecido em muitos países pela facilidade com que pode exprimir a sua arte em várias línguas, com o à-vontade da familiaridade. Com efeito, Josef Laufer interpreta as suas canções em checo — é claro —, mas também em espanhol, ou em inglês; ou em alemão, russo, italiano, francês.

Essa versatilidade que o caracteriza não acaba no campo da língua, nem no espaço do gesto, pois ele é conhecido pelos seus dotes de mímica no palco. A versatilidade deste artista alcança o campo da própria canção, do *rock* à balada tradicional.

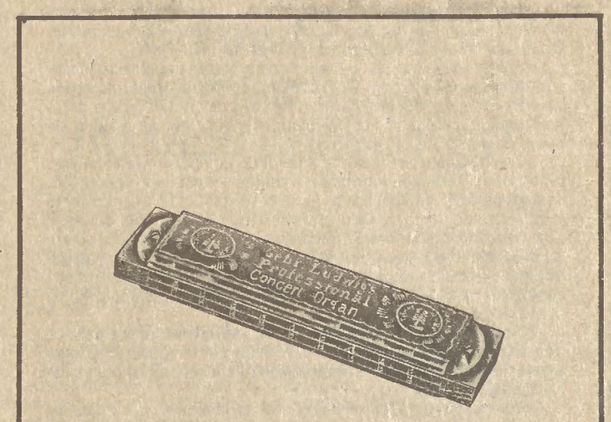
Ele próprio escreve as letras das suas canções e prepara a sua actuação coreográfica no palco.

Nascido em Lables d'Olonne, Josef Laufer passou a infância na França e na Grã-Bretanha, trabalhou em vários teatros de amadores em Praga, tem um curso de teatro, participou em vários festivais internacionais, deu concertos na RDA, Cuba, Polónia, Hungria e na União Soviética.

Josef Laufer representou a Checoslováquia na EXPO-67 num programa na Canadian Montreal, participou no Festival Romeno de Brashov e em variados programas e espectáculos, de Cannes, em França, a Palermo, em Itália.

A Panton gravou já seis dos seus LP's. O Teatro Nacional de Praga convidou-o recentemente para actuar. E o seu programa «O Comediante» tem sido muito aplaudido em vários países da Europa.

Josef Laufer não vem só. Vem ele e o espectáculo, a canção e o gesto. Mas também os seus acompanhantes, que nos proporcionarão uma nova maneira de ver e ouvir. Num palco também de grandes tradições internacionais como é o da Festa do «Avante!».



Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

PCP

Álvaro Cunhal na Festa da Alegria em Braga

«O Governo «AD»/Balsemão entrou em crise e aproxima-se a hora da sua substituição»

Camaradas:

A Festa da Alegria tem um significado profundo que transcende a cidade de Braga e o Minho.

A Festa da Alegria não é apenas, e já é muito, a presença e a expressão da liberdade e da democracia numa importante cidade e numa região em que as forças reaccionárias procuram manter o predomínio do passado fascista e monopolizar a vida política, social e cultural.

A Festa da Alegria é também uma afirmação dos interesses vitais do povo português, dos seus valores culturais e morais, da solidariedade e fraternidade que se estabelecem quando entre os seres humanos não há relação de explorados e exploradores, mas identidade de interesses e de aspirações.

A Festa da Alegria é ainda a afirmação (contra a mentira, contra a desinformação, contra a calúnia) da força, do papel, dos verdadeiros objectivos do Partido Comunista Português, ligado indissoluvelmente à classe operária e às mais amplas massas populares.

Por tudo isto esta nossa festa, sendo uma festa de alegria, de convívio, de confraternização, de cultura, de espectáculo, de diversão, é também uma festa que afirma a profunda ligação do nosso povo ao Portugal democrático criado com o 25 de Abril e a firme determinação de continuar a luta para o defender e assegurar o seu futuro.

1
O Governo «AD» contra o povo, contra a democracia, contra a Pátria

A luta não pode afrouxar. Pelo contrário. Tem de reforçar-se, alargar-se e intensificar-se.

E isso, porque é cada vez mais grave a situação do nosso país. Porque o povo vive cada vez pior. Porque os grandes problemas nacionais continuam por resolver. Porque a segurança dos portugueses e a independência nacional estão ameaçadas e o próprio regime democrático está sujeito a uma ofensiva de forças poderosas que querem destruí-lo.

A «AD» não está no Governo para governar o País, mas para se governar e para que se governem os capitalistas à custa do País.

A recuperação capitalista e a reconstituição do poder do grande capital representam a miséria para o povo trabalhador, o desastre para a economia, a limitação da independência nacional.

Muitos portugueses e portuguesas que enganados votaram na «AD» estão a compreender pela sua própria e dura experiência o que significa na prática a política da «AD».

O Governo «AD» é o governo dos grandes capitalistas e dos grandes proprietários, que se servem do Poder para explorarem, oprimirem, enriquecerem, acumularem grossos capitais e grossas fortunas, à custa das dificuldades, da ruína, da miséria de todos aqueles que trabalham.

A reconquista pelo grande capital de posições que tinha perdido com a revolução significa a intensificação da exploração, congelamentos da contratação colectiva e de salários, aumento vertiginoso do custo de vida, desemprego que aumenta cada dia com novos despedimentos, generalização dos contratos a prazo, agravamento das discriminações de mulheres e jovens, liquidação de benefícios sociais, assistência médica só para os ricos com a destruição do Serviço Nacional de Saúde, miséria para os reformados e deficientes.

O que significa por exemplo para a **indústria têxtil** e para os trabalhadores da indústria têxtil a política de recuperação capitalista e de restauração dos monopólios que a revolução portuguesa aboliu?

Significa para já a centralização da indústria nas mãos de um pequeno número de grandes industriais. Significa o encerramento de pequenas e médias empresas como foi aqui no distrito de Braga, o caso da Armindo Potas (com 18 trabalhadores), da Industrial de Caniços (com 23), da Beira (com 50), da Intexnor (com 85), da Silac-vestuário (com 300). Significa numerosas empresas em grandes dificuldades como a Caneiro (com 600 trabalhadores), a Carides (com 800), a Têxtil Eléctrica, a Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe e outras.

Significa para os trabalhadores baixos salários, generalização dos contratos a prazo, perda de garantias e direitos, atrasos no pagamento dos salários, despedimentos em massa, repressão das liberdades sindicais, discriminações, perseguições.

Isto para já. E no futuro? No futuro, se o Governo «AD» levasse por diante o seu projecto da chamada reorganização da indústria têxtil, iria significar nem mais nem menos do que 60 000 despedimentos e o domínio de todo o sector têxtil pelos monopolistas do tempo do fascismo, associados aos grandes potentados estrangeiros.

E o que significa a ofensiva inconstitucional do Governo «AD» **contra as nacionalizações?**

O que significa essa nova lei inconstitucional da chamada «delimitação dos sectores público e privado», de que adiante novamente falaremos?

O que significa essa nova lei inconstitucional que dá poder ao Governo para entregar aos capitalistas as participações mesmo maioritárias do Estado em numerosas empresas?

Significa um verdadeiro crime contra a legalidade democrática, contra a economia nacional, contra o regime democrático.

Significa a criação de situações económicas insustentáveis e de situações financeiras ruinosas em numerosas empresas nacionalizadas através de medidas diárias que não tem outro fim senão conduzir empresas nacionalizadas ao desastre para depois justificar a sua entrega aos grandes capitalistas que as viriam salvar.

Tanto em grandes como em pequenas empresas a ofensiva desenvolve-se sem mercê.

Estão presentes aqui trabalhadores do «Correio do Minho» propriedade do Estado? Se estão, podem confirmar como o Governo quer provocar o encerramento do jornal (com o consequente desemprego de 29 trabalhadores) ou a sua reprivatização, para fazer definitivamente do jornal uma arma dos capitalistas e da reacção.

Estão também por acaso presentes trabalhadores dos Estaleiros de Viana do Castelo? Se estão, podem testemunhar como o Governo «AD» procura comprometer a empresa, como é o caso da tentativa de saneamento de um engenheiro competente, tentativa à qual aliás se opõem com firmeza os trabalhadores dos estaleiros.

E da SOTUBE estão aqui trabalhadores? Se estão podem confirmar que, para proteger o grande capital, o Governo se tem recusado a integrar a SOTUBE na Rodoviária Nacional.

Em todos os aspectos e sectores da vida nacional, a política da «AD», com a ofensiva contra as conquistas da Revolução Portuguesa, é uma política antipopular, antidemocrática e antinacional.

A ofensiva não é só contra as nacionalizações.

É **contra a Reforma Agrária,** essa bela conquista da revolução, que a «AD» quer destruir mas que os trabalhadores defendem heroicamente e defenderão até fazer paralisar totalmente a ofensiva, retomar a iniciativa, reconquistar posições e levar por diante a Reforma Agrária até à sua realização completa.

É **contra a comunicação social democrática,** monopolizando a TV, a rádio, os jornais estatizados e convertendo estes poderosos meios de informação em instrumentos de falsificação e mentiras, de difusão do anticomunismo mais primário, de propaganda reaccionária contra os trabalhadores, contra a democracia, contra Portugal de Abril.

É **a ofensiva contra o Poder Local democrático,** tirando já na prática competências às autarquias, recusando-se a abrir concursos públicos mesmo quando obrigatórios, não entregando às autarquias os fundos que legalmente lhes deveriam ser atribuídos.

Recusando-se a cumprir a lei das finanças locais (a Braga o Governo tirou 414 051 contos, a Viana do Castelo tirou 1 255 430 contos),o Governo impede o pagamento dos duodécimos às Juntas de Freguesia e impossibilita a realização de numerosas obras e iniciativas em curso.

É a ofensiva contra **princípios básicos da nossa independência nacional,** fazendo concessões crescentes ao capital estrangeiro, sacrificando o desenvolvimento nacional ao projecto de integração no Mercado Comum, seguindo servilmente as ordens de Reagan, criando dificuldades nas relações com os países socialistas e africanos, participando em grandes provocações internacionais, prontificando-se a permitir a criação de novas bases militares e o alargamento das existentes e a instalação de mísseis nucleares em território português.

A política do Governo «AD» só serve os grandes senhores e os imperialistas. É uma política contra o povo, contra a democracia, contra a Pátria portuguesa.

Por isso cada vez com maior veemência o Povo português reclama a demissão do Governo «AD»/Pinto Balsemão e a formação de um governo democrático.

2
A «política de austeridade» da «AD» lei de funil ao serviço do grande capital

Na sua última comunicação, o Primeiro-Ministro Balsemão veio subitamente declarar que o Governo defende uma «política de austeridade».

Mas em que consiste a «política de austeridade» da «AD»? Consiste numa lei de funil — largo para o grande capital, estreito para os trabalhadores, deixando correr abundantemente os recursos para as algibeiras e os cofres dos ricos e tornando os pobres cada vez mais pobres.

A «austeridade» do Governo «AD» é a «austeridade» para os trabalhadores com salários reais cada vez mais baixos. «Austeridade», para os reformados e deficientes, à porta dos quais bate já a miséria e a fome. «Austeridade» para as donas de casa que dado o aumento do custo de vida já não sabem que comprar para dar de comer aos seus filhos.

No dia 16 de Julho o Primeiro-Ministro «AD» fala em «austeridade». E logo no dia seguinte os ministros das Finanças, dos Transportes e da Energia, anunciam um novo pacote. Novos aumentos dos preços da gasolina, do gaz, do fuel, do gasóleo. Novos aumentos dos transportes e da electricidade. Novo aumento de 2 pontos da taxa de desconto do Banco de Portugal, que causará imensas dificuldades às pequenas e médias empresas comerciais, industriais e agrícolas.

O Governo obriga o povo à «austeridade». Mas para os antigos monopolistas, para o grande capital, para os grandes senhores, para os antigos dirigentes e responsáveis fascistas, para os homens da «AD», não há «austeridade». Para esses há centenas de milhões de contos de indemnizações. Para esses há a entrega ao desbarato das participações do Estado em centenas de empresas. Para esses (incluindo antigos ministros de Salazar e Caetano e antigos dirigentes e agentes da Pide) há reintegrações e retroactivos de milhares e milhares de contos. Para esses é o saque dos recursos nacionais, é o regabofe à custa dos trabalhadores.

A hipocrisia da política de «austeridade» anunciada pelo Primeiro-Ministro «AD» aparece com clareza revoltante no caso do aumento dos vencimentos dos deputados.

Como todos estamos recordados, os deputados da «AD», que fazem leis e mais leis para agravar as condições de vida do povo, fizeram uma lei, o «Estatuto do Deputado» para elevar os seus próprios vencimentos de deputados, de 36 para 60 contos mensais, (além de muitos mais contos recebidos a vários títulos) e para estabelecer uma pensão vitalícia de dezenas de contos por mês, para todos os senhores e senhoras que, qualquer que seja a sua idade, passem como deputados pela Assembleia da República.

É bom recordar que, no momento em que essa escandalosa lei foi apresentada e aprovada, apenas o PCP elevou a sua voz de protesto e indignação contra ela, apenas o PCP desmascarou perante o povo o seu significado.

É bom recordar que o PS se absteve e que o dr. Mário Soares mostrou grande compreensão para com tais aumentos. É bom recordar que, pelo facto de o PCP ter votado **contra,** ter desmascarado e protestado contra tão vergonhosa decisão da maioria «AD», na Assembleia da República, foi acusado de «desprestigiar as instituições», quando o que verdadeiramente desprestigia as instituições não é a revelação das irregularidades, dos abusos do Poder, dos casos de corrupção, mas essas mesmas irregularidades, abusos do Poder, e casos de corrupção, como por exemplo a aprovação pelos deputados «AD» do aumento dos próprios vencimentos!

Contra esta lei escandalosa, o PCP ergueu a sua voz, o seu protesto, o voto dos seus deputados. Outros sectores democráticos manifestaram também o seu desacordo. O Presidente da República expressou por seu lado palavras de desaprovação, incluíndo em relação aos aumentos que a si próprio diziam respeito. E o movimento de indignação popular foi tão amplo e vigoroso que a «AD», que é a autora desses aumentos dos deputados, procura agora alijar as responsabilidades.

É altura de lembrar que, em 26 de Junho, Pinto Balsemão, presidente do PSD, Freitas do Amaral, presidente do CDS e Ribeiro Teles presidente do PPM, declararam conjuntamente a sua satisfação pelo facto dos grupos parlamentares dos três partidos terem chegado a uma opinião comum sobre o «Estatuto dos Deputados». O aumento escandaloso teve pois a aprovação e a bênção dos três partidos da «AD» e dos seus chefes...

Pois agora o Primeiro-Ministro que é ao mesmo tempo presidente do PSD partido que propôs e aprovou a lei, vem dizer que não pagam os aumentos este ano. Vêm organizações do CDS dizer que não estão de acordo. E tanto alarido faz a comunicação social com estas declarações que dir-se-ia que no fim de contas o «Estatuto dos Deputados» e os aumentos dos vencimentos não são obra da «AD» mas da Oposição.

E com que sinceridade e autoridade o sr. Primeiro-Ministro condena os aumentos dos deputados, se foram os deputados do seu partido, com o seu conhecimento pessoal, que a propuseram e aprovaram e quando ele Primeiro-Ministro e os ministros do seu governo «AD» também há tempos aumentaram substancialmente os próprios vencimentos?

O Governo «AD» é o Governo da reacção. Tudo quanto faz é contra o povo e contra o País. É um governo de que o povo está farto. É um governo que é tempo de ir para a rua.

3
A luta: o único caminho

Podemos dizer com absoluto rigor: **a situação dos trabalhadores, dos agricultores, das massas populares, seria extraordinariamente mais grave, se não fosse a sua luta constante, corajosa, por vezes heróica.**

A «AD» tem conseguido intensificar a exploração, agravar enormemente as condições de vida dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores e rendeiros, das massas populares. **Mas teria ido extraordinariamente mais longe, se os trabalhadores e as massas populares não lhe tivessem posto pela frente a barreira da sua luta e da sua unidade.**

Não há dia nenhum em que os trabalhadores, com a sua luta, não consigam fazer recuar o patronato reaccionário e o Governo.

Não há dia nenhum em que, numa ou noutra empresa, num ou noutro sector, os trabalhadores não consigam a satisfação de algumas das suas reivindicações.

As vitórias alcançadas não resolveram tudo. Mas são êxitos reais pela importância material para os trabalhadores e também porque são uma demonstração de que, com a luta, os trabalhadores podem fazer recuar o patronato reaccionário e o Governo «AD» e podem alcançar satisfação das suas reivindicações.

Por isso saudamos daqui os trabalhadores da Pachancho e da Jorge Batista de Braga, dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, da Francisco Manuel Durães (de Valença) por terem conseguido os cadernos reivindicativos.

Saudamos os trabalhadores da ITA de Famalicão pela sua greve corajosa ao longo de 7 semanas, pois embora não tenham alcançado a semana de 40 horas, conseguiram com a sua luta evitar a retirada de regalias e alcançar um aumento que o patronato não queria dar.

Saudamos os trabalhadores da Grundig por terem impedido a tentativa de despedimentos de dirigentes e delegados sindicais, os trabalhadores da Moura & Azevedo de Famalicão por terem evitado o despedimento de 14 trabalhadores, os trabalhadores da Lobo & Irmão de Guimarães por terem evitado o encerramento e o desemprego de 80 trabalhadores.

Saudamos os trabalhadores da fábrica Caneiro de Braga em luta para que sejam pagos os salários, da Flexus de Famalicão contra o despedimento colectivo de 55 trabalhadores da Ribeirão contra os despedimentos colectivos de 73 trabalhadores.

Há que continuar a luta com determinação, coragem e confiança. Há que reforçar as organizações de classe, sindicatos e comissões de trabalhadores. Há que reforçar ainda mais a unidade operária que teve tão alto exemplo na elevada participação na greve dos metalúrgicos e em muitos outros sectores.

A par da luta dos trabalhadores, desenvolve-se a luta camponesa, com uma amplitude, uma participação, um ímpeto, uma autonomia e um vigor que nunca se tinham registado em tão elevado grau.

Já lá vão os tempos, mesmo depois do 25 de Abril, em que os pequenos e médios agricultores se deixavam arrastar pela propaganda mentirosa da «AD», pelo anticomunismo mais primário, pelas promessas, pelas ameaças, pela demagogia da CAP e do Casqueiro.

Agora os camponeses resistem corajosamente à política do Governo «AD», lutam por preços compensadores, designadamente da carne e do leite, pela baixa dos preços dos adubos, das rações, dos pesticidas e fungicidas, pela entrega dos baldios aos povos. Mas quem está à frente da acção dos pequenos e médios agricultores são organizações verdadeiramente representativas dos pequenos e médios agricultores, incluíndo a **Confederação Nacional dos Agricultores, que se impõe como a indiscutível associação nacional da classe dos pequenos e médios agricultores e rendeiros.**

Aqui na Festa da Alegria realizada no coração do Minho, quero saudar os agricultores de Fafe, Guimarães, Barcelos, Braga, Póvoa do Lanhoso, Famalicão, Viana, Paredes do Coura, Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, e outras localidades, pelas suas magníficas lutas, incluíndo os cortes de estradas, forma típica da luta camponesa.

Há que prosseguir a luta com coragem. Através da luta e só através da luta será alcançada a satisfação das justas reclamações.

Nós queremos aqui afirmar o nosso inteiro apoio a todas as lutas populares em curso. É o único caminho para impedir o agravamento crescente das condições de vida dos trabalhadores e o aumento do desemprego, para salvar da ruína milhares e milhares de pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais.

Mas a luta social não tem tido e não tem apenas como papel a conquista de reivindicações concretas e imediatas. Tem também profundas consequências políticas em toda a vida nacional.

É absolutamente certo que, se vivemos em liberdade e em democracia, se conseguimos até hoje fazer frente às sucessivas tentativas e aos sucessivos planos reaccionários de destruição do regime democrático e restauração dos grupos monopolistas do seu poder económico e da sua tirania política, isso deve-se à luta da classe operária, das massas populares, de todos os verdadeiros democratas.

Também **será com a luta e só com a luta que impediremos a «AD» de levar por diante a sua política antipopular e antidemocrática e os seus planos de liquidação do regime democrático.**

4
As lutas sociais, a consciência política e o voto

As lutas sociais em desenvolvimento têm como objectivos reivindicações concretas e imediatas. Mas revela-se nelas ao mesmo tempo uma consciência política cada vez mais profunda de que lutar por reivindicações concretas e imediatas **tem de significar também lutar contra os responsáveis pela situação.** Tem necessariamente de significar lutas contra o Governo «AD», contra a maioria «AD» na Assembleia da República. Tem necessariamente de significar lutar por uma viragem democrática na política portuguesa, pela demissão do Governo «AD» e pela formação de um governo democrático com uma política democrática.

Na luta social, na luta dos trabalhadores e dos agricultores por reivindicações concretas e imediatas participam milhares e milhares de portugueses e portuguesas que votaram na «AD». Estamos certos de que **milhares e milhares que votaram na «AD» não o voltarão a fazer.**

É possível, mesmo provável, que entre aqueles que participam aqui connosco nesta Festa, se encontrem portuguesas e portugueses que votaram na «AD».

E eu pergunto: como podem votar na «AD» trabalhadores que lutam por melhores salários, contra o desemprego e os despedimentos, pelo melhoramento das condições de vida, quando é precisamente o Governo «AD» o responsável directo dessa situação?

Como podem votar na «AD» agricultores e rendeiros que lutam por preços compensadores para os seus produtos, designadamente de carne e de leite, contra o aumento dos preços das rações, por créditos bonificados, contra os despejos dos rendeiros, pela administração dos baldios pelos povos, e por outros justos objectivos, quando é precisamente o Governo «AD» o responsável dessa situação e quando é a «AD» que no seu projecto de revisão da Constituição se prepara para eliminar todos os preceitos que consagram direitos e regalias dos agricultores?

Não, só se estiver com os olhos tapados é que um trabalhador, ou um pequeno e médio agricultor ou rendeiro pode votar na «AD» para que depois a «AD» caia com um machado em cima dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores e rendeiros sacrificando-os aos interesses dos grandes capitalistas, dos grandes proprietários, dos senhorios ricos.

Muitos agricultores votaram na «AD». Mas no corajoso movimento dos agricultores ouve-se cada vez com mais frequência gritar: **«Nós lá os pusemos, nós de lá os tiraremos».**

Caminhando a par da luta operária que intervém na situação social e política como força principal, **a luta camponesa abala os alicerces do apoio social político e eleitoral da «AD», da Aliança reaccionária.**

A «AD» está no Governo porque conseguiu maioria de deputados nas últimas eleições para a Assembleia da República, realizadas em 5 de Outubro. E conseguiu essa maioria, porque o Governo «AD», que dirigiu o processo eleitoral, não respeitou as mais elementares regras democráticas, usou e abusou do Poder para fins eleitoralistas e conseguiu assim a realização de eleições em condições tais que a vontade política dó Povo português foi grosseiramente falseada.

É absolutamente certo que **centenas e centenas de milhares de portuguesés e portuguesas que votaram enganados na «AD»,** vendo na prática o que significa a política da «AD» para os seus próximos interesses, têm hoje plena consciência de que se enganaram.

Se juntarem a sua vontade e a sua determinação à vontade e à determinação dos outros trabalhadores, dos outros agricultores, de todo o nosso povo em luta, **aproximar-se-á mais rapidamente a hora em que a «AD» será corrida do Poder e se formará um governo democrático que, respeitando a Constituição e a legalidade democrática, tenha como seu principal objectivo servir o Povo português e servir a pátria portuguesa.**

A Festa da Alegria, que a Direcção da Organização Regional do Minho do PCP promoveu no Parque Municipal de Exposições de Braga pelo quarto ano consecutivo, na sexta-feira, sábado e domingo passados, voltou a constituir uma grandiosa jornada de confiança nos destinos da democracia e a manifestação cultural de maior projecção, no seu género, em todo o Norte do País.

Durante três dias muitos milhares de pessoas, comunistas e não comunistas, residentes no Minho ou procedentes de diferentes pontos do País, foram protagonistas de um acontecimento que, embora já esperado, cada vez reveste maior projecção como confraternização popular e como realização do Portugal de Abril, dos trabalhadores e do seu partido de vanguarda – o Partido Comunista Português.

A quarta edição da Festa da Alegria, apesar de ter mantido as características artísticas e culturais da iniciativa lançada em 1978 pela Comissão Concelhia de Braga do PCP, rompeu este ano pela primeira vez o âmbito nacional e integrou a representação, em *stand* próprio, do Partido Comunista da Galiza (PCG), ao mesmo tempo que alargava também o leque do programa dos espectáculos a intérpretes oriundos da Guiné-Bissau, Galiza e Brasil.

A conjuntura política não deixou de ser tratada de forma a que a análise e as propostas do PCP ficassem bem expressas.

Assim, o calendário da Festa da Alegria incluiu colóquios e debates para a abordagem de temas actuais como a pretendida revisão constitucional e a adesão de Portugal à CEE. Os deputados comunistas na Assembleia da República, Vital Moreira e José Manuel Mendes, participaram na conferência sobre a primeira questão e Ilda Figueiredo, também do Grupo Parlamentar do PCP, produziu uma conferência sobre a segunda, na qual desenvolveu, como especialista em matéria económica, os efeitos negativos para a Região Minhota da integração no Mercado Comum.

A influência nefasta de tal adesão (se viesse a verificar-se), nos sectores agrícola e têxtil suscitou grande apreensão entre a assistência ao colóquio.

Mas seria durante o comício de encerramento, realizado na tarde de domingo, que as posições do nosso Partido sobre o momento político foram claramente expressas através da intervenção de Álvaro Cunhal, que noutro local desta edição publicamos na íntegra.

Uma exposição sobre o 60.º Aniversário do PCP, montada numa zona relvada do Parque Municipal, completou por assim dizer a parte política da Festa da Alegria, festa que, até ao último minuto (já na madrugada de segunda-feira) se transformou em autêntico arraial popular, num convívio fraterno construído por gente que descobria ou confirmava, na prática, como era possível deixar de lado as diferenças secundárias quer no plano ideológico quer no plano social, religioso e cultural.

Dezenas de autores e intérpretes da música e da dança de reconhecido prestígio no panorama nacional passaram pelos dois palcos que funcionaram no recinto do Parque Municipal. Ranchos, Bandas, conjuntos e grupos de características folclóricas contribuíram igualmente para a animação da Festa.

Assim, actuaram em Braga, ao longo dos três dias da Festa da Alegria/81, Jorge Lomba, Carlos Mendes, Edmundo Silva, Joaquim Pessoa, Sérgio Godinho, Manuel Freire, Adriano Correia de Oliveira, José Jorge Letria, Maria Dulce, Carlos Cunha, Samuel e os conjuntos «A Plebe», «Banda da Judite», «Brigada Victor Jara» e «Os Trabalhadores do Comércio». Bibiano e o grupo «Trenvigo» (da Galiza), Joyce (do Brasil) e Pina (da Guiné-Bissau) constituíram as primeiras presenças estrangeiras nos elencos da Festa da Alegria. E os Ranchos Escola de Jogo de Pau de Abadim (Cabeceiras de Basto) e os Gaiteiros de Melgaço foram a nota regional no programa que, em algumas situações, transcendeu os limites físicos do vasto Parque de Exposições.

Foi o caso, por exemplo, dos desfiles de ranchos e fanfarras que, partindo do centro da cidade, percorreram, cantando e dançando, o itinerário que conduzia ao recinto da Festa.

A realização de um Mercado do Livro e do Disco, já tradicional entre os motivos de interesse da Festa, voltou a suscitar grande afluência e integrou, com a primeira mostra de escritores de Braga (iniciativa dedicada à cultura, da qual a exposição de Victor de Sá sobre a história do movimento operário em Portugal constituiu nota saliente. Este historiador e professor universitário apresentou na sua conferência, em moldes inéditos, elementos sobre os congressos operários luso-galaicos do início do século.

Finalmente no campo desportivo a repetição da estafeta Guimarães--Braga traduziu-se por novo êxito, dada a participação na prova (efectuada na manhã de domingo) de 140 concorrentes. Foi vencedora a equipa do Grupo de Teatro Construção, de Joane (Famalicão).

5
«AD» fora do Governo!

A «AD» agrava extraordinariamente todos os problemas nacionais. Agrava a crise económica, a crise social e a crise política. Mas, agravando a crise em que o País se debate e provocando uma poderosa vaga de indignação, protestos e lutas, a própria «AD» e o seu Governo entraram em crise também. **O Governo «AD»/Balsemão entrou em crise e aproxima-se a hora da sua substituição.**

Seis factores principais indicam que essa hora se aproxima.

O primeiro factor **é o agravamento dos problemas nacionais e das condições de vida dos portugueses** provocado pela continuação da política de destruição das conquistas democráticas da Revolução de Abril e de restauração do poder económico dos grandes capitalistas e latifundiários.

E que não venha o ministro das Finanças «AD», saudoso do passado fascista, atribuir à Revolução Portuguesa e às suas conquistas as culpas de tal situação.

Se tomarmos como ponto de referência os grandes indicadores das dificuldades económicas do País, o que vemos?

Em 1975 (tempo do chamado «gonçalvismo») o défice da balança comercial foi de 50 milhões de contos; em 1980 (com o Governo «AD») atingiu 250 milhões de contos; Em 1975 o défice da balança de pagamentos foi de 25 milhões de contos; em 1980 (com a «AD») atingiu 56 milhões de contos. Em 1975, a dívida pública era de 118 milhões de contos; em 1980 (com a «AD») atingiu 591 milhões. Em 1975 a dívida externa era de 55 milhões de contos; em 1980 (com a «AD») atinge mais de 500 milhões de contos.

Não. A responsabilidade da catástrofe da situação económica não é do 25 de abril, mas sim da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista de sucessivos governos desde 1976 e particularmente dos governos «AD».

O segundo factor que indica que se aproxima a hora da substituição do Governo «AD»/Balsemão **é a diminuição da base de apoio social, político e eleitoral da «AD»**, resultante da tomada de consciência de amplos sectores do eleitorado que votou na «AD» de que a «AD» é o responsável principal desta situação.

O edifício da «AD», que em 1980 parecia para alguns assente em rocha firme, revela-se estar assente em areias movediças.

A «AD», o seu Governo e a sua maioria caminham irremediavelmente para o isolamento. Ainda nem toda a gente ataca o Governo. Mas ao nível das massas já ninguém o defende.

O terceiro factor que indica que se aproxima a hora da substituição do Governo «AD»/Balsemão é o **agravamento das contradições internas, dos conflitos, das divergências e das rivalidades no seio da própria «AD»**, resultante do fracasso da sua política.

Estão em crise as relações entre os partidos componentes da «AD»: o CDS, o PSD/PPD e o PPM. Estão em crise as relações entre os seus dirigentes. Estão em crise as relações entre os seus deputados. Estão em crise as relações do Governo «AD» com a maioria «AD» na Assembleia da República. O PPD pretende conservar a hegemonia e o CDS pretende conquistá-la.

Na própria «AD» e nos partidos que a compõem contesta-se já abertamente o Governo «AD»/Balsemão. A «AD» abre fendas por todos os lados. A sua política podre provoca o seu próprio apodrecimento político. **A «AD» está cada vez mais fraca e incapaz de resistir à luta popular e ao movimento democrático.**

O quarto factor que indica que se aproxima a hora da substituição do Governo «AD»/Balsemão, é **a amplitude, o vigor e a unidade dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores e de amplas massas populares na luta pelos seus interesses vitais e contra a política da «AD»** no Governo e na Assembleia da República.

De Norte a Sul do País assiste-se a uma vaga de indignação e revolta que a «AD» é incapaz de suster ou travar.

O quinto factor que indica que se aproxima a hora da substituição do Governo «AD»/Balsemão **é o sentimento em sectores democráticos cada vez mais amplos, incluindo nas fileiras e no eleitorado do PS, de que é necessário que se unam todos os democratas** para pôr fim ao Governo e à maioria de deputados dos partidos reaccionários.

As eleições presidenciais de 7 de Dezembro demonstraram que unidos os democratas derrotam facilmente a reacção. A lição conserva actualidade e cada vez mais portuguesas e portugueses tomam consciência dela.

O sexto factor que indica que se aproxima a hora da susbstituição do Governo «AD»/Balsemão é o facto de que **a «AD» não tem a totalidade do poder político e de que as instituições funcionam.** Assim, a tentativa brutal da «AD» para impor ao País leis e medidas inconstitucionais e decisões que representem manifesto abuso do Poder, encontram pela frente, não só a resistência do Povo português, mas a barreira constitucional das decisões (a que adiante faremos referência) dos outros órgãos de soberania aos quais cabe decidir da constitucionalidade ou inconstitucionalidade das leis.

De tudo isto resulta um novo dado da situação política: **a substituição do Governo «AD»/Balsemão entrou na ordem do dia.**

Quando se constituiu o Governo «AD»/Balsemão a «AD» proclamou: «Vamos governar 4 anos!». O secretário-geral do PS proclamou também: «A 'AD' tem legitimidade para governar 4 anos». Agora podemos dizer: **se todos os democratas se unissem, o Governo «AD» não seria mais que um governo para 4 semanas, ou mesmo um governo para 4 dias.**

O Governo «AD»/Balsemão deve ir para a rua. Mas nada ficaria resolvido se ao Governo «AD»/Balsemão sucedesse um governo «AD»/Mota Amaral, ou um governo «AD»/Freitas do Amaral, ou um governo «AD»/Cavaco, ou um governo «AD»/Eurico de Melo, ou outro qualquer governo «AD».

Não. A questão não é de pessoas mas fundamentalmente de política. Com a substituição das pessoas tem de haver a substituição da política. O motivo do falhanço colossal da acção do Governo «AD»/Balsemão não é o facto de o Primeiro-Ministro ter a voz mais grossa ou mais macia, ser mais televisivo ou menos televisivo. O motivo do falhanço colossal da acção do Governo «AD»/Balsemão é a política antipopular, antidemocrática e antinacional que é de todos os partidos e de todos os dirigentes da «AD» sem excepção, é a política da recuperação capitalista, de destruição das conquistas da Revolução Portuguesa, de restauração do poder dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifúndios. Essa política é a causa do agravamento de todos os problemas nacionais, da estagnação económica e da degradação das condições de vida do povo, do endividamento externo e da submissão aos interesses estrangeiros.

A demissão do Governo «AD»/Balsemão deixe significar não só que Balsemão deixe de ser Primeiro-Ministro, como que a «AD» deixe de constituir governo.

Quando dizemos: «A luta continua, Balsemão para a rua!», queremos dizer: «A luta continua, «AD» para a rua!»

A demissão do Governo «AD»/Balsemão deve significar, não a sua substituição por um outro governo «AD», qualquer que ele seja, mas **a sua substituição por um governo democrático que reponha o respeito pela Constituição e a legalidade democrática, que rectifique os danos profundos causados pela «AD» ao País, que corte quaisquer veleidades de destruição do regime democrático, e que empreenda com coragem uma política verdadeiramente nacional, ao serviço do povo e da pátria.**

6
As instituições funcionam

O afastamento da «AD» do Governo impõe-se, não só pela sua política actual como pelo seu plano subversivo de liquidação do regime democrático consagrado na Constituição.

A revisão inconstitucional da Constituição que lhe permita «legalizar» esse plano subversivo é um dos grandes objectivos da «AD».

Mas, impaciente, receosa do futuro, pouco confiante na possibilidade de rever inconstitucionalmente a Constituição, a «AD» antecipa-se à revisão. O Governo «AD» na sua acção, viola cada dia a Constituição. E tanto o Governo como a maioria «AD» na Assembleia da República procuram **aprovar leis inconstitucionais com as quais obtenham uma cobertura para a sua actuação inconstitucional e subversiva.**

Tal é o caso da chamada **«lei de delimitação dos sectores público e privado»** aprovada há tempos pela maioria «AD» na Assembleia da República e com a qual a «AD» **pretendia inconstitucionalmente ferir de morte as nacionalizações, abrindo a banca e os seguros ao grande capital privado e dando assim um passo decisivo para começar inconstitucionalmente a restauração directa dos grupos monopolistas liquidados com a Revolução de Abril.**

Não é a primeira tentativa nesse sentido que faz a «AD». Já antes aprovou leis iguais ou praticamente iguais que, na altura, foram declaradas inconstitucionais.

Mas agora, a «AD» fez acompanhar a aprovação dessa lei de toda uma gigantesca campanha de pressões e chantagem sobre o Conselho da Revolução e o Presidente da República, a fim de os obrigar a deixar passar a lei.

Isso não aconteceu. O Conselho da Revolução, no exercício normal e legal das suas funções constitucionais, **declarou a inconstitucionalidade da Lei «AD»**

Furiosos e desesperados com a decisão do Conselho da Revolução, os dirigentes da «AD» e os seus propagandistas atacam vergonhosamente o Conselho da Revolução e o Presidente da República e proclamam que o Conselho da Revolução impedindo que a Banca e os Seguros sejam restituídos aos capitalistas impede o desenvolvimento económico do País, porque (dizem eles) a lei era "o motor indispensável ao arranque económico de Portugal».

Mas a verdade é que **a lei — lei para permitir a continuação do afundamento da economia portuguesa — era quando muito um motor de arranque para a restauração dos grupos monopolistas que sempre sacrificaram o desenvolvimento económico do País aos seus interesses egoístas e aos seus lucros fabulosos.**

Em fúria, o porta-voz do Primeiro-Ministro proclama que «o CR há-de acabar enquanto o Governo continuará».

Mas tudo indica que sucederá precisamente o contrário. Pelo menos até à revisão da Constituição, o CR continuará. E entretanto o Governo terá ficado pelo caminho.

O extraordinário não é o Conselho da Revolução ter declarado inconstitucional a lei de delimitação dos sectores público e privado. O que seria extraordinário é que o Conselho da Revolução o não fizesse.

Esta decisão do Conselho da Revolução, (assim como o veto do Presidente da República ao escandaloso aumento dos vencimentos dos deputados, assim como as dúvidas expressas acerca da constitucionalidade da decisão do governo de liquidar a EPAC para entregar o comércio de cereais aos grandes capitalistas) tem na situação política actual transcendente significado.

Esta decisão mostra que **as instituições democráticas funcionam e são suficientemente fortes para impedir que as forças reaccionárias que usurpam o Poder e a maioria na Assembleia da República, possam destruir o regime democrático.**

A «AD», o seu Governo e a sua maioria na Assembleia da República, estão já a anunciar que vão dar umá "resposta dura" ao Conselho da Revolução e ao Presidente da República. Dirigentes e propagandistas da «AD» começam já as provocações. As tentativas de paralisação do Conselho da Revolução e de desestabilização do órgão de soberania Presidente da República irão intensificar-se.

Mas o que mostrará tal actuação? **Tal actuação confirmará que urge pôr definitivamente termo ao plano subversivo e à actuação subversiva da «AD», que urge pôr fim ao Governo «AD», que urge uma alternativa democrática com a formação de um governo democrático.**

Se o Governo «AD» e a maioria «AD» da Assembleia da República não cumprem a Constituição, subvertem a legalidade democrática, procuram provocar a desestabilização dos outros órgãos de soberania, entram no caminho da revolta aberta contra o regime democrático, não é o regime democrático que se deve submeter aos que querem destruí-lo, mas são estes que devem ser afastados do Poder, para que a Constituição e a legalidade democrática possam ser respeitadas e observadas, para que o regime democrático viva e continue.

A Constituição indica os processos que uma tal saída possa ter lugar.

O Governo pode ser demitido e designado um governo de gestão. A Assembleia da República pode ser dissolvida e marcadas novas eleições — eleições antecipadas — no espaço de 90 dias.

Se a crise do Governo se transforma em crise do regime, pois que se realizem eleições democráticas e que o povo decida com o seu voto.

O Governo tem mais medo de novas eleições que o diabo tem da cruz.

As forças democráticas não têm de ter medo delas. Não temos qualquer dúvida de que **se hoje mesmo se realizassem eleições com respeito pelas normas democráticas, a «AD» sofreria uma derrota estrondosa e as forças democráticas retomariam uma grande maioria na Assembleia da República.**

7
«Bloco Central» ou Bloco Democrático?

Nesta situação, adquire uma importância primordial a unidade das forças democráticas e patrióticas.

Temos dito e é oportuno repetir que actualmente a «AD» continua no Governo não tanto pela própria força (porque a está perdendo dia a dia) mas porque não tem tido, por parte de todos os democratas, o combate firme e decidido para cortar o passo à sua actuação antipopular, antidemocrática e antinacional e à realização do seu plano de destruição do regime democrático.

O Governo pode ser rapidamente substituído. Portugal pode ver-se livre duma vez para sempre do poder reaccionário.

Se as forças democráticas se unissem neste momento em que começa o naufrágio da «AD», **se em vez do «Bloco Central» em que alguns insistem, se formasse um «Bloco Democrático», uma viragem democrática seria possível dentro de um curto espaço de tempo.**

Infelizmente, à unidade que se verifica na vasta movimentação social em curso – nas lutas dos trabalhadores, nas lutas dos agricultores, nas lutas das mais vastas massas populares – não correspondem posições unitárias de algumas forças democráticas e seus dirigentes, designadamente do PS e do seu secretário-geral Mário Soares.

Na situação actual, a posição do PS e as suas alianças são susceptíveis, ou de fazer tombar definitivamente a balança de forças para o lado da democracia, ou de salvar a «AD», atirando o peso do PS para o prato da balança da reacção.

Hoje como sempre, **o PCP está pronto, em qualquer momento, a considerar com o PS todas as questões relativas a uma alternativa democrática.**

Infelizmente, em vez de vir ao encontro dessa nossa permanente disposição para a unidade democrática, para a unidade com o PS, o secretário-geral do PS parece continuar a voltar-se para a aliança com a direita, para a aliança do PS com o PSD, para o chamado «Bloco Central».

E o que é neste momento o «Bloco Central»?

O «Bloco Central» não é outra coisa senão um apoio e uma ajuda à direita, uma boia de salvação lançada pelo PS à «AD» no preciso momento em que começa a naufragar.

A experiência passada e os projectos para o futuro confirmam inteiramente esta apreciação. Vejamos três aspectos centrais do chamado «Bloco Central».

Primeiro: **o que significa o «Bloco Central», a aliança do PS com a direita, na vida sindical?**

Significa a cooperação do PS com o PPD, ou com o PPD e com o CDS, com o grande capital, para tentarem dividir o movimento sindical e enfraquecer a capacidade de resistência e de luta dos trabalhadores, para criar (em torno desse aborto que é a UGT) sindicatos antidemocráticos, sindicatos amarelos que sirvam de instrumento ao patronato reaccionário e ao Governo «AD», para imporem aos trabalhadores mais pesadas condições de trabalho e mais precárias condições de vida.

Qual a orientação correcta dos trabalhadores que querem defender os seus interesses de classe?

Não pode ser outra senão defender a unidade da classe, a unidade sindical.

Porque os trabalhadores assim o compreendem, os divisionistas (de direita, oportunistas e esquerdistas) continuam à margem das grandes lutas da classe, e a unidade sindical continua a reforçar-se.

Porque os trabalhadores assim o compreendem, se tomarmos o Minho como exemplo, nas 9 eleições sindicais realizadas no ano corrente, em todas elas ganharam listas de trabalhadores que defendem a unidade sindical.

Porque os trabalhadores assim o compreendem, os divisionistas (apesar do apoio do Governo, dos partidos da direita e do PS) não têm conseguido avançar e os trabalhadores mantêm-se solidamente unidos em torno da firme e gloriosa **CGTP-Intersindical Nacional.**

Segundo: **o que significa o «Bloco Central», a aliança do PS com a direita, na vida das autarquias?**

Significa o suporte pelo PS à política da direita nas autarquias. Na perspectiva das novas eleições para as autarquias, significaria (como propôs o secretário-geral do PSD/PPD e como admitiu o secretário-geral do PS) uma sórdida aliança para reforçar as posições da direita e para afastar o PCP e a APU das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia onde actualmente temos a presidência e a maioria.

Nós perguntamos: quais as alianças que melhor servem os interesses dos trabalhadores, das populações, da democracia?

Alianças do PS com os partidos reaccionários contra os trabalhadores e contra os comunistas, ou a unidade de socialistas, comunistas e outros democratas, a unidade da FRS e da APU, **para correr a "AD" de dezenas e dezenas de Câmaras Municipais e substituir a Presidência e a administração reaccionárias por uma Presidência e uma administração democráticas?**

Em Guimarães, por exemplo, a "AD" foi a mais votada, mas a FRS e a APU alcançaram mais votos e mais lugares do que a "AD". A "AD" tem 4, o PS 4 a APU 1. Em vez de o PS se unir à direita para tentar afastar o PCP e a APU da direcção das Câmaras onde a APU tem a maioria, não seria muito mais correcto da parte dos socialistas, unirem-se ao PCP, unirem-se à APU, para facilmente tirarmos à "AD" a Câmara de Guimarães e dezenas de outras e colocarmos aí um presidente democrata e uma gestão democrática?

Qual a orientação digna de democratas? Aliarem-se à "AD" para que esta continue nas autarquias as irregularidades, as decisões autoritárias, a falta de consulta às Assembleias Municipais, o desprezo pelas populações e os seus problemas, as concessões aos apaniguados, os abotoamentos com dinheiros, a utilização pessoal de bens das autarquias, os escândalos que sucedem a escândalos, – ou aliarem-se ao PCP e à APU para porem fim a esses escândalos, correrem a "AD" da gestão das autarquias e porem à frente das Câmaras e Juntas de Freguesia gente honesta, democrática, atenta aos interesses das populações e capaz de os resolver?

Terceiro: **o que significa o "Bloco Central" a aliança do PS com a direita, na revisão da Constituição?**

Significa um chamado "acordo" o "pacto de regime" que permitiria à "AD" obter os dois terços de votos de deputados para proceder a alterações da Constituição que põem em perigo o próprio regime democrático.

Todos sabemos que, no plano subversivo da "AD", **a conquista total do Poder é um objectivo fundamental e para isso são também objectivos conquistar as chefias das Forças Armadas, dissolver o Conselho da Revolução e conquistar a Presidência da República.**

Quando, no seu projecto de revisão da Constituição, a "AD" reduz drásticamente os poderes do Presidente da República, lhe retira competência para demitir o Primeiro-Ministro e para nomear os chefes militares, os objectivos e os fins são claros: constituir uma hierarquia militar reaccionária que lhe desse suporte à liquidação do regime, e criar uma situação insustentável ao actual Presidente da República, que os obrigasse a pedir a demissão.

A aliança do PS com a "AD" na revisão da Constituição (que aparece na perigosa coincidência com estas propostas da "AD" de propostas contidas no projecto de revisão da FRS) significa, da parte do PS, dar à "AD" a maioria de dois terços necessários para que estes objectivos pudessem ser alcançados.

E nós perguntamos: qual a atitude digna dos democratas?

Fazer aliança com a "AD" de forma a que a revisão da Constituição permita à "AD" conquistar totalmente o Poder e avançar ainda mais a sua ofensiva contra o regime democrático, ou fazer alianças com todos os democratas, com o PCP também, para defender a Constituição e com a defesa da Constituição, defender o regime?

Estamos certos de que milhares e milhares de membros do PS e eleitores do PS condenam o "Bloco Central" e desejam um "Bloco Democrático", condenam qualquer aliança do PS com a "AD", com o PSD/PPD com o CDS e desejam, tão sinceramente como nós, a unidade de todos os democratas.

8
Unidade dos democratas, unidade com o PCP

Nós saudamos os numerosos socialistas, incluindo destacados militantes, que se pronunciam contra a aliança do PS com a direita.

Nós saudamos aqueles socialistas que entendem que a reacção é o inimigo a combater e que por isso, a fazer alianças, as alianças devem ser não à direita, mas à esquerda, não com o PPD e o CDS mas com outras forças democráticas, com o PCP.

Nós saudamos aqueles socialistas que, superando dificuldades, vencendo pressões e incompreensões, mantêm relações fraternais com os comunistas, cooperam muitas vezes com os comunistas na solução dos problemas concretos imediatos e vêem na cooperação com os comunistas a grande perspectiva de luta para derrotar a reacção, alcançar uma alternativa democrática e prosseguir o Portugal de Abril.

Neste momento, a unidade dos democratas poderia, num curto espaço de tempo, provocar uma viragem democrática.

Nós apelamos a todos os democratas para que, em todos os sectores da vida nacional, procurem estabelecer acordos com vistas à acção comum.

Na situação nacional, torna-se cada vez mais claro que a solução dos problemas nacionais e uma alternativa democrática exigem a unidade dos democratas e que a unidade dos democratas, significa necessariamente a unidade com os comunistas.

Sem os trabalhadores e sem o PCP não há alternativa democrática possível.

Nas grandes lutas populares em curso, na acção democrática, no nosso próprio Partido, é muito numerosa e frequente a participação dos católicos.

Cada vez são menos aqueles que acreditam na campanha anticomunista da reacção, que procura afastar os católicos dos ideais progressistas e do PCP.

Mas hoje qualquer pessoa com um mínimo de informação sabe que o PCP respeita rigorosamente as crenças e a prática do culto e que, nas fileiras do PCP, militam milhares de católicos que há muito chegaram à conclusão de que é no Partido Comunista Português, no seu Programa, no seu ideal, na sua luta, que encontram maior identidade com os ideais cristãos de fraternidade, igualdade e justiça.

Esta nossa Festa da Alegria é um belo exemplo de confraternização democrática.

Felicitando as organizações e militantes do Partido, que, com o seu trabalho dedicado e criativo, tornaram possível tão bela realização, saudamos também todos aqueles que, não sendo comunistas, aqui vieram para compartilhar as nossas aspirações, as nossas esperanças, a nossa confiança no futuro, a nossa alegria.

Viva a Festa da Alegria!
Viva a unidade dos trabalhadores e dos democratas!
Viva o Portugal de Abril!
Viva o Partido Comunista Português!

Grande Festa de Lagos

Por iniciativa da Comissão Concelhia do PCP vai realizar-se já no próximo fim-de-semana a Grande Festa de Lagos, ponto de encontro para muitos camaradas e amigos, para muitos trabalhadores algarvios e também, certamente, para milhares de pessoas que nesta altura do ano ali passam férias.

Cozinha regional, serviço de bar, artesanato, livros e discos, exposições, mercado da Reforma Agrária, são parte importante do programa.

Em termos de música, a Grande Festa de Lagos incluirá:

Sábado – noite de fado e de folclore (Fernando Farinha e Rancho de Lagos); baile animado pelo conjunto "Pop's 71".

Domingo – Samuel, Luísa Basto e João Fernando; baile com o conjunto "Acquarium".

A Festa decorrerá na Fábrica da Ribeira, junto à Lota. O Livre Trânsito (LT) para os dois dias está à venda até às 24 horas de amanhã, no Centro de Trabalho do PCP (Rua do Cinema).

Haverá também bilhetes à venda no local da Festa.

A 9 de Agosto Festa da Unidade no Funchal

A 9 de Agosto, a bela cidade do Funchal, na Região Autónoma da Madeira, vai estar em festa. Uma festa democrática, aberta a toda a gente, uma festa em que o convívio e a amizade vão ali marcar um domingo de Verão, de manhã à noite.

A iniciativa cabe à Organização Regional do PCP e contamos brevemente dar dela todos os pormenores possíveis. Por agora, podemos desde já revelar que a *Festa da Unidade* terá entrada livre, decorrerá no Jardim Municipal e o seu programa, entre muitas outras iniciativas, incluirá:

- **Exposição política em que são abordados temas como os 60 anos de vida e luta do PCP; o 50.º aniversário do "Avante!"; a próxima Festa do "Avante!"; e a actividade do Partido na Região Autónoma da Madeira.**
- **Um completo serviço de bar;**
- **Banca gigante com materiais do Partido;**
- **Manhã infantil com pinturas, palhaços, corridas de sacos, etc.;**
- **Espectáculo;**
- **Comício;**
- **Noite de Fado.**

«Férias/81» na Figueira da Foz

... E chegámos à «terceira volta» da «Férias 81 da Figueira da Foz» promovida pelo Organismo do Baixo Mondego do PCP e que este ano se desenrolou em três fins-de-semana! Chegámos ao último (24 e 25 de Julho), com a Festa a funcionar no Jardim Municipal, abrindo às 18 horas de amanhã, sexta-feira, seguindo-se, pelas 22 horas, a projecção de uma longa-metragem e de um diaporama sobre o 60.º Aniversário do PCP. Depois há um baile ao som do «Arte e Som», conjunto musical que abrilhantará o serão.

No sábado, 25 de Julho, o camarada **Carlos Costa**, membro da Comissão Política do CC do PCP, usará da palavra num **Comício** que antecederá uma Festa onde actuarão o conjunto «Galés de Setúbal» e o Grupo de Cordas e Cantares do Ateneu de Coimbra.

É claro que continuará a funcionar durante toda a Festa um esmerado serviço de bufete, venda de produtos regionais (o belo vinho do Dão, queijo da serra, presunto, etc.) quermesse, artesanato, mercado do Livro e do Disco e várias exposições.

Refira-se ainda que tanto a 24 como a 25 haverá arraial popular, com entrada livre. A «outra», a que se paga e se chama «VE», custa apenas 150$00 e dá acesso a todos os espectáculos.

Aproximam-se as Festas Serranas

Está a suscitar grande entusiasmo a realização das Festas Serranas, em Tortosendo, marcadas para os dias 31 de Julho e 1 e 2 de Agosto.

Trata-se de uma iniciativa conjunta das organizações do PCP e da JCP da *Covilhã*, *Castelo Branco*, e *Idanha-a-Nova*.

Do seu programa, destacamos:

***Dia 31* – «rock» ao vivo com a banda «Sul Generis»**

***Dias 1 e 2* – mini-mercado da Reforma Agrária (participação do distrito de Santarém)**

***Dia 1* concurso de fado amador; actuações de Carlos do Carmo, grupo «Jornada» (Tomar) e da fadista Suzy Quaresma**

***Dia 2* – além de Carlos do Carmo e do «Jornada», participação de Io Apoloni; às 16 horas, tarde infantil; comício com intervenção do camarada Raimundo Cabral, suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP.**

O balanço do «porta-a-porta» destinado à festa é francamente positivo. Foram contactadas mais de 340 habitações e estabelecimentos comerciais, tendo sido recolhida uma quantia superior a 10 mil escudos, além de dezenas de ofertas.

Concelhos rurais de Lisboa

Encontro de quadros dos Organismos de Direcção

No passado dia 17 reuniram-se no Centro de Trabalho do Carregado camaradas membros das Comissões Concelhias de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Mafra e Torres Vedras. Esta reunião, convocada pelo Organismo dos Concelhos do Norte do distrito de Lisboa, teve por fim fazer um balanço-análise do primeiro semestre de 1981, apontar medidas e abrir perspectivas no quadro da campanha organizativa, integrada no 60.º aniversário.

Nas muitas intervenções feitas ressaltaram vários problemas de fundo que estão no centro das preocupações dos camaradas e das organizações.

Assim, uma das questões mais discutidas foi a debilidade de algumas Comissões Concelhias que, na prática, não fazem um verdadeiro trabalho de direcção. Foi apontada a necessidade de se reverem certos esquemas de trabalho que afogam os organismos de direcção, os quais não têm tempo para tratar de tudo enquanto as tarefas se acumulam num número reduzido de camaradas.

A criação de organismos intermédios e específicos para "agarraem" e descentralizarem as tarefas, levando depois às Comissões Concelhias propostas concretas para nelas serem discutidas e aprovadas, foi uma das conclusões da reunião.

Tais questões levantaram outras:

- A necessidade de mais quadros para que tais objectivos possam ser realizados;
- Como criar, acompanhar e formar quadros, tendo em conta as características rurais da zona, a dispersão dos membros do Partido por dezenas de freguesias e lugares, as dificuldades de transportes e os elevados e cada vez maiores custos dos mesmos.

Sobre estas questões a discussão foi viva.

Foi referido o atraso na preparação ideológica e política dos militantes. A organização de cursos locais, que possam ser uma ajuda efectiva à elevação do nível ideológico dos militantes e a necessidade de se efectuar o controlo das tarefas distribuídas, para evitar certa desresponsabilização de quadros e organismos, o que instala formas negativas e erradas de tratar os problemas, com prejuízos evidentes para todo o trabalho das organizações – foram pontos abordados com profundidade.

Vários camaradas levantaram, como necessidade premente, o reforço do quadro de funcionários da zona.

Incentivar a discussão sobre o problema dos fundos em todas as organizações e dotar o Partido com os meios necessários para fazer frente às suas responsabilidades, pois sem meios não é possível desenvolver uma adequada actividade política foram igualmente questões que mereceram a atenção dos presentes.

Encontro em Outubro

Vários outros problemas foram discutidos e levantados pelos camaradas:

- A melhoria do conteúdo da propaganda e a sua distribuição, ganhando as organizações para mais frequentes e amplas acções de rua;
- Discutir e incentivar o recrutamento orientado durante o segundo semestre de 1981;
- Intensificar o trabalho autárquico, o contacto e a informação com as populações, reforçar o trabalho unitário no quadro da APU, pois 1982 está perto, além de outras questões;
- Foi aprovado fazer um grande encontro de quadros em Outubro, comprometendo-se as Concelhias presentes a desencadear uma larga discussão sobre os temas tratados na reunião e a apresentar nesse encontro o produto dessa discussão e as conclusões a que chegaram, assim como as medidas e perspectivas que apontam e defendem;
- Igualmente foi considerada esta reunião produtiva, mesmo tratando-se de um período de Verão e de férias, e apontou-se, para discutir até Outubro, a formação de um organismo de enlace e de coordenação com membros das várias Comissões Concelhias, que pudesse continuar o trabalho iniciado por esta reunião e no qual se apoiasse o Organismo dos Concelhos do Norte, para fortalecer o seu trabalho de coordenação e direcção.

A composição, âmbito, tarefas e periodicidade de tal organismo ficaram assim em discussão.

Encontro de quadros em Montemor-o-Novo

Realiza-se no próximo domingo, dia 26, às 9.30 h, na Casa do Povo de Montemor-o-Novo, um encontro concelhio de quadros do PCP para análise e balanço do trabalho efectuado, assim como para traçar perspectivas de trabalho até ao fim do ano.

O encontro integra-se na campanha de reestruturação da organização local que está a ser levada a cabo pela Comissão Concelhia, integrada nas comemorações do 60.º aniversário do PCP.

Estarão presentes no encontro representantes de todos os organismos do Partido, células, comissões locais, frentes de trabalho e todos os sectores socio-profissionais onde não há ainda organização.

Os participantes foram eleitos em mais de 20 reuniões e plenários em que participaram cerca de 800 camaradas.

O encontro, que contará com a participação do camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do CC do PCP, decorrerá sob o lema «Reforçar o Partido, defender a democracia».

As conclusões da reunião de quadros de Portalegre

No passado dia 12, em Avis, realizou-se uma reunião de quadros do distrito de Portalegre, que contou com a presença de cerca de duas centenas de militantes das diversas organizações do Partido, tendo participado o camarada Dinis Miranda, da Comissão Política do Comité Central do Partido.

A reunião analisou o desenvolvimento do trabalho no âmbito da campanha organizativa decidida pelo CC do Partido.

Constatou-se que em muitos organismos tem havido alguns avanços, embora muito lentos. No entanto, há metas a cumprir até ao final do ano, nas quais as organizações estão empenhadas com firmeza.

A reunião mostrou o grande avanço realizado no contacto geral com todos os militantes do Partido, assim como na entrega dos novos cartões, que já está praticamente concluída.

Foi apontado que deveria ser dado um maior acompanhamento à frente do trabalho camponês.

Uma outra decisão importante refere-se ao reforço do Partido com o recrutamento de novos camaradas. Cada organização irá apontar metas para cumprir até ao fim do ano.

Centros de Trabalho: há concelhos importantes que ainda não possuem CT; assim vão-se envidar esforços para que se consiga, pelo menos ter um Centro de Trabalho em cada concelho **até final do ano.**

Imprensa do Partido: todas as organizações salientaram a necessidade de melhorar a venda da imprensa, nomeadamente o "Avante!" e "o militante", cujo **conteúdo é importante para a ajuda política e a formação ideológica dos quadros,** como foi destacado na ocasião.

Foi ainda definida na reunião a necessidade de reforçar o trabalho do Partido para que sejam cumpridos os objectivos para a actual campanha organizativa (o levantamento de quadros intermédios).

Destacou-se por fim o grande empenhamento da organização na recolha de fundos para o Partido, nomeadamente na quotização (mais 34 % que em 1980 no mesmo período) e iniciativas (mais de 150 %).

Foi salientado o esforço que toda a organização tem feito para melhorar o trabalho, embora se considere **que poderemos ainda melhorar muito e fazer melhor.**

Iniciativas na Organização Regional do Porto

Para os próximos dias, estão previstas, entre outras, as seguintes iniciativas na Organização Regional do Porto:

Sábado – espectáculo com Manuel Freire e outros artistas, às 21 horas, na Escola de Quintão, Vila das Aves (organização da Concelhia de Santo Tirso); Festa da Juventude nos Arcos de Miragaia, às 21 e 30, com o conjunto "Watts", iniciativa da APU.

Domingo – promovida pelas Comissões de Freguesia de Ramalde e Aldoar, festa no Parque da cidade do Porto, às 15 horas, com o conjunto "Watts", grupo "1.º de Maio" e Carlos Cunha.

1 e 2 de Agosto – festa em Matosinhos, com actividades infantis, baile e espectáculo com Manuel Albuquerque, Helena Isabel, Nuno Gomes dos Santos e Samuel.

1 de Agosto – às 21 e 30, em Gaia, no jardim do Morro, espectáculo com Manuel Freire e Carlos Cunha; à mesma hora, em Miragaia (Porto), "Passeio das Virtudes", iniciativa promovida pela APU, com Fernando Farinha; Festa da Unidade no aprazível recinto da Escola Primária n.º 79, na Rua Ribeiro de Sousa, no Porto, durante a tarde e à noite, iniciativa da Comissão de Freguesia de Paranhos, com baile, fados e convívio.

2 de Agosto – no lugar de Gramido (Valbom/Gondomar), junto à Marginal, festa durante a tarde e à noite realizada pela Comissão Concelhia de Valbom; em S. Pedro da Cova, festa promovida pela Concelhia.

Festa Amiga em Pinhal Novo

31 de Julho e 1 e 2 de Agosto – dias de festa e convívio em Pinhal Novo, dias da «Festa Amiga».

A iniciativa pertence à Comissão Concelhia de Palmela do PCP e à JCP, decorrerá no campo de futebol do Clube Desportivo Pinhalnovense e do seu programa fazem parte as seguintes actividades: poesia, cinema, colóquios, bandas de música, cantares alentejanos, folclore, canto livre, «rock» ao vivo, jornadas desportivas, exposições e comício de encerramento.

Menores de 14 anos não pagam.

Em Idanha-a-Nova

O convívio democrático pode realizar-se de muitas maneiras e na base de diversas iniciativas. Pode ser, por exemplo, através da pesca. Foi o que pensaram os camaradas da Comissão de Freguesia de Idanha-a-Nova (distrito de Castelo Branco) do PCP.

Pensaram... e organizaram! Por isso, no próximo domingo haverá convívio na Barragem de Idanha-a-Nova (junto ao descarregador), de acordo com o seguinte horário:

7.00 – concentração; 7.30 – chamada e saída; 8.00 – início da prova; 12.00 – final.

Do 1.º ao 5.º classificado serão atribuídas taças e do 6.º ao 18.º medalhas. Haverá ainda lembranças diversas e prémio para o pescador do melhor exemplar.

Às 13 horas decorrerá um almoço de confraternização com sardinhada e para a merenda a célebre *miga* com o pescado.

CT de Casal de Cambra

Já funciona o novo Centro de Trabalho do PCP, inaugurado no último sábado, em **Casal de Cambra**, na freguesia de Belas, concelho de Sintra.

Na ocasião, camaradas e amigos confraternizaram num ambiente de alegria que durante a tarde, além duma sardinhada e de canto livre, registou a intervenção política do camarada Ruben de Carvalho, do CC e chefe de Redacção do «Avante!».

Comissão Central da JCP vai reunir

A Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) reúne no próximo domingo, no Centro de Trabalho do PCP da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa.

A actual situação política e social, nomeadamente no que diz respeito às consequências da actuação do Governo «AD»/Balsemão na vida da juventude; e ainda questões diversas relacionadas com a actividade da JCP são temas em agenda para a reunião da Comissão Central.

Samouco

Recrutados 13 novos militantes nas Festas de Nossa Senhora do Carmo

De 17 a 21 de Julho decorreram no Samouco, concelho de Alcochete, as Festas Populares de Nossa Senhora do Carmo.

Marcando a sua presença no terreno através de um pavilhão político e um pequeno bar, a Comissão de Freguesia entendeu ser possível aproveitar esta Festa para desenvolver algum trabalho organizativo, conforme objectivos políticos definidos anteriormente e segundo formas adequadas às circunstâncias do momento.

De facto, havia-se constatado, no final do primeiro semestre, que o recrutamento naquela freguesia era deminuto, muito aquém das possibilidades do Partido, ao mesmo tempo que o nível de camaradas a pagar a quotização de 1981 não ultrapassava os 50%.

Havendo uma lista de simpatizantes do Partido desde há muito elaborada – mas **fechada na gaveta!** – o ambiente de Festa, na qual não se deixava de transpirar um conteúdo progressita, em consonância, naquela tarde de sábado, com a derrota do Governo quanto a sua pretensão de fazer aprovar a Lei de Delimitação dos Sectores, **veio permitir o recrutamento de 13 novos militantes para o Partido e a recuperação de quotas atrazados num valor acima dos 4 mil escudos!**

Este sucesso ganhou os camaradas da organização local para nova iniciativa no género, em breve. Entretanto, os camaradas da Comissão de Freguesia de Alcochete, tendo tomado conhecimento do mesmo, estão já a planear a mesma acção para as Festas do Barrete Verde, que terão lugar no fim de semana de 9 de Agosto próximo.

CT de Monte do Trigo

Cerca de três mil pessoas participaram no convívio popular organizado no último fim-de-semana para assinalar a inauguração do Centro de Trabalho do PCP em Monte do Trigo (Portel).

A jornada comemorativa, que decorreu nos dois dias, incluiu iniciativas de carácter desportivo, espectáculos musicais, intervenção política por Diniz Miranda, membro da Comissão Política do CC; baile; actividades recreativas, etc.

À Comissão de Freguesia do PCP coube a organização da jornada.

Em Esmoriz (Ovar)

Por iniciativa da Comissão de Freguesia de Esmoriz do Partido Comunista Português (concelho de Ovar), realiza-se no dia 2 de Agosto uma festa popular – "FESTA AVANTE 81", junto à Guarda Florestal, ao lado do Parque de Campismo.

A abertura far-se-á às 10 horas com torneios de malha e de sueca. Na parte da tarde haverá Canto Livre com início às 14 e 30. Actuarão o Grupo Raiz, palhaços Caetano, Tonicos e Companhia, Baptista Martins (acordeonista) e o Rancho Infantil e Adulto de Guilhovai "As Tricanas de Ovar".

Não se esqueceu a bela sardinha assada e o caldo verde, frango no churrasco e bom vinho.

Será feita uma intervenção política pelo camarada Lancinha, membro do Comité Central.

Acampamentos de Pioneiros

- **Setúbal**
- **Porto**

Dos Pioneiros de Setúbal, que vão agora realizar o seu 5.º acampamento, recebemos a seguinte mensagem:

Somos quase duzentos, este ano!

Vamos para a bonita praia de Santa Cruz, lá bem longe em Torres Vedras. Levamos na bagagem algum recheio, mas no coração muita paz, alegria e amizade!

Sabes que o nosso programa é giríssimo? Pois é, para além de irmos para a praia todos os dias brincamos ao Carnaval, fazemos uma Feira, e... (o melhor!) há Olimpíadas e tudo!

Mas sabes? tudo isto, a alimentação e os transportes custam muito carto, este ano muito mais do que o ano passado! Por isso te pedimos a ti, camarada e amigo, que nos podes ajudar, não o deixes de fazer, entrega a tua contribuição monetária ou em géneros no núcleo da tua zona, as crianças-Pioneiras agradecem-te desde já. Aqui vai a lista para te poderes guiar na tua contribuição: ovos, farinha, açúcar, feijão, massa, arroz, manteiga, queijo, fruta, refrescos, bolos e bolachas, salsichas, leite, pudins, óleo, azeite, etc.

Os Pioneiros vão estar acampados entre o dia 26 (domingo) e o dia 1 de Agosto. As visitas ao acampamento estão marcadas para o período das 14 às 15 e 30 de cada dia.

Entretanto, abre também no próximo domingo, dia 26, o acampamento dos Pioneiros do distrito do Porto.

O acampamento decorrerá no aprazível lugar de Valinhas, Monte Cordova, Santo Tirso. A partida far-se-á no próximo domingo, pelas 8 horas da manhã do CT de Aníbal Cunha.

No programa do acampamento integram-se, nomeadamente, visitas a uma fábrica têxtil, à Escola Agrícola, à casa da lavoura de um pequeno agricultor e às ruínas de uma citânia. Realizar-se-á ainda uma jornada desportiva, com jogos entre os pioneiros e crianças do Areal/Santo Tirso, uma sessão de cinema e a festa de encerramento, no dia 2 de Agosto.

Em Arcena

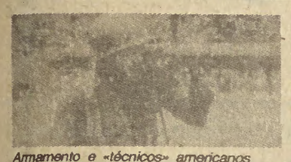
Assinalando o primeiro aniversário da inauguração do Centro de Trabalho de **Arcena** (Alverca do Ribatejo), os comunistas da localidade realizaram no passado fim-de-semana uma jornada festiva, que teve como ponto alto a intervenção sobre a situação política do camarada Jerónimo de Sousa, deputado e membro do Comité Central.

No sábado houve baile e no domingo, além de provas de atletismo e torneio de chinquilho, decorreu um animado almoço de confraternização e espectáculo musical com as actuações do Coro dos Unidos do Baixo Alentejo, Grupo Trigo Novo, Renato Jorge e Rancho Infantil da Casa do Povo de Arcena.

Cerca de 600 pessoas estiveram presentes nesta festa do Partido.

SEMANA Internacional

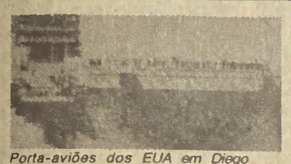
15
Quarta-feira



Armamento e «técnicos» americanos para El Salvador

O jornal norte-americano «Christian Science Monitor» noticia que os EUA estão a preparar o envio de aviões caça-bombardeiros para El Salvador, plano que prevê igualmente o reforço dos efectivos militares norte-americanos que estão ao serviço da Junta fascista salvadorenha ■ Max Hugel, o chefe dos espiões da CIA, apresenta a sua demissão (que foi aceite) ao director desta central de espionagem do imperialismo, William Casey, por alegado envolvimento em negócios fraudulentos na Bolsa ■ Regressa uma paz relativa às cidades inglesas, após onze noites consecutivas de distúrbios, enquanto oficiais da polícia britânica se deslocam à Irlanda do Norte e a Hong Kong para estudarem métodos repressivos a aplicar em futuras revoltas juvenis ■ Foguetões disparados do Sul do Líbano atingem duas cidades do Norte de Israel, em resposta às agressões da Força Aérea sionista nos últimos cinco dias.

16
Quinta-feira



Porta-aviões dos EUA em Diego Garcia?

O primeiro-ministro austríaco Bruno Kreisky classifica as conversações sobre desarmamento do antigo chanceler da RFA, Willy Brandt, em Moscovo como extremamente proveitosas ■ O Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, denuncia o recrudescimento das agressões racistas sul-africanas contra o seu país e um apoio cada vez mais evidente do imperialismo e dos racistas aos bandos de fantoches angolanos ■ O gabinete do Procurador de Roma informa o chefe da comissão coordenadora dos dois serviços secretos de Itália, Walter Pelosi, de que era suspeito de entregar ao chefe da «Loja Maçónica P-2», Licio Gelli, documentos relativos à segurança nacional ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros indiano, P.V. Narassinmha Rao, chega a Moscovo para um dia de conversações com dirigentes soviéticos ■ A Armada Americana concede mais de 18 milhões de contos para a ampliação da base militar da ilha de Diego Garcia, que lhe dará capacidade para albergar uma força permanente de 2 150 homens, receber aviões de transporte gigantes «C-5» e mesmo porta-aviões, pois o porto será alargado para esse efeito.

17
Sexta-feira

Dinamarca: «sim» à desnuclearização

Israel desencadeia uma violenta agressão ao Líbano, bombardeando Beirute e diversas cidades, matando pelo menos 134 pessoas, ferindo mais de 600 e destruindo bairros, pontes e campos de refugiados palestinianos ■ O primeiro-ministro dinamarquês, Anker Joergensen, afirma-se disposto a iniciar negociações para a criação de uma zona alargada de armas nucleares no Norte da Europa, acrescentando que a Dinamarca havia já pedido a Moscovo para expressar em termos mais concretos as propostas apresentadas pelo Presidente Leónidas Brejnev ■ A Comissão dos Direitos do Homem de El Salvador publica uma declaração que exprime preocupação pelo número crescente de crimes sangrentos cometidos por grupos fascistas em conjugação com agentes da polícia da Junta salvadorenha.

18
Sábado

Stanislaw Kania, primeiro-secretário do Partido Operário Unificado Polaco (POUP), é reconduzido no cargo pelos delegados ao Congresso Extraordinário do Partido que tem estado a decorrer na capital polaca ■ Israel continua a atacar o Líbano utilizando jactos norte-americanos «F-15» e «Phanton», canhoneiras da Armada e artilharia, bombardeando localidades, destruindo pontes e bairros e elevando o número de vítimas para mais 300 mortos e 800 feridos ■ Morrem pelo menos 111 pessoas e 180 ficam feridas em consequência do desabamento de duas galerias sobre uma pista de dança repleta de gente num luxuoso hotel de Kansas City, Missouri, nos EUA ■ As maiores inundações do século no rio Yangtsé, na China, mataram já mais de 3 000 pessoas e submergiram centenas de milhares de hectares de terra ■ É legalizado o Partido Comunista da Tunísia, depois de ter permanecido na clandestinidade que lhe foi imposta pelo regime ditatorial de Habib Bourguiba

19
Domingo

Jactos, helicópteros, artilharia e canhoneiras sionistas continuam a sua agressão ao Líbano pelo 10.º dia consecutivo, aumentando o receio por parte de libaneses, palestinianos e países árabes de que o governo de Tel-Aviv tenha iniciado uma invasão territorial ■ O comando militar italiano sofre este fim-de-semana importantes mudanças por causa do envolvimento de oficiais de alta patente no escândalo da «Loja Maçónica P-2» ■ Cerca de 10 000 indivíduos, militantes do partido neofascista espanhol «Fuerza Nueva», reúnem-se na praça de toiros de Aranguez (a 30 km de Madrid) para comemorarem o desencadear do ataque fascista de Franco contra a República espanhola; tinham sido tomadas grandes medidas de segurança por parte da polícia, que temia incidentes por parte dos fascistas, mas a afluência à «comemoração» foi muito menos que a esperada pelos seus organizadores e a ordem não foi perturbada.

20
Segunda-feira

O presidente da OLP, Yasser Arafat, afirma em Beirute que Israel e as forças palestinianas se encontram em estado de guerra, que hoje teve um novo aspecto com os sionistas, após onze dias de intensos bombardeamentos, a invadirem com um «comando» helitransportado a zona costeira do Líbano a coberto do fogo de canhoneiras ■ A SWAPO anuncia em Luanda que as suas forças realizaram um ataque de grande envergadura contra o complexo militar sul-africano de Ruacaná, na Namíbia, tendo sido mortos ou feridos mais de cem soldados sul-africanos ■ Os chefes de Estado dos EUA, Canadá, França, Grã-Bretanha, Japão, RFA e Itália iniciam em Ottawa, no Canadá, uma cimeira» para discutir a profunda crise económica em que se encontram mergulhados os seus países.

21
Terça-feira

O Conselho de Segurança da ONU reúne-se à porta fechada para discutir um pedido libanês de sanções contra Israel, se este país não aceitar um cessar-fogo imediato ■ O banqueiro italiano Roberto Calvi, envolvido no escândalo da «Loja Maçónica P-2», é condenado pelo tribunal de Milão a quatro anos de prisão e 15 000 milhões de liras de multa por exportação ilegal de capitais ■ Mais dois grevistas da fome irlandeses, Kieran Doherty e Kevin Lynch, se encontram à beira da morte após estarem mais de 60 dias sem comer.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 19 de Julho de 1979 as tropas sandinistas entram em Manágua sob as aclamações da multidão e tomam conta da central de telecomunicações e do "bunker" do ditador Somoza, enquanto a Guarda Nacional depõe as armas em fuga desordenada.

Internacional

A agressão israelita ao Líbano

No dia 17 de Julho, a cidade de Beirute, capital do Líbano, foi bombardeada pela aviação israelita. Foi o culminar de uma semana de ofensiva contra o sul do Líbano e que num único dia provocou mais de 300 mortos. O carácter desta agressão, em que Tel-Aviv utilizou os três ramos das Forças Armadas, leva a admitir que se trata do início de uma verdadeira invasão. A possibilidade desta escalada já tinha sido anteriormente denunciada pela Organização de Libertação da Palestina (OLP). O mundo árabe é praticamente unânime no apontar de responsabilidades e a ligação entre Israel e os Estados Unidos é indesmentível.

Jactos, helicópteros, artilharia e canhoneiras continuam a ser utilizados por Israel na agressão ao Líbano. Unidades blindadas sionistas entraram no sul do país e tomaram posição na faixa de território libanês ocupado pelas milícias fascistas. Fala-se insistentemente na hipótese de início de um processo de invasão. O chefe do estado-maior do exército israelita afirma ter sido adoptada uma «nova política» contra os palestinianos, que consistiria em «destruir a sua infra-estrutura e impedir a sua capacidade de se movimentar».

Mais um acto criminoso – uma escalada prevista

Trata-se de um acto criminoso de enorme gravidade que é imperioso condenar e denunciar vigorosamente em nome dos mais elementares sentimentos de solidariedade para com os milhares e milhares de vítimas das continuadas e sistemáticas agressões israelitas, em nome do respeito pela independência e soberania dos povos árabes constantemente violadas e ameaçadas pela política militarista e expansionista dos actuais dirigentes de Israel, no interesse da defesa da paz no Médio Oriente e no Mundo» – salienta a SIP do PCP na nota divulgada a propósito do bombardeamento de Beirute.

A gravidade dos factos insere-se numa linha política que conduziria inevitavelmente a uma escalada como a que está em curso. Na véspera destes acontecimentos, Yasser Arafat, presidente da OLP, afirmou ao diário de Beirute «As Safir»: **«Estamos no limiar de uma batalha e as razões da missão de Habib** (dos EUA) **no Médio Oriente tornaram-se muito claras: cobrir o que está a ser preparado em termos de agressões israelitas contra os povos palestinianos e libanês».**

Esta mesma acusação surge na emissora estatal síria, que responsabilizou o emissário presidencial norte-americano Philip Habib pela escalada dos ataques israelitas, denunciando que **«estes ataques são obviamente o resultado de um plano coordenado entre o governo norte-americano e o inimigo sionista».**

A Conferência Internacional de Solidariedade com a Síria e a OLP, realizada em Damasco de 22 a 25 de Junho, aprofundou oportunamente esta denúncia mais que justificada.

O Apelo de Damasco

«A situação que domina a região do Médio Oriente comporta um muito grave perigo de desencadeamento por parte de Israel de uma guerra local de que é impossível predizer as consequências e que poderá degenerar numa guerra mais vasta, ultrapassando amplamente a região nevrálgica hoje em causa» – alerta o Apelo saído da reunião de Damasco.

«A responsabilidade principal do agravamento da situação nesta zona é do imperialismo americano que tenta incluir esta região na estratégia neocolonialista e alcançar o seu controlo total criando bases militares e concentrando as forças de intervenção rápida, partindo da concepção política de que o Médio Oriente constitui uma zona de interesses dos Estados Unidos. São estes que fornecem a Israel as armas de agressão e as diferentes formas de assistência.

«Os acordos de Camp David e a recusa por parte dos Estados Unidos de reconhecer os direitos inalienáveis do povo palestiniano e de resolver de forma justa o problema palestiniano estão na origem da última deterioração da situação.

«A escalada das acções agressivas de Israel na região, muito particularmente ilustrada pelos ataques israelitas contra as Forças Árabes de manutenção da paz no Líbano, assim como pela continuação e alargamento dos raides contra o povo libanês e os acampamentos palestinianos, pelas ameaças de uma agressão contra a Síria e de ocupação do Sul do Líbano, o seu apoio às forças fascistas com o objectivo de imedir qualquer solução política para a crise libanesa, a destruição do centro de investigação nuclear com fins pacíficos em Bagdad, a recusa de Israel de assinar o tratado internacional sobre a não-proliferação das armas nucleares – **tudo isto constitui as premissas desta guerra destrutiva».**

Solidariedade do PCP com a OLP

O PCP condena firmemente este ataque criminoso ao Líbano o qual, tal como o bombardeamento recente contra o Iraque e outros actos agressivos, agrava perigosamente a tensão na região e avoluma os perigos de guerra no Médio Oriente e no Mundo. O PCP expressa uma vez mais a sua activa solidariedade para com as forças progressistas e o povo libanês na sua luta em defesa da unidade e integridade territorial da sua pátria, para com a OLP e o povo palestiniano em luta pelo seu próprio estado independente e soberano em território da Palestina, para com o povo sírio e os povos árabes em luta contra o imperialismo, o sionismo, pela paz e o progresso social – assim exprime o PCP a sua solidariedade com o povo libanês e com o povo palestiniano, na nota da SIP já referida. Uma solidariedade que não é de agora e que teve uma expressão recente na visita de uma delegação, conduzida por Álvaro Cunhal, à Síria e ao Líbano (onde se registou um encontro com a OLP), em Março do ano passado.

Esta solidariedade contrasta com **o silêncio cúmplice do Governo AD.** Um silêncio que é de facto aprovação e não espanta, antes se insere perfeitamente numa política de total submissão ao imperialismo que coloca o actual Governo português entre os que assumem posições mais reaccionárias a nível internacional.

Angola denuncia agressões de Pretória

As agressões sul-africanas à República Popular de Angola atingiram no primeiro semestre do corrente ano um grau de intensidade e continuidade sem paralelo desde que em 1976 a África do Sul foi obrigada a abandonar o território, ocupado pouco antes da independência angolana.

Esta situação, como ainda recentemente denunciou o Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, está intimamente ligada «à política arrogante, reaccionária e militarista da nova administração norte-americana e à cumplicidade e às manobras de alguns países ocidentais que perante uma guerra não declarada do regime de Pretória tentam justificar o seu apoio aos bandos fantoches angolanos como tentativa de contrabalançar a ajuda que o Governo da República Popular de Angola presta ao povo da Namíbia, liderado pela sua vanguarda revolucionária, a SWAPO».

A violência das acções desencadeadas pelo governo racista de Pretória contra Angola saldou-se, até ao mês passado, – e só este ano – em **472 voos de reconhecimento, 22 metralhamentos aéreos, 30 bombardeamentos aéreos, 111 desembarques de tropas helitransportadas, 4 lançamentos de pára-quedistas, 2 bombardeamentos de artilharia, 15 ataques terrestres, 5 reconhecimentos terrestres, 22 concentrações de forças e meios que provocaram centenas de mortos e feridos civis e militares, a destruição de meios de transporte, de objectivos socioeconómicas, a demolição de seis pontes, a destruição de aldeias inteiras (como a Comuma de Evale), para além da destruição de infra-estruturas rodoviárias na parte sul de Angola.**

O recrudescimento das agressões sul-africanas torna-se mais notório ainda quando integrado no balanço dos últimos cinco anos, durante os quais a aviação da África do Sul efectuou mais de 1 400 voos de reconhecimento sobre o território da República Popular de Angola, tendo realizado 290 bombardeamentos que provocaram 1 800 mortos e 3 000 feridos, segundo informação divulgada pela revista «Sechaba» – órgão do Congresso Nacional Africano. Ainda segundo a mesma fonte, os racistas de Pretória utilizam aviões «Mirage», «Impala» e «Bucanier», bem como helicópteros «Alouette», que lhes são fornecidos por países capitalistas que procuram «resolver» o problema da Namíbia fora do contexto das Nações Unidas e do quadro da Resolução 435/78, países que procuram desesperadamente impedir o desenvolvimento dos países progressistas e a estabilidade na África Austral.

Mas como ainda recentemente afirmou José Eduardo dos Santos, Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, «a independência e a libertação de um povo não tem preço e o povo angolano está firme na decisão de apoiar o povo irmão da Namíbia, quaisquer que sejam os sacrifícios a suportar».

Alertando para que «a defesa das nossas conquistas revolucionárias e da nossa integridade territorial será ainda por algum tempo a tarefa fundamental» a que todos os angolanos se deverão dedicar, o dirigente angolano reafirmou, por ocasião da terceira sessão ordinária da Assembleia do Povo, a disposição do povo de Angola em lutar pela **independência total de África e pela liberdade, paz e progresso dos povos.**

Contra o Kampuchea e o Afeganistão prossegue a ingerência

A política de ingerência directa na vida interna de países independentes, praticada pelo imperialismo, é neste momento ilustrada por mais duas iniciativas dos EUA e da CEE — justificadas, claro está, pela preocupação de «solucionar» problemas. Com uma curiosa particularidade: em nenhum dos casos se conta com a presença de representantes desses mesmos países — tanto na conferência sobre o Kampuchea como nos planos da CEE para o Afeganistão.

Da conferência sobre o Kampuchea...

Terminou em Nova York a conferência sobre o Kampuchea promovida pelos Estados Unidos e a China, com a participação de metade dos países membros da ONU e os países da ASEAN (Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Singapura).

Terminou com um fracasso. Os países da ASEAN — apesar de insuspeitos de simpatia política para com os povos da Indochina — recusaram-se a incluir na declaração final uma condenação formal do Kampuchea e do Vietnam, como era pretensão de Washington e de Pequim.

A declaração final constitui em si uma ingerência na vida interna do Kampuchea, ao preconizar a retirada das tropas vietnamitas (enquanto se vão armando e apoiando de todas as formas os bandos de Pol Pot), e a realização de «eleições livres» no país. Por outro lado, deixa aberta a possibilidade de diálogo propondo a «reafirmação da segurança e cooperação económica entre todos os países da região»..

O Kampuchea e o Vietnam recusaram naturalmente estar representados numa reunião que tinha como objectivo exactamente a ingerência na sua vida interna, numa orientação política que é opção livre dos seus povos. Mas o imperialismo não tem por norma política preocupar-se com tais «pormenores»... E assim temos como um dos principais oradores um delegado do grupo de Pol Pot, que quando no poder procedeu ao genocídio de quase um terço da população Kmer — crime que aliás foi referido na própria conferência, mas para o equiparar a um outro «crime» aos olhos do mundo do capital: a presença de tropas vietnamitas no Kampuchea, exactamente para ajudar o novo governo a fazer frente às ameaças desse passado, que sobrevive sob a forma muito concreta de bandos armados pelas potências capitalistas nas fronteiras do país.

Não bastaria entretanto um delegado de Pol Pot para bem defender os interesses de um povo que se pretendeu liquidar. Na conferência de Nova York estava presente um outro digno defensor dos interesses deste povo: o secretário de Estado norte-americano Alexander Haig que, em 1969, como denuncia a Tass, «ajudou a organizar operações denominadas 'pequeno almoço e ementa', em código, que consistiam em ataques secretos de bombardeamento contra o Camboja, como era então conhecido o Kampuchea».

... aos planos para o Afeganistão

Na sua cimeira de 30 de Junho, no Luxemburgo, a CEE propôs um curioso esquema para solução do pretendido problema afegão, que na verdade não existiria sem ingerência externa. Uma ingerência que agora se pretende acentuar, por uma via mais «legal» que a do armamento fornecido a grupos terroristas.

Que propõe a CEE? — Um processo de negociações em duas fases. Na primeira não se pensa sequer na participação do governo afegão, que aliás até à data não recebeu uma simples comunicação respeitante a tais deliberações. Numa segunda fase estariam presentes «representantes do povo afegão». Uma designação muito, mesmo muito ampla, que inclui preferencialmente os representantes dos bandos terroristas. Por exemplo, Chalbuddin Hekmatyal, chefe de um desses grupos, que goza do particular apoio dos EUA e da RFA (em Março passado visitou Bona, onde foi recebido pelos círculos da direita ligados a Josef Strauss). Tanto Hekmatyal, como Rabbani, um chefe de outro bando contra-revolucionário, fugiram do Afeganistão ainda em 1973, muito antes da revolução de Abril de 1978, e desde então dedicam-se a acções armadas contra o seu país. Quem representam estes «representantes»? Não certamente o povo afegão.

Os grandes problemas nacionais no Congresso do POUP

Terminaram no dia 19 dos trabalhos do 9.º Congresso extraordinário do Partido Operário Unificado Polaco. O Congresso elegeu os órgãos directivos do Partido, adoptou novos Estatutos e aprovou uma resolução-programa intitulada «O desenvolvimento da democracia socialista e o reforço do papel dirigente do POUP na edificação do socialismo e na estabilização socioeconómica do País», um apelo ao povo polaco e um documento sobre o «centenário do movimento operário polaco». Decidiu, por outro lado, a expulsão do Partido dos antigos dirigentes Edward Gierek, Edward Babiuch, Jerzy Lukaszewicz, Tadeusz Pyka, Jan Szydlak e Zdzislaw Zandarowski, a quem é imputada a responsabilidade da crise que se vive no país.

Os grandes problemas nacionais

Falando das razões da deterioração sistemática da situação económica do país nestes últimos meses, o primeiro-ministro, Jaruzelski, declarou que os acordos de Gdansk, Szczecin e Jastrzebie foram assinados não tendo em conta as mais elementares leis da economia e que o crescimento da produtividade anunciado pelos sindicatos não se concretizou.

Na verdade, a actual situação na Polónia é extremamente difícil. Jaruzelski referiu que, pela primeira vez na história da República Popular da Polónia, a economia está em regressão há três anos. O rendimento nacional diminuirá em 1981 cerca de 15 por cento. Por outro lado, os rendimentos da população aumentaram desproporcionadamente, contribuindo para o agravamento das dificuldades de abastecimento e constituindo um factor de pressão sobre os preços.

No próprio momento em que decorriam os trabalhos do Congresso, foram divulgados dados estatísticos segundo os quais a extracção de carvão sofreu no passado mês de Junho uma quebra de 22,3 por cento em comparação com o mesmo mês do ano passado. Simultaneamente, e atestando os problemas sociais que permanecem (e são fomentados), uma delegação dos portuários do mar Báltico anunciou uma paralisação para hoje, quinta-feira.

Ao longo dos trabalhos do Congresso vários oradores manifestaram a sua preocupação face ao último surto de greves, às constantes pressões e às tentativas de desorganizar a gestão das empresas através de concepções de autogestão — defendidas pelo Solidariedade — que conduziriam de facto à liquidação da propriedade social.

O perigo da contra-revolução foi salientado no relatório do Comité Central, onde se afirma que actualmente se trava «uma dura luta de classes, ideológica e política, pelo poder na Polónia e pelo lugar da Polónia na arena internacional».

No discurso de encerramento, o secretário-geral do POUP, Stanislaw Kania, salientou o perigo da anarquia e da ameaça da contra-revolução na Polónia, afirmando que «tomar de forma ligeira ou subestimar esta ameaça seria o erro mais grave e mais trágico que o Partido poderia cometer». Kania sublinhou por outro lado que é necessário acabar definitivamente com todas as acções que possam conduzir o Estado, o Poder e o Partido.

Também o primeiro-ministro destacou a anarquia como o mais grave perigo para a democracia e garantiu: «em nome de razões superiores, as autoridades não hesitarão em recorrer a medidas excepcionais para que sejam cumpridos os deveres constitucionais para salvar o Estado da decomposição e o povo da catástrofe».

Na intervenção final Kania reafirmou mais uma vez princípios fundamentais como a presença activa da Polónia na comunidade socialista e garantiu: «continuaremos a ser um elo inquebrantável do Pacto de Varsóvia».

O POUP em números

Entretanto, ao longo destes meses, registaram-se profundas alterações no seio do Partido.

Entre Julho de 1980 e Maio de 81, a percentagem de operários baixou de 46,4 para 44,7 por cento. A reeleição — paralela à eleição de delegados ao Congresso — do conjunto de organismos de direcção intermédios do POUP, teve como resultados o afastamento de 90% dos quadros do Partido e de 50% dos secretários de célula. Um terço dos membros efectivos do antigo CC e um quarto dos suplentes foram eleitos para delegados a este Congresso (80% dos quais nunca tinham tido um mandato). Cerca de 60% dos delegados ao Congresso eram intelectuais e quadros técnicos.

O actual Comité Central, com 200 membros permanentes e 70 suplentes, conta apenas com 16 dos 142 membros do antigo Comité Central. Entre os membros do actual CC, 80 são operários.

Solidariedade com a luta do povo coreano

Promovida pelo Comité Português para a Reunificação Pacífica e Democrática da Coreia e integrada no mês de solidariedade internacional com a luta do povo coreano pela retirada das tropas norte-americanas do Sul da Coreia e pela reunificação da Península, realizou-se no passado dia 14, no Centro Social e Cultural dos Trabalhadores do Comércio em Lisboa, uma sessão pública onde interveram o embaixador da República Popular Democrática da Coreia, camarada Jon Yong Jin, e dois dirigentes do Comité Português — Luís Azevedo e Domingos Lopes.

O embaixador da RPDC denunciaria na sua intervenção as manobras imperialistas que dividiram artificialmente o país e impuseram na sua parte Sul um regime ditatorial sustentado política e militarmente por Washington, sublinhando a importância da solidariedade internacional para com o povo da Coreia do Sul, a viver sob uma feroz ditadura fascista.

As autoridades da RPDC já apresentaram mais de 150 propostas para a reunificação pacífica da Península coreana, reunificação essa, como acentuou o embaixador coreano no nosso país, que deve ser feita baseando-se em três princípios: independência, reunificação pacífica, grande unidade nacional. O embaixador chamaria ainda a atenção para a nova orientação saída do 6.º Congresso do Partido do Trabalho da Coreia e na qual há uma proposta em dez pontos para a reunificação da pátria coreana por meio da fundação da República Confederal Democrática de Koryo — Estado confederado do Norte e Sul.

Na sua intervenção Domingos Lopes realçaria as centenas de actos de solidariedade que este mês decorreram e decorrem nos países socialistas, nos chamados países do Terceiro Mundo e nos países capitalistas «para com a luta do povo coreano pela sua reunificação e contra a divisão da pátria coreana imposta e mantida pelas baionetas do imperialismo norte-americano». Depois recordaria a agressão militar dos EUA ao país na chamada guerra da Coreia — onde pereceram mais de três milhões de pessoas — na tentativa de esmagar a RPDC, sendo derrotados estrondosamente.

Todavia, com a contra-ofensiva desencadeada pelo imperialismo a partir de 1978 e agora impulsionada pela política belicista da administração Reagan, a situação na Coreia pode tornar-se perigosa e até explosiva, tanto mais que a parte Sul está cada vez mais «povoada» de militares e equipamento bélico americano.

No final da sua intervenção Domingos Lopes afirmaria: «Seguimos e seguiremos com um espírito solidário todo o desenvolvimento da situação na península da Coreia. Sendo embora o sr. embaixador o representante da RPDC, não esquecemos que o povo a Norte e a Sul de Panmunjang (linha de demarcação) é o mesmo e por isso junto de si lhe manifestamos uma vez mais a nossa solidariedade à luta do povo coreano no seu conjunto pela reunificação».

Deputados comunistas visitaram Loures

Solução dos problemas locais não avança por falta de vontade de outras forças e do Governo

– afirmou Octávio Pato em conferência de imprensa

O concelho de Loures foi visitado, no fim da última semana, por um grupo de deputados comunistas que, divididos por três grupos, se deslocaram às diferentes freguesias e deste modo tomaram contacto com os problemas locais.

Esta visita, como teve oportunidade de frisar o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, não se inseriu **em qualquer tipo de pré-campanha eleitoral, antes se integrando no plano de deslocação dos deputados do PCP a vários concelhos, a cadeias, a estabelecimentos de saúde e outros que têm vindo a ser efectuados.**

Falando durante uma conferência de Imprensa realizada no Centro de Trabalho Vitória e que teve como objectivo dar aos órgãos de Informação o balanço da visita efectuada ao populoso concelho vizinho de Lisboa, o camarada Octávio Pato não deixaria de acrescentar, referindo-se concretamente a esta iniciativa, que o ideal seria **que estas visitas fosse feitas em conjunto com deputados de outros partidos, com vista a contribuirem para solucionar problemas urgentíssimos que se colocam às populações».**

Ainda sobre isto e já no final da conferência de Imprensa, o dirigente do PCP faria uma comparação entre a actuação dos vereadores do PS e do PPD naquele concelho e a atitude dos vereadores da APU noutros concelhos do distrito de Lisboa, recordando que estes últimos têm como objectivo o bem-estar e a resolução dos problemas das populações, e mesmo que a presidência da autarquia pertença a outra força política isto não constitui motivo — e apresentou exemplos — para que os vereadores da APU se demitam das suas funções, continuando, antes, nos lugares para que foram eleitos, trabalhando na resolução (apesar dos condicionalismos tremendos que se atravessam no caminho, e o caso da não aplicação da Lei das Finanças Locais é flagrante) dos problemas que todos os dias se colocam às populações.

Participaram nesta visita ao concelho de Loures nove deputados comunistas e um independente. Os camaradas Veiga de Oliveira, Alda Nogueira e Jorge Lemos percorreram as freguesias de Caneças, Póvoa de Santo Adrião e Odivelas; um outro grupo, formado pelos camaradas Zita Seabra, Silva Graça e o deputado independente Anselmo Aníbal se deslocou a Lousa, Fanhões e Bucelas; o terceiro grupo, constituído pelos camaradas Octávio Pato, Georgete Ferreira, Jerónimo de Sousa e Octávio Teixeira visitou as freguesias de Moscavide, Apelação, Catujal, Unhos, Sacavém, Camarate e Santa Iria da Azóia.

Em Mocavide, o camarada Octávio Pato teria oportunidade de se referir ao carácter destas visitas, apontando claramente as suas intenções:

Sabemos que há pessoas que dizem que viemos aqui por razões eleitorais. Mas é bom recordar que fizemos muitas outras visitas a outras localidades do círculo eleitoral de Lisboa, onde não haverá eleições.

E quero ainda apontar — acrescentou o camarada Octávio Pato — **um outro exemplo: recentemente, delegações nossas visitaram as cadeias e, que saiba, lá não há eleições. Trata-se de uma actuação parlamentar que há muito estava programada e que será cumprida, não só na área de Lisboa, mas em vastas regiões do País.**

Aliás, durante a conferência de Imprensa, o dirigente comunista Octávio Pato adiantou que proximamente uma delegação parlamentar comunista deslocar-se-á aos concelhos da Amadora e de Sintra com os mesmos propósitos que na última semana os levaram a Loures.

Da Pontinha a Caneças

Na Pontinha, o grupo dos deputados comunistas teve oportunidade de se inteirar do problema da construção do chamado «mercado de levante» que deverá iniciar-se em Setembro próximo, obra feita por administração directa da Câmara de Loures. Também aqui lhes foi comunicado o início da construção do jardim e do parque de viaturas, previsto para Outubro ou Novembro próximos, para além de terem tomado conhecimento de dois recintos de jogos, um parque infantil e visitado os Bombeiros Voluntários da Pontinha.

Posteriormente, a Serra da Luz foi visitada. Serra da Luz que se encontra hoje, em fase de recuperação já com água e luz, local onde se destaca o trabalho voluntário das populações contando com o apoio da Câmara. Depois, os deputados comunistas deste grupo — Veiga de Oliveira, Alda Nogueira e Jorge Lemos — deslocaram-se ao Bairro da Urmeira onde, entre outras coisas, puderam apreciar a recuperação de uma lixeira transformada hoje em parque infantil, encontrando-se os ajardinamentos em fase de execução.

Caneças foi a deslocação seguinte. Localidade conhecida antigamente pela sua água, que era distribuída (e ainda é, diga-se de passagem) em Lisboa e arredores em bilhas de barro, passou a ser notada pelos prédios que brotam da terra, todas as semanas, «em geração espontânea»... Nesta localidade tem-se assistido a obras da actual gestão da Câmara de Loures, como são exemplo os empreendimentos em Campos de Caneças e no Arco Maria Teresa.

Ainda em Caneças foi visitado pelos deputados comunistas — que nesta deslocação eram acompanhados pelo vereador da Câmara de Loures, Marques Ribeiro e por elementos da respectiva Junta de Freguesia — o Instituto Padre Abel, fundado em 1952.

O actual responsável pela obra — instituição que alberga em regime de internato cerca de 130 crianças, em duas casas (uma em Caneças e outra em Almargem do Bispo) — padre Faria, destacou a importância do Instituto que, disse, vive **«das esmolas, das ofertas de anónimos»**, quase desconhecendo os subsídios oficiais. Contudo, apesar das dificuldades, muito se procura fazer em proveito das crianças que frequentam o instituto, crianças cujas famílias atravessam problemas. O padre Faria explicou ainda a ausência das crianças devido ao facto de nesta época do verão serem levadas de manhã à praia de Carcavelos e à tarde ao campo.

Alcatroado o adro da igreja

Não será muito frequente realizar-se uma missa de acção de graças por um executivo camarário. No entanto, isto sucedeu em Caneças, segundo foi referido na visita que os deputados comunistas fizeram àquela freguesia.

Com efeito, o pároco da freguesia viu concretizado, através da Junta de Freguesia e da Câmara, o alcatroamento do adro da igreja de Caneças, pretensão esta que já fora sugerida ao anterior presidente da Câmara, Riço Calado, e que este, na altura, se negara a satisfazer argumentando ser da responsabilidade da Diocese.

A actual gestão da APU, juntamente com a Junta de Freguesia de Caneças, decidiu diferentemente: o adro está alcatroado para quem o quiser ver. O pároco, reconhecendo o acto, não só agradeceu publicamente como celebrou uma missa de acção de graças em louvor do executivo da Câmara.

Pode dizer-se que foi uma acção demagógica? Mas, a verdade, é que com a APU, noutros municípios do país onde aliás esta força política tem a maioria absoluta, acções idênticas têm sido levadas a cabo. É o caso da Vidigueira e do Seixal, para apenas nomear estes. Na Vidigueira, o actual presidente da Câmara ao contrário do ex-presidente, padre Manuel Trindade Reis, actualmente deputado pelo círculo de Beja pelo PS, tem ajudade as obras de restauro das igrejas existentes no concelho, restauro que não contempla apenas as obras da fachada exterior. Também no Seixal outro tanto se tem verificado. Ainda há pouco tempo os jornais diários informavam que pela primeira vez em cem anos (100 anos) o executivo da Câmara — que, recordemos, é da responsabilidade da APU — se preocupava e passava à prática no respeitante às obras de conservação das igrejas do concelho.

Será aqui, também, em concelhos onde a APU à partida conta com um apoio maioritário, uma atitude demagógica? Certamente não se vão ganhar mais votos. Mas, cumpre-se com o que na campanha eleitoral foi prometido às populações.

Uma colectividade com 30 anos

Por seu turno, a visita que o segundo grupo de deputados comunistas, constituído por Octávio Pato, Georgete Ferreira, Jerónimo de Sousa e Octávio Teixeira, efectuaram a diversas freguesias do concelho revelou-se também bastante proveitosa.

Durante a demorada visita a Moscavide, o camarada Octávio Pato aproveitaria a ocasião para afirmar que, face ao que tinha observado, **há problemas na localidade que não se resolvem porque não se encontrou ainda a convergência necessária entre as forças democráticas.**

É o caso do mercado — acrescentou — **cuja solução não pode, no nosso entender, desalojar o Atlético Clube de Moscavide, que é uma colectividade com 30 anos de existência.**

Observámos outros problemas — acrescentou ainda o camarada Octávio Pato — **cuja solução é perfeitamente exequível, como os casos do bairro Vitória e do Casal do Marco. Mas neste caso é a falta de vontade política de outras forças, do próprio Governo que não deixam avançar soluções.**

Ainda em Moscavide, o grupo de deputados comunistas teve oportunidade de visitar o Centro Social daquela localidade, tendo sido recebidos pelo respectivo director, padre Francisco Cosme, que na troca de impressões que manteve com os visitantes, apontou como principal problema a insuficência de subsídio estatal, insuficiência esta que se agrava quando o mesmo reduzido subsídio chega atrasado, pelo que, como disse o padre Cosme, **o único crédito a que recorremos é ao salário dos nossos trabalhadores, que é sempre pago com alguns dias de atraso.**

Para além do bairro Vitória e do Casal do Marco, os deputados comunistas visitaram as instalações do Atlético Clube de Moscavide, a ribeira de Sacavém, os bairros da Torre, de Angola e de Santo António, para além de algumas obras efectuadas pela Junta de Freguesia.

Boicotar para não prestigiar a APU

Entretanto, na conferência de Imprensa posteriormente realizada e onde o balanço da visita foi feito, o camarada Octávio Pato não deixaria de salientar alguns aspectos relacionados com a actual situação do município, onde terá de haver eleições antecipadas devido à acção concertada dos vereadores do PS e do PPD.

Respondendo aos jornalistas, Octávio Pato declarou que **infelizmente houve forças que, desde Dezembro de 1979, não aceitaram a sua derrota nas eleições em Loures. O seu raciocínio é este: tudo o que fizessem prestigiaria a APU. Logo, havia que boicotar. Foi este o esquema do sr. eng.º Riço Calado e de alguns outros.**

Recordou contudo que essa atitude não era extensiva a todos os eleitos, na autarquia, tanto pelo PS como pelo PPD. E apontou o caso flagrante da Junta de Freguesia de Sacavém, onde manobra idêntica foi tentada sem que fosse seguida pela totalidade dos eleitos das outras forças políticas. Apenas dois elementos do PS se demitiram. Os restantes discordaram publicamente desta atitude.

Entretanto, naquele encontro com os órgãos de Informação foi apontado o exemplo do que se passa em Camarate, com o bairro de Angola, onde o projecto SAAL está paralisado, por incúria do poder central.

Neste bairro, **enterraram-se, no bom sentido** — frisou Octávio Pato — **cerca de 20 mil contos para fazer as infraestruturas.** As ruas estão feitas, os esgotos lançados, a luz planificada, enfim, tudo o que é necessário lá está. Apenas falta começar a construir. Mas isso é o que não tem sido feito, por incúria do Governo que cada vez atribui verbas menores ao Fundo de Fomento da Habitação, verbas que este ano nem chegam sequer para pagar os juros da responsabilidade deste organismo estatal.

Entretanto, a população do bairro de Angola, que neste momento poderia ter o seu problema habitacional resolvido, continua a viver em barracas, em condições degradantes.

Loures é um concelho com mais de 400 mil habitantes. O terceiro maior concelho do país. Com 93 bairros clandestinos e com 12 projectos SAAL — que estão paralisados — e que correspondem a metade dos projectos SAAL previstos para todo o país.

O Casal do Marco — exemplo apontado na conferência de Imprensa — é revelador da situação daquele concelho quanto a questões habitacionais. Aqui, numa área reduzida, erguem-se cerca de 80 barracas, que alojam mais de 700 pessoas, o que dá, nalguns casos, mais de 10 pessoas por barraca.

E logo a seguir a grande contradição. Na Quinta do Mocho, erguem-se mais de 1000 fogos, já com paredes e telhados, mas os acabamentos necessários para que as pessoas os possam habitar continuam por fazer desde 1975.

Nem hospital nem maternidade

Também no aspecto da saúde o concelho de Loures deixa muito a desejar. Apesar da sua enorme densidade populacional não possui um único hospital, como salientou a camarada Zita Seabra, nem tão pouco uma maternidade. Apenas as ambulâncias para transportar para Lisboa, no meio do caótico trânsito — que entretanto a gestão da APU na Câmara em conjunto com a Junta Autónoma das Estradas conseguiu melhorar —, os doentes que precisam de cuidados médicos urgentes.

Também neste sector da saúde se faz sentir a incúria do poder central — o Governo «AD»/Balsemão, para sermos mais precisos. Exemplo disso, o que se passa na freguesia da Apelação onde foi criado um posto avançado para prestação de cuidados médicos. A Junta de Freguesia, num espírito de boa-vontade cedeu as suas instalações, passando ela própria a funcionar num barracão. Os próprios subdelegados de saúde manifestaram a sua colaboração face a esta iniciativa. Por seu turno, a Câmara de Loures cedeu o equipamento necessário para apetrechar o posto. Mas até agora este não funciona porque os serviços responsáveis — o Ministério da Assistência Social — não admitiram um funcionário administrativo como lhes competia. Isto é, seguem à letra a palavra de ordem do ministro: «quem quer saúde, paga-a!».

Os entraves do poder central fazem sentir-se em todos os domínios. Contra isto nunca os vereadores do PS — agora demissionário — ergueram a sua voz.

O trabalho

Mas apesar disso, muito foi feito com o trabalho voluntário das populações. Catujal é um exemplo. As ruas eram todas de terra batida. Mas com as máquinas e os materiais da Câmara e a mão-de-obra dos moradores algumas ruas estão já asfaltadas, estando programadas para os próximos fins-de-semana trabalhos idênticos naquela freguesia.

Mas o que se passa no Catujal repete-se um pouco por todo o concelho. E a Câmara, dentro das suas possibilidades, vai cedendo máquinas e materiais para que os moradores avancem na concretização dos seus próprios interesses.

Vale a pena referir que no apoio da Câmara às Comissões de Moradores e na cedência de máquinas e materiais, nomeadamente para a recuperação dos bairros clandestinos foram dispendidos 20 mil contos em 1980 e, neste ano de 1981, foram já transferidos com este fim 15 mil contos para águas e saneamento e dispendidos mais 14 634 contos para estradas e arruamentos. Valores estes várias vezes superiores aos atribuídos durante todo o mandato anterior da responsabilidade do eng.º Riço Calado.

Já no final da conferência de Imprensa, o camarada Octávio Pato referir-se-ia ao comportamento dos vereadores socialistas na Câmara de Loures. Recordando que certamente o sr. eng.º Riço Calado não terá actuado sem luz verde de Mário Soares, aproveitaria a ocasião para destacar uma entrevista recente dada pelo mesmo ao semanário reaccionário «O Tempo» onde se fala de uma acção concertada de boicote entre o PS e o PPD, na Câmara de Loures, há mais de ano e meio.

Inoperência e consonância

Ainda recentemente, ao participar num comício em Loures, durante a Festa Saloia realizada pela Organização local do PCP, o camarada Octávio Pato destacara alguns aspectos da situação criada no concelho, nomeadamente as acusações que agora se fazem de a gestão APU não ter realizado determinadas obras e melhoramentos no concelho.

Precisando de uma justificação — alertou na altura este dirigente comunista — **acusam a câmara de uma «inoperância» que, afinal, só existiu nos pelouros daqueles que fazem a acusação.**

Salientaria ainda, referindo-se à situação dos vereadores socialistas que agiram assim porque, embora se digam socialistas, pensam e actuam em conformidade com os seus interesses de classe, actuam em consonância com os negócios, ligações e compromissos com empreiteiros e sociedades de construção civil que desejariam ver de novo à frente da Câmara Municipal de Loures, Riço Calado ou António Mordido.

No respeitante às opostas concepções de Mário Soares, que **variam consoante se trata da «AD» ou da APU,** o camarada Octávio Pato, ainda nesta iniciativa partidária realizada no passado dia 11 de Julho diria:

Em relação à «AD» a posição é de que se foi eleita por 4 anos, deve governar 4 anos; em relação à APU, nas Câmaras Municipais ou Freguesias onde a Apu é maioritária, a concepção do PS de Mário Soares já é diferente. O que aí importa é tirar à APU as presidências que detém, independentemente dos anos do mandato que as populações lhe conferiram, mesmo que para tanto haja que aliar-se à direita.

O PS «muleta» da direita

Entretanto, ao encerrar a conferência de Imprensa o camarada Octávio Pato não deixaria de alertar para o perigo para o próprio PS desta política de aliança com a direita, a qual irá pagar caro, como sucedeu após o II GOverno, em que se aliou ao CDS, ou como sucede actualmente na UGT, onde o PS não é mais do que uma muleta do PPD. **Sempre que se alia à direita o PS perde influência e aumenta as suas contradições internas.**

E a terminar constatou um facto que só os socialistas parecem não querer ver e que diz respeito à derrota que a reacção sofreria em todos os concelhos do distrito de Lisboa, à excepção do concelho de Cascais (e mesmo aí a correlação de forças poderia hoje ser diferente) se a FRS e a APU se aliassem. Seria esta a posição que melhor serviria os interesses da democracia e das populações dos respectivos concelhos na resolução dos problemas que os afligem.

Um aspecto da conferência de Imprensa dada pelos deputados comunistas, no Centro Vitória. A iniciativa visou fazer o balanço, perante os órgãos da Comunicação Social, da visita feita ao município de Loures

Moscavide foi uma das freguesias visitadas pelo grupo de deputados comunistas entre os quais se contava o camarada Octávio Pato

festa do Avante!

Vender a EP! Construir a Festa!

Vem aí a Festa do «Avante! Ora, como se sabe, o seu êxito começa a ser construido com a difusão e venda da «EP», que possibilita receitas indispensáveis para responder às inúmeras exigências materiais que estão no «levantar da Festa»!

Pois as ditas «EPs» já estão distribuídas nas organizações e muitos camaradas começam a distinguir-se na sua venda. Na verdade, de ano para ano temos conseguido aumentar as vendas, ultrapassando sucessivamente as metas, trazendo à nossa Festa cada vez mais amigos que puderam assim ficar com uma ideia de como são os comunistas, aumentando o nosso prestígio junto das massas.

Para que a nossa Festa seja uma Festa cada vez maior, é necessário que também este ano as metas de cada Organização sejam discutidas, marcadas e cumpridas com decisão, vontade e confiança!

Com trabalho organizado, iremos não só contribuir para o sucesso financeiro da nossa Festa, como levar até ela muitos amigos, reforçando os laços de amizade e solidariedade que unem os trabalhadores.

Ao trabalho, camaradas! Não percamos tempo!

Do Sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP chega-nos a informação: há um camarada da TAP, que, sozinho, já vendeu mais de uma centena de Entradas Permanentes (EP's) para a Festa do «Avante!».

Chama-se Duarte Silva e promete que não vai parar!

Em Tercena (Oeiras) uma festa para dinamizar a venda das EP's

Com o objectivo de dinamizar a venda das Entradas Permanentes para a Festa do «Avante!» e de reforçar a divulgação da Festa, a organização da freguesia de Barcarena, no concelho de Oeiras, realiza no próximo fim-de-semana, em Tercena, um grande convívio popular, cujo programa passamos a divulgar:

Sábado — Manhã desportiva (jogo de futebol entre solteiros e casados); almoço de confraternização com sardinha assada; Jogos Populares à tarde (pau encebado, galo, chinquilho, etc.); grande noite do fado, com o espectáculo comemorativo do 60.º aniversário do PCP.

Domingo — Manhã infantil, com a participação do Grupo de Animação Infantil «Praça Pública»; às 17 horas, Coro Alentejano da Filarmónica da Amadora; às 18 horas, Canto Livre com o grupo «Abril, Abril»; 18.30, comício com o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central.

Durante os dois dias da festa, que se realizará por detrás da igreja de Tercena, estarão sempre em funcionamento bar, banca e quermesse.